



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BAIANOS APÓS 1970

Salvador
2011

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BAIANOS APÓS 1970

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

S235 Santiago, Julliana Ramos

A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970 / .
Julliana Ramos Santiago – 2011.
136 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, Salvador, 2011.

1. Cerrados – Planejamento da produção – Bahia. 2. Espaço agrícola.
3. Agricultura – Inovações tecnológicas. I. Universidade Federal da Bahia.
Escola de Administração. II. Ribeiro, Maria Teresa Franco. III. Título.

CDD – 338.161

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BAIANOS APÓS 1970

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração,
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 8 de julho de 2011.

Banca Examinadora

Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora _____

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Nelson de Oliveira Santos _____

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

Carlos Antônio Brandão _____

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Além das inúmeras dívidas de gratidão que o desenvolvimento de um trabalho intelectual inevitavelmente acumula – autores de quem nos apropriamos de conceitos, amigos com os quais trocamos ideias durante o processo, ajuda e compreensão de naturezas variadas –, quero agradecer, em especial, a professora Maria Teresa, minha orientadora, por sua incansável orientação, comentários construtivos, ajuda e força que me deu durante todo o processo de elaboração deste trabalho; ao professor Ihering, por seu exemplo de dedicação aos estudantes, sempre disponível em contribuir de todas as formas com o trabalho acadêmico; ao professor Nelson de Oliveira, por ser um exemplo de intelectual e professor, o qual foi uma fonte de inspiração para levar adiante um trabalho que abordasse a questão política por trás da produção dos espaços no capitalismo; ao professor Clóvis Caribé, por seu apoio à minha pesquisa sobre os espaços dos cerrados, com a disponibilização de dados importantes para a elaboração deste; à Capes e CNPq, pela bolsa de estudos concedida durante a realização do curso de mestrado; às pessoas que entrevistei durante minha pesquisa de campo, as quais foram generosas ao disponibilizarem seu tempo para me contar um pouco de suas histórias; à cuidadosa revisão textual de Fernanda Mourão e Maria José Bacelar; à minha família, minha base, meu tudo: meus pais, Deusdete e Cida, pelo apoio incondicional em todas as horas, além do carinho especial comigo e com o meu trabalho; meus irmãos, Samara e Maurício, por acreditarem sempre em mim, e por me apoiarem durante todo o período da realização do trabalho; e Iuri Fernandes, entre outras incontáveis razões, por seu companheirismo e apoio indispensáveis; por fim, a Deus, por me dar saúde e força para conseguir realizar este trabalho.

“[...] nosso coração transborda de gratidão, espanto, pressentimento, expectativa – enfim o horizonte nos parece novamente livre, embora não esteja limpo, enfim os nossos barcos podem novamente zarpar ao encontro de todo perigo, novamente é permitida toda ousadia de quem busca o conhecimento, o mar, o nosso mar, está novamente aberto, e provavelmente nunca houve tanto ‘mar aberto’.”

Nietzsche (2001, p. 234).

SANTIAGO, Julliana Ramos. **A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970.** 136 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre o processo de produção capitalista dos espaços, com intuito de analisar de que forma os espaços dos cerrados baianos foram produzidos e planejados para integração a uma nova dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais. A pesquisa focalizou desde o final da década de 1970 até os dias atuais, período que foi marcado pela implantação, expansão e consolidação do processo de modernização agrícola em tais espaços. Esse processo significou a inserção dessa região em um novo momento de expansão do capital, caracterizado pela integração de espaços dinâmicos ao processo de industrialização do campo. Para se analisar essas questões sob o ponto de vista teórico, buscou-se revisitar algumas das principais contribuições da Geografia Crítica à teorização da produção dos espaços no capitalismo, além de trabalhar com abordagens da Economia Política sobre a análise das bases constitutivas do Estado e sua relação com a sociedade. Sob o ponto de vista da análise do caso concreto dos cerrados baianos, partiu-se de uma pesquisa qualitativa dos processos históricos desses espaços, obtida a partir da coleta de dados primários e secundários. Com este estudo, foi possível perceber alterações importantes nos mecanismos de regulação e articulação Estado-sociedade (modelos organizativos), bem como nas formas de organização desses espaços em função das necessidades emergentes de expansão dos novos padrões de acumulação que surgiram nesse período. Além disso, esta pesquisa revelou o papel mediador fundamental do Estado, assim como de outras configurações organizativas (cooperativas e associações de representação de interesses), nos diferentes ciclos de acumulação, ao facilitar e sustentar a reprodução dos processos hegemônicos em tais espaços.

Palavras-chave: Produção do espaço. Cerrados baianos. Modernização agrícola. Política do espaço. Relação Estado-sociedade.

SANTIAGO, Julliana Ramos. **A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970.** 136 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ABSTRACT

This paper presents a study about the capitalist production of a space. It focuses on how the region of savannas in Bahia was planned and produced to be part of a new capitalist dynamic. The study analyzes since the end of the 1970s until now, once that the consolidation of modern agriculture in the space took place exactly in this period. This new process has meant the insertion of the Bahia's savannas spaces in a new moment of capital expansion, featured by the integration of dynamic territories into the agricultural industrialization process. Regarding the methodology, it was attempted to review some of the major Critical Geography's contributions to the theorization of the production of spaces by the capitalism, the same way as it works with approaches from Political Economy concerning to the constitutive basis of the state and its relation to society. In order to analyze the concrete case of savannas in Bahia, the study resorted to a qualitative research based on the collection of primary and secondary data about the space's historical processes. It was possible to notice important changes on the regulatory mechanisms with these data as well as some changes on the relation between state and society (organizational models). The space was produced according to the rising needs of expansion, consequences of new patterns of accumulation that appeared in that period. Furthermore, it was possible to attest state's and other organizations – such as cooperatives and associations – main mission of conciliator in the different cycles of accumulation, once that promoted and sustained the reproduction of the hegemonic processes in the space.

Keywords: Production of space. Savannas in Bahia. Agricultural modernization. Space policy. State-society relation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Municípios-objeto da pesquisa	57
Figura 2 – Relações entre os sujeitos que integram uma cadeia agroindustrial	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação no custeio total por financiadores da produção agrícola de soja dos espaços dos cerrados baianos na safra 2009/2010	98
Tabela 2 – Trajetória das mudanças do uso do solo na região Oeste da Bahia, 1986-2000-2005	118

LISTA DE SIGLAS

Abacafé	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
Abapa	Associação Baiana dos Produtores de Algodão
Aciagri	Associação do Comércio de Insumos Agrícolas
Acrioeste	Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia
Adab	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
Aeab	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras
Aiba	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
APPs	Áreas de Preservação Permanente
Assomiba	Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
Brasagro	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CAIs	Complexos Agroindustriais
Campo	Companhia de Promoção Agrícola
Caprioeste	Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia
Cepas	Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola
CIAC	Companhia de Ações Independentes do Cerrado
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIOB	Centro das Indústrias do Oeste da Bahia
Coaceral	Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
Contag	Confederação de Trabalhadores da Agricultura
Cooproeste	Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia
Copergel	Cooperativa de Produtores de Grãos dos Gerais
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPRR-BA	Comissão Permanente Regional Rural da Bahia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
Emater-BA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPABA	Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia
FAO	Food and Agriculture Organization
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
Fundação BA	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste da Bahia
Fundeagro	Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão
Fundesis	Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IICA	Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
Jadeco	Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
JICA	Japan International Cooperation Agency
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONGs	Organizações não-governamentais
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAD-DF	Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PCI	Programa de Crédito Integrado
PDRH	Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PIN	Programa de Integração Nacional
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Polonordeste	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Proalba	Programa de Incentivo à Cultura do Algodão
Prodecer	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
Prodoeste	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Profir	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronazem	Programa Nacional de Armazenagem
Provárzeas	Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigadas
RE	Região Econômica
RL	Reserva Legal
Seagri	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Sema	Secretaria de Meio Ambiente da Bahia
SMP	State Mode of Production
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNPA	Sistema Nacional de Planejamento Agrícola
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Suinoeste	Associação dos Suinocultores do Oeste da Bahia
TNC	The Nature Conservancy
VBP	Valor Bruto da Produção
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO	19
2.1	BASES DA CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	19
2.2	ANÁLISE DO ESPAÇO: O ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO	24
2.3	CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO	26
2.3.1	Perspectiva da produção do espaço sob o enfoque do <i>espaço social</i>	27
2.3.2	Estado e produção dos espaços no capitalismo	32
2.3.3	Perspectiva da produção do espaço sob enfoque do <i>espaço geográfico</i>	35
2.3.4	Construção da teia teórica para a análise dos cerrados baianos	41
3	ESTADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO ESPAÇO	45
3.1	ESTADO NA TEORIA: CONCEPÇÃO GRAMSCIANA	45
3.2	RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE	49
3.2.1	Configurações assumidas pelo Estado brasileiro e suas relações com a sociedade: pós-1970	50
4	PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE CERRADOS NA BAHIA APÓS 1970	56
4.1	PRIMEIRA ETAPA: CONCEPÇÃO/PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BRASILEIROS EM GERAL (ANOS 1960 E 1970)	62
4.1.1	Projetos nacionais: condições gerais para a produção dos espaços de cerrados brasileiros	65
4.2	SEGUNDA ETAPA: APROPRIAÇÃO (IMPLANTAÇÃO) E EXPANSÃO DA MODERNA AGRICULTURA NOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BAIANOS	72
4.2.1	Reflexos das políticas nacionais: ocupação e implantação do modelo de modernização agrícola	73
4.2.2	Apropriação e expansão do modelo de modernização agrícola: papel das cooperativas agrícolas	79
4.3	TERCEIRA ETAPA: NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS E RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE	85
4.3.1	Crise do padrão de acumulação dos anos 1970-1980: redefinição do papel do Estado, das alianças e instrumentos de políticas públicas	85
4.3.2	Reflexos da crise na agricultura brasileira: emergência de um novo padrão de acumulação no campo	89
4.3.3	Nova dinâmica da acumulação no campo após a década de 1990: consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos espaços dos cerrados baianos	91
4.3.3.1	Consolidação dos complexos agroindustriais nos espaços dos cerrados baianos e articulação entre seus principais sujeitos territoriais	94
4.3.3.2	Dimensão financeira	98
4.3.3.3	Suporte científico e tecnológico: geração e difusão de novas tecnologias	100

4.3.3.4	Sistema de representação de interesses	103
4.3.3.4.1	<i>Questões ambientais</i>	109
4.4	INTERESSES CONFLITANTES NO CAMPO E LEGITIMAÇÃO DA EXPANSÃO DO MODELO AGRÍCOLA MODERNO	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	125
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PRODUTORES RURAIS)	132
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (INSTITUIÇÕES)	133
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (GOVERNO LOCAL)	134
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)	135
	ANEXO A – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TRAJETÓRIAS DO USO DO SOLO NA REGIÃO OESTE DA BAHIA, 1986-2000-2005	136

1 INTRODUÇÃO

Após o final da década de 1970, os espaços de cerrados presentes na região Oeste da Bahia passam por um intenso processo de reestruturação produtiva e institucional cujo impulso inicial é dado pela penetração da moderna agricultura de grãos, em particular da soja (UDERMAN, 1992). A introdução de um novo modelo produtivo agrícola nesses espaços foi resultado de um amplo processo de modernização da agricultura brasileira cujo projeto foi apoiado pelas classes dominantes do país e pelo Estado. Esse processo teve início a partir dos anos 1970, com a transformação da base técnica do setor agrícola nacional sem alterar-lhe as condições estruturantes. Tal processo trouxe ganhos imediatos ao capital, acelerou a integração da economia nacional ao mercado mundial e não ocorreu descolado dos aspectos presentes na conjuntura internacional (SANTOS, C., 2008).

Assim, o processo de modernização agrícola brasileiro lançou sobre os espaços de cerrados novas bases para o desenvolvimento dessas regiões, inserindo-as em uma dinâmica de acumulação do capital que estava integrada à lógica de funcionamento do capitalismo brasileiro e global. Desse modo, a incorporação da moderna agricultura capitalista em tais espaços exigiu transformações substanciais das antigas estruturas produtivas e institucionais de cada um deles. Entretanto, vale ressaltar que apesar dos espaços de cerrados brasileiros serem submetidos ao mesmo processo de modernização agrícola que atravessou o país na década de 1970, cada um deles manifestou uma dinâmica própria.

Nesse sentido, vale ressaltar que a adoção dessa nova estrutura produtiva agrícola moderna nos espaços dos cerrados na Bahia não fez parte de um desenvolvimento endógeno e orgânico dessas regiões, pois foi inicialmente impulsionada por um processo exterior a elas – no qual estavam presentes Estado, capitais nacionais e estrangeiros –, no entanto, sua conformação dependeu de maneira decisiva da forma como novas interações e organizações foram engendradas pelos capitais privados que se instalaram nesses espaços. Convém ainda destacar que a expansão da estrutura produtiva agrícola moderna em tais espaços não foi decorrente de um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial.

A organização adequada do capital nos espaços a serem inseridos em uma nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital também é um aspecto fundamental a ser considerado. Dessa forma, novas formas de organização da estrutura produtiva e institucional adotadas nesses espaços foram elementos-chave para o desenvolvimento capitalista que neles se verificou. Nesse sentido, no decorrer desse processo de expansão capitalista – isto é, de acumulação e reprodução do capital – novas formas de organização do espaço e das estruturas

produtiva e institucional foram produzidas e transformadas ao longo do tempo, para atender às demandas do modelo de desenvolvimento adotado.

Na presente pesquisa, portanto, buscou-se analisar a nova dinâmica vivenciada pelos cerrados baianos a partir do final da década de 1970. Esse período foi marcado pela inserção desses espaços na nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital que estava integrada à lógica de funcionamento do capitalismo brasileiro e global. Essa dinâmica, por sua vez, pôde ser visualizada nas transformações ocorridas em suas estruturas produtivo-institucionais, bem como nas suas formas de organização espacial, promovidas pela expansão do processo de modernização agrícola nessa região. Com isso, parte-se da premissa de que a integração dos cerrados baianos a uma nova dinâmica de acumulação modificou antigas estruturas e as formas de organização do espaço e do capital. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: *De que forma os espaços dos cerrados baianos foram produzidos e planejados para integrar-se a uma nova dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais a partir do final dos anos 1970?*

Nesse sentido, alguns pressupostos norteadores desta pesquisa foram estabelecidos e podem ser assim sintetizados:

- a) a organização espacial das estruturas produtivas e institucionais nos cerrados baianos, a partir do final dos anos 1970, deu-se de forma desigual e concentradora, por meio dos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquia;
- b) o Estado desempenhou um papel fundamental na expansão da fronteira agrícola dos espaços dos cerrados baianos ao orientar a dinâmica de acumulação por meio de investimentos em áreas estratégicas para estimular a produção dos espaços pelo setor privado;
- c) a criação de certas estruturas organizativas – como as cooperativas e as associações de representação de interesses – nos diferentes ciclos de acumulação dos espaços dos cerrados baianos facilitou e sustentou a reprodução dos processos hegemônicos de acumulação do capital em tais espaços.

Em busca de possíveis respostas para a questão, elaborou-se esta dissertação, cujo tema é a *produção capitalista dos espaços*. Com isso, a perspectiva teórica a ser adotada nesta pesquisa deve levar na devida conta as contribuições da Economia Política e da Geografia Crítica para construir uma abordagem interdisciplinar da dimensão espacial do desenvolvimento. Nesse sentido, este estudo apresenta uma importante contribuição aos estudos já realizados na região, por complementar suas análises com a dimensão espacial, buscando compreender os fatores determinantes no processo de expansão produtiva dos

cerrados baianos, bem como identificando as hierarquias, os interesses e os conflitos presentes na região a partir da introdução de um novo padrão produtivo no final dos anos 1970. Além disso, visa superar algumas limitações das abordagens que consideram o espaço como um mero “receptáculo” neutro e inerte. Desse modo, a realização desta pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna nos estudos científicos sobre a região dos cerrados baianos sob a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista.

Assim, esta investigação tem como objetivo geral analisar as estruturas produtivas e institucionais dos espaços dos cerrados baianos, os quais foram integrados a uma nova dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais. Nesse sentido, visa compreender os caminhos utilizados pelo capital na busca por novos espaços a serem incorporados à sua lógica, analisando de que forma afetaram a reorganização desses espaços ao longo do processo histórico considerado. Foge, portanto, à presente proposta um estudo mais amplo acerca de todas as dimensões do processo de transformação vivenciado.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- a) visitar os principais autores clássicos que buscaram abordar as questões da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista numa perspectiva crítica;
- b) identificar os principais sujeitos envolvidos no processo de produção dos espaços dos cerrados baianos a partir dos anos 1970, bem como sua capacidade de influência no processo “produtivo”;
- c) analisar as relações e articulações entre os sujeitos/grupos/classes sociais das mais diversas escalas envolvidos no processo de modernização agrícola desses espaços;
- d) analisar o papel do Estado e das instituições no processo de produção dos espaços dos cerrados baianos;
- e) analisar os principais mecanismos de legitimação utilizados pelo Estado e pelo capital hegemônico para a preservação e expansão do modelo de crescimento;
- f) analisar as transformações no espaço geográfico dos cerrados baianos a partir do período analisado.

De acordo com o problema e os objetivos desta pesquisa, o método a ser utilizado é de natureza qualitativa. Busca-se fazer uma análise dos processos históricos que caracterizaram as principais transformações ocorridas nas estruturas produtivas e institucionais dos cerrados baianos, a partir do final dos 1970 até os dias atuais. Desse modo, a metodologia concebida para esta investigação inclui tanto a pesquisa teórica quanto a de campo. No primeiro caso, buscou-se construir uma “teia” teórica de análise, a partir do estudo das perspectivas críticas que abordam a questão espacial do desenvolvimento capitalista – que envolvem as dimensões

sociopolítica, ideológica e econômica ligadas a esse processo – para se estudar o caso concreto dos espaços dos cerrados baianos. A partir dos inúmeros rebatimentos do caso concreto com a teoria, foi possível construir os caminhos a serem desenvolvidos nessa análise.

No que concerne à pesquisa de campo, foram utilizados dados primários e secundários. Quanto ao primeiro caso, foram visitados os espaços de cerrados presentes nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves para levantamento de dados e informações, realização de entrevistas com os mais variados atores locais, além das observações de campo. Em relação às entrevistas, estas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2010, com pessoas envolvidas de diferentes formas no processo de produção dos espaços dos cerrados baianos, quais sejam: produtores rurais, representantes do setor público, do setor bancário, das organizações não-governamentais e movimentos sociais, do movimento sindical, dos meios de comunicação, do comércio, das cooperativas e das associações de produtores etc. Partiu-se de um roteiro de entrevista semi-estruturado para se analisar a participação desses sujeitos sociais e das instituições que eles representam no processo de produção de tais espaços, por ser uma técnica de investigação mais flexível e com maiores possibilidades de aprofundamento e por ser, também, a técnica que permite ao entrevistador a possibilidade de ajustá-lo aos diversos tipos de problemas que podem aparecer durante a sua aplicação. Ressalte-se que alguns dos pontos trabalhados nas entrevistas foram traduzidos da linguagem acadêmica para o senso comum. Além disso, o roteiro foi adaptado segundo os informantes, separando-se as questões em quatro tipos de roteiros básicos: produtores, instituições (públicas e privadas), governo local e bancos (ver Apêndices A, B, C e D).

Quanto às observações de campo, estas foram possíveis por meio de visitas aos municípios, às fazendas, conversa com os atores locais, além da participação em eventos. Nos deslocamentos a campo (realizados nos dias 21, 22 e 24 de setembro de 2010), foram rodados cerca de 1.700 km na região dos cerrados da Bahia, abarcando os espaços rurais localizados no distrito de Roda Velha e nos povoados de Bela Vista, Placas, Novo Paraná e Garganta.

Esta dissertação é composta por cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção são apresentadas as principais contribuições que consideramos abordarem os elementos essenciais para dar suporte à análise da produção dos espaços nos cerrados baianos, quais sejam: a análise do espaço social, da política do espaço e da geografia específica do capitalismo. Na terceira seção são feitas algumas considerações importantes acerca da concepção de Estado que será utilizada nesta pesquisa, tendo como base teórica as abordagens da Economia Política sobre a análise das bases constitutivas do Estado e sua relação com a

sociedade. Em seguida, na seção quatro, são analisados os processos históricos de produção dos espaços dos cerrados baianos a partir do final da década de 1970, os quais foram divididos em três etapas: a primeira foi a fase da concepção/planejamento dos espaços dos cerrados brasileiros em geral (anos 1960 e 1970); a segunda consistiu na fase de implantação do projeto de modernização agrícola nos espaços dos cerrados baianos, que correspondeu ao processo de apropriação e expansão do novo padrão técnico-produtivo da agricultura nesses espaços – processo esse que foi predominante nos anos 1980; e por último, a terceira etapa correspondeu à fase de reprodução desse modelo em bases mais consolidadas, viabilizada pela formação do complexo agroindustrial da soja nos espaços dos cerrados baianos a partir dos anos 1990. Ainda nesta seção, são feitas algumas considerações sobre o processo de legitimação da expansão capitalista pelo Estado e pelo capital, a fim de viabilizar projetos que beneficiam claramente os interesses específicos de capitais hegemônicos. Por fim, na última seção, apresentamos as considerações finais do trabalho, apontando os principais elementos configurativos de uma análise conclusiva.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO

Nesta seção são apresentadas as bases teóricas para abordar nosso objeto de estudo, qual seja: a produção dos espaços dos cerrados baianos. Para tratar da produção do espaço no capitalismo, buscamos na literatura autores clássicos que discutissem essa questão numa perspectiva crítica. Nesse sentido, apresentamos as principais contribuições que consideramos necessárias para a abordagem dos elementos essenciais à análise proposta. Como não é nosso objetivo revisar detalhadamente cada contribuição dos teóricos aqui tratados, traçamos alguns apontamentos indispensáveis para a construção da base teórica que permitirá a análise dos dados. Nesse sentido, num primeiro momento, discutimos brevemente a problemática da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista, justificando a nossa escolha da perspectiva teórica da *produção do espaço*. Em seguida, exploramos a concepção de espaço socialmente produzido, que consideramos ser o elemento-chave para a análise numa perspectiva crítica. Por fim, trazemos algumas contribuições para a teorização da produção do espaço no capitalismo, por meio da análise do espaço social, da política do espaço e da geografia específica do capitalismo.

2.1 BASES DA CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Antes de tratar sobre a teorização da produção do espaço no capitalismo, busca-se, nesta seção, justificar a escolha da problemática, com base nos elementos que serão apresentados a seguir. Assim, com intuito de investigar a nova dinâmica de produção dos espaços dos cerrados baianos após o final dos anos 1970 – que é o objeto desta pesquisa –, é preciso compreender como se dá o processo de desenvolvimento capitalista numa dimensão espacial, ou melhor, de que forma os espaços refletem e dialogam com a lógica de expansão e integração do capital. Então, dois conceitos importantes a serem considerados nesta pesquisa são os de *desenvolvimento capitalista* e *espaço*, considerados dialeticamente.

Diversas correntes teóricas buscaram estudar a problemática do desenvolvimento territorial ou regional, tratando-a sob os mais diferentes enfoques. O debate sobre esta temática tem sido hegemonizado pelas abordagens tradicionais da ciência regional¹ que focam seus estudos nas teorias de crescimento endógeno, as quais contribuíram para a análise das

¹ Dentre as quais podemos destacar as Escolas da Economia Regional, da Geografia Econômica, do Planejamento Regional e Urbano. Para uma revisão dessas abordagens, ver: Bueno (1998), Brandão (2007, 2009), Cardozo (2004), Dall'acqua (2007), Perafán (2007).

formas espaciais, tais como: meio ou ambiente inovador (*milieu innovateur*), *clusters*, sistemas locais de inovação e distritos industriais. Nessas teorias, os principais fatores explicativos que condicionam a acumulação do capital nos territórios constituem-se no processo endógeno de criação e difusão de inovações tecnológicas e organizacionais no sistema produtivo, nos sistemas de cooperação interfirmas e na concorrência competitiva, na geração de economias de aglomeração, na integração com a comunidade local, entre outros (PERAFÁN, 2007). A partir desse tipo de análise, uma ênfase excessiva é conferida à questão tecnológica e à racionalidade das decisões dos agentes, ao mesmo tempo em que há, segundo N. Oliveira (2004), uma desatenção intencional à questão do poder e dos conflitos de interesses envolvidos no processo de desenvolvimento.

Além do mais, o espaço é encarado nessas teorias apenas como um receptáculo passivo onde acontecem as ações capitalistas. De acordo com essa visão, segundo Brandão (2007), o espaço é naturalmente dado e, portanto, seu caráter histórico não é considerado. Nesse sentido, ao tratar o espaço como mero receptáculo neutro, e não como uma estrutura conflituosa criada pela sociedade, essas teorias buscam dar suporte à difusão do capital, transformando as questões espaciais em discussões de distribuição locacional. Esse é o caso de teorias, segundo M. Santos (2003), tais como a dos lugares centrais, a dos polos de crescimento, a da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades, a da industrialização deliberada e descentralização concentrada. Apesar da contribuição dessas teorias, seus poderes explicativos são bastante limitados e estáticos, sendo incapazes de dar conta dos conflitos inerentes a essas questões no tempo e no espaço.

Desse modo, a contribuição trazida pelas abordagens tradicionais não atende aos objetivos deste trabalho, na medida em que não nos ajuda a compreender as forças, os jogos de poder e as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista nos espaços. Nesse sentido, estudar a problemática do desenvolvimento implica tratar do conflito de interesses dos diferentes sujeitos políticos e as relações de poder que guiam o processo de acumulação e expansão do capital.² Além disso, deve-se entender que as estruturas, dinâmicas, relações e processos são historicamente determinados e, por isso, as leis de movimento e reprodução do capital, abstratamente concebidas, devem relacionar-se às realidades concretas do processo histórico. Assim, se o desenvolvimento capitalista é historicamente determinado, então a existência de divergências e pluralidade de trajetórias

² Cabe entender aqui o capital como uma relação social e política, em que estão presentes relações de dominação.

deve ser considerada, haja vista que os movimentos de transformações históricas e espaciais nunca são homogêneos nem lineares (BRANDÃO, 2007).

Ao contrário das abordagens tradicionais, as correntes críticas inspiradas pelos estudos de Karl Marx sobre o modo de produção capitalista por meio da perspectiva teórica do materialismo histórico buscaram compreender todos esses processos na medida em que empreenderam uma interpretação sob a ótica das frações de classes sociais e do poder político, das relações entre Estado e sociedade, da relação entre produção/tecnologia e poder, da hegemonia e dos conflitos de interesses. Por essas razões, elas surgem como uma ação crítica e alternativa às propostas unidimensionais neoliberais para o estudo do desenvolvimento (SOJA, 1993).

Desse modo, os teóricos do materialismo histórico trouxeram contribuições importantes à análise do modo capitalista de produção. No entanto, em relação à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista, suas análises ainda eram bastante precárias. Assim, projetos no sentido de “espacializar o marxismo”³ foram surgindo diante da importância de incluir o espaço na análise do desenvolvimento do capitalismo, principalmente devido às mudanças em suas condições materiais de exploração, já que o capitalismo foi forçado a deslocar seu eixo de dominação da mais-valia absoluta para a relativa como meio privilegiado de acumulação de capitais, o que trouxe a questão espacial para o eixo central da discussão. Nesse sentido, era preciso transformar e aprofundar as explicações do materialismo histórico sobre as relações sociais no modo de produção capitalista, incluindo a problemática espacial nos debates históricos sobre o desenvolvimento no capitalismo. Assim, levando em consideração a importância da reflexão sobre a natureza do espaço para compreender melhor as dinâmicas do desenvolvimento capitalista, foi necessário fazer uma integração da análise do tempo à do espaço como parte de um materialismo dialeticamente histórico e geográfico, tendo tanto a noção de tempo quanto a de espaço como elementos ativos das práticas materiais (SOJA, 1993).

No entanto, a dificuldade de se tratar do espaço na teoria marxista foi muito grande. Podemos citar aqui alguns dos principais desafios apontados pelos teóricos que entraram em tal projeto. Nesse sentido, Soja (1993) estabeleceu algumas teses iniciais. Para o autor, havia uma grande resistência das tradições historicistas⁴ predominantes no marxismo em afirmar o papel do espaço na teoria. Isso se deu, principalmente, pela incapacidade de desenvolver as

³ Dentre os autores que entraram nesse projeto de “espacializar o marxismo” podemos citar Lefebvre (1991, 2009), Harvey (2005, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d), Smith (1988), Soja (1993), entre outros.

⁴ Nessas análises, somente o tempo histórico era considerado elemento dinâmico no processo.

ênfases espaciais inerentes às obras de Marx sobre a expansão geográfica do capitalismo devido tanto ao antiespacialismo anti-hegeliano quanto à publicação tardia dos *Grundrisse* – texto que provavelmente contém uma análise geográfica mais explícita do que qualquer outro texto de Marx. Assim, o velho medo de fetichizar o espaço – ou seja, de supervalorizar a problemática espacial, colocando-a numa posição intoleravelmente central e aparentemente autônoma – prejudicou os esforços de introduzir a espacialidade como elemento ativo e dinâmico do processo de desenvolvimento.

Uma dificuldade apontada por Harvey (2006a) em relação à tentativa de incorporar a espacialidade ao marxismo é a de trabalhar com a noção de espaço geográfico, situada no âmbito do “concreto e do particular”, no contexto das determinações universais e abstratas da teoria da acumulação capitalista de Marx. Além disso, Smith (1988) afirma que há uma complexidade inerente ao próprio conceito de espaço, que possui uma multiplicidade de significados muitas vezes contraditórios. Aliado a isso, este autor afirma que independente da perspectiva crítica que assumamos em relação ao conceito, é difícil escapar da concepção física ou geométrica que o termo “espacial” sempre evoca à primeira vista. Conforme Soja (1993, p. 101), “o espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana.”

Diante dessas razões, por muito tempo, a análise espacial foi precariamente desenvolvida entre os marxistas. Soja (1993, p. 76) chegou a afirmar que “[...] as ortodoxias herdadas do materialismo histórico davam quase tão pouca margem ao espaço quanto os rígidos casulos da ciência social burguesa.” Assim, as primeiras tentativas de espacializar o marxismo ainda estavam presas às amarras do espaço como receptáculo, e convém destacar que ainda hoje é difícil se desvencilhar dessa concepção nas análises espaciais.

Dessa forma, para incorporar o espaço à análise do desenvolvimento capitalista não basta “espacializar” o marxismo, ou ainda, “marxificar” a geografia. Segundo Soja (1993), para criar um materialismo histórico e *geográfico* é preciso muito mais que a inserção de um segundo adjetivo, ou seja, não é suficiente apenas incluir o espaço na análise, deve-se, pois, desenvolver um novo tipo de visão crítica do espaço para incentivar a criação de uma consciência espacial politizada. Assim, é necessário cada vez mais lançar-se à crítica dos conceitos de espaço e examinar como, onde e por que cada um dos seus sentidos é utilizado, para que não possamos ser inconscientemente governados por eles.

Um passo importante nesse sentido seria a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentação do poder, por meio da análise da “geografia específica do capitalismo”. Ressalta-se que o uso que se faz do conceito de espaço pode ser instrumental para a expansão

do capital, já que há uma espacialização material e ideológica associada ao desenvolvimento e à sobrevivência do capitalismo (SOJA, 1993). Segundo Harvey (2006d), essa constatação revelou a necessidade de definir uma teoria social crítica que pudesse “desconstruir” o modo como determinados tipos de conhecimento, aparentemente “neutros”, “naturais” ou até mesmo “óbvios” eram capazes de serem, de fato, meios instrumentais de preservação do poder político.

Assim, para os fins da presente pesquisa, a perspectiva teórica a ser abordada deve levar na devida conta as contribuições do materialismo histórico e geográfico para construir uma abordagem interdisciplinar da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a contribuição de alguns autores da Geografia Crítica e da Economia Política é basilar para o entendimento dessa problemática. Um caminho interessante, desenvolvido por alguns teóricos dessas correntes – dentre eles Henri Lefebvre, David Harvey, Neil Smith, Edward Soja, Milton Santos, entre outros – na tentativa de aprofundar a análise do desenvolvimento capitalista nos espaços sem as amarras do espaço-receptáculo, foi trabalhá-la na perspectiva da “produção do espaço”, ou melhor, da “produção capitalista do espaço”.

Sob essa abordagem teórica, o espaço deve ser tratado como sendo socialmente produzido e como um elemento atuante no processo social. Assim, segundo N. Oliveira (2004, p. 19), ao invés de âmbito passivo, “[...] o espaço se apresenta, em sua produção, como configuração ativa, deixando de significar um simples momento reprodutivo para se transformar num local estratégico.” O espaço é, pois, construído e regulado para os interesses da expansão capitalista pelas forças sociais hegemônicas. Ressalte-se que o espaço é uma construção social conflituosa, na medida em que este é a expressão das contradições da realidade por ser produto de conflitos e consensos em torno do ambiente construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica (BRANDÃO, 2004).

Assim, a partir dessa nova questão entende-se, pois, que o desenvolvimento se constrói nos espaços, sendo estes espaços produzidos para o processo de valorização e integração do capital, de manutenção das relações de dominação. Dessa forma, é necessário entender não só como o capital se reproduz no espaço numa perspectiva econômica, mas também de que forma os processos políticos, sociais, culturais e ideológicos contribuem para esse processo de expansão, rompendo com uma visão puramente economicista do espaço.⁵ No entanto, é importante ressaltar que o foco da presente pesquisa será dado às dimensões produtiva e institucional desses processos.

⁵ A partir dessa visão, entende-se que, por trás de um movimento econômico, há uma instituição, uma lei, um Estado ou um contrato que possibilitou tal ação.

Convém salientar ainda que a forma como entendemos ou interpretamos um determinado objeto é integralmente dependente do quadro teórico espaço-temporal pelo qual nos situamos. Por isso, cabe aqui elucidar a respeito da concepção do espaço, a fim de compreendermos melhor de que maneira os espaços são produzidos. Destaque-se que, na prática, o espaço e o tempo não podem ser considerados de forma isolada, pois são dialeticamente interconectados. Porém, vamos nos deter à análise do espaço, já que existe um consenso teórico sobre a influência do tempo nos processos materiais e ainda há muitos dissensos e ambiguidades conceituais sobre a questão espacial. Nesse sentido, o espaço precisa ser reafirmado na teoria e, por isso, daremos a ele, na próxima seção, uma atenção especial.

2.2 ANÁLISE DO ESPAÇO: O ESPAÇO SOCIALMENTE PRODUZIDO

Nessa nova visão espacial que queremos ressaltar na presente pesquisa, o espaço não pode ser conceituado como um receptáculo inerte das relações sociais. Ao contrário, o espaço possui múltiplas determinações, tal que nenhum de seus significados específicos pode ser devidamente compreendido em isolamento dos outros. Então, não devemos cair na armadilha de tratar o espaço como “coisa em si” ou como “coisa isolada” com existência independente da matéria, individualizando o fenômeno como numa concepção absoluta de espaço.⁶ O espaço em si pode até ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da experiência social.

Então, para romper com uma concepção absolutista do espaço, teóricos como Henri Lefebvre, Neil Smith, Manuel Castells, Edward Soja, David Harvey e Milton Santos, postularam que o espaço incorpora relações sociais, e que, por isso, ele é uma instância da sociedade. O espaço social, portanto, passou a ser o elemento-chave que permitiu sair das amarras da concepção de espaço puramente absoluto. Para Castells (1983 apud SOJA, 1993, p. 89), “o espaço não é um ‘reflexo da sociedade’, ele é a sociedade. Portanto, as formas espaciais não de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana.” Assim, o espaço deve ser visto como socialmente produzido. Ele é, então, ativamente produzido, ao contrário de ser passivamente recebido como uma concessão da natureza ou da história.

⁶ David Harvey (2006c) propõe separar a visão absoluta de espaço das suas visões relativa (espaço como uma relação entre objetos a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam) ou relacional (espaço como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos). Para o autor, o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas ele pode se tornar um ou todos simultaneamente, dependendo das circunstâncias. No entanto, Harvey acha mais interessante considerar esses três conceitos em constante relação dialética entre si.

A partir dessa concepção, o espaço social pode ser distinguido do espaço físico da natureza material e do espaço mental da cognição e da representação. Na realidade, o espaço social incorpora os espaços físicos e psicológicos (mentais), ao socializá-los e transformá-los. Assim, tanto o espaço material da natureza física⁷ quanto o espaço ideativo da natureza humana têm que ser vistos como socialmente produzidos e reproduzidos. Eles devem ser compreendidos como parte da espacialidade da vida social, e não como coisas independentes e isoladas (LEFEBVRE, 1991; SMITH, 1988; SOJA, 1993).

Um passo necessário para se compreender a noção de espaço socialmente produzido seria considerar a existência de uma relação dialética entre espaço social, mental e físico, sendo que o “espaço social” – o conceito mais abrangente – integra os outros conceitos e os mantém em constante interação. Assim, se o espaço social contém essa característica relacional, então ele é um espaço abstrato. No entanto, como nos diria Lefebvre (1991), esse espaço não é uma abstração pura, já que é humanamente constituído pelos eventos sociais. Desse modo, ele é bastante “real”, no sentido em que abstrações concretas como mercadorias e dinheiro são reais. Mas, se esse espaço incorpora o espaço físico, ele também é concreto, porém não no sentido em que um objeto e um produto são concretos.

Vale ressaltar ainda que considerar objetos e relações como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre sua localização no espaço físico. Esta seria, pois, uma característica do “espaço geográfico”. No entanto, este conceito não se limita a isso. Esse espaço é manifestadamente físico, mas é também social, político, cultural etc. Nesse sentido, o espaço geográfico pode ainda ser expresso na forma de território ou região, na medida em que esses conceitos são uma dimensão do espaço produzido, no qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude. Contudo, esses conceitos não se reduzem a uma condição de suporte geográfico das atividades econômicas, embora sejam geograficamente mediados. Assim, tais espaços definem-se antes com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que estão inseridos do que em relação a uma localização física (SMITH, 1988; SOJA, 1993).

Ao associarmos o conceito de espaço geográfico aos de território e região, buscamos mostrar que são nesses espaços que o homem concretiza suas ações no campo material e ideológico, sendo que esses espaços não podem ser considerados nem estritamente físicos, nem unicamente políticos, econômicos ou culturais. Nesse sentido, as noções de território e região podem ser comparadas à de espaço geográfico quando são consideradas numa

⁷ Segundo Smith (1988), a natureza como espacialidade é socialmente produzida e reproduzida, apesar de sua aparência de objetividade e separação. Para o autor, o espaço da natureza está repleto de política e ideologia.

concepção ampliada ou, como diria Haesbaert (2010), numa perspectiva integradora, que considera as múltiplas dimensões do espaço produzido. Nesse caso, tais espaços são concebidos segundo uma lógica de produção dos espaços que leva em consideração o poder, a contradição, o conflito de interesses e as disputas políticas, que estão envolvidos no processo histórico e dialético de materialização das mudanças sociais.

É importante ressaltar que os conceitos de espaço, território e região podem adquirir características diversas a depender da perspectiva teórica em que eles se inserem. Segundo Haesbaert (2010), o que distingue, muitas vezes, um conceito de outro é simplesmente uma questão de foco, já que todos eles incidem, de uma forma ou de outra, sobre um mesmo universo – nesse caso específico, a dimensão espacial da sociedade. No entanto, como escolha metodológica, será utilizada na presente pesquisa a noção de “espaço dos cerrados baianos” ao invés de “território ou região dos cerrados baianos”,⁸ já que o “espaço” foi o conceito mais explorado pelos autores que buscaram inseri-lo numa abordagem crítica da expansão capitalista, além de também ser o que foi mais trabalhado numa perspectiva ampliada, cuja problemática específica se confunde com a própria dimensão espacial da sociedade.

Dito isso, partiremos agora para uma análise de como a questão teórica da produção do espaço no capitalismo foi trabalhada por alguns autores da corrente crítica, a exemplo de Lefebvre, Harvey, Soja e Smith.

2.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO

Nesta subseção, buscamos revisitar algumas das principais contribuições da teoria social crítica à teorização da produção dos espaços no capitalismo. Dentre elas, convém ressaltar as contribuições pioneiras de Henri Lefebvre aos estudos críticos da política do espaço no capitalismo, devido, principalmente, à sua inovadora teoria do espaço social. Seus escritos influenciaram as reflexões de vários pesquisadores acerca dessas questões após a década de 1970 – dentre eles, Harvey (2006d), Smith (1988) e Soja (1993) – especialmente depois da publicação de uma memorável sequência de livros nesse período, tais como *A Sobrevivência do Capitalismo* (originalmente publicado em 1973 e traduzido para o inglês em 1976), *A Produção do Espaço* (publicado em 1974 e traduzido para o inglês em 1991) e *Do Estado*

⁸ Com isso, não queremos dizer que os conceitos de região e território não serão utilizados nesta pesquisa. É importante destacar que essas categorias representam um recorte classificatório/analítico da dimensão espacial. Dessa forma, poderão ser utilizadas em substituição à noção de espaço geográfico.

(publicado em 1976 e só traduzido em partes para o inglês em 2009) (BRENNER; ELDEN, 2009a). Nos dois primeiros livros, o referido autor explora mais a questão do espaço social e as características do espaço no capitalismo, enquanto que no último – dentre eles o menos conhecido⁹ –, o papel do Estado na produção dos espaços é mais sistematicamente analisado.

É importante lembrar também que, a partir da década de 1970, a problemática da produção do espaço no capitalismo foi posta na ordem do dia – devido, principalmente, às mudanças nas condições de acumulação capitalista – e, por isso, passou a ser uma preocupação da teoria social crítica, especialmente no campo da geografia. No início da década de 1980, David Harvey e Neil Smith publicam livros e artigos que já buscam incorporar a concepção do espaço socialmente produzido à análise do desenvolvimento capitalista, dentre eles: *Os Limites do Capital e Desenvolvimento Desigual*, respectivamente (SOJA, 1993). Ressalte-se que esses teóricos se preocuparam mais em estudar os impactos da acumulação e expansão do capital na geografia específica do capitalismo, focando suas análises no espaço geográfico. Poderíamos dizer que, em seus estudos, exploram e se incorporam à dimensão estrutural, em que são trabalhadas categorias mais concretas (operacionalizáveis) da produção do espaço.

Diante desse contexto, buscou-se explorar, primeiramente, algumas questões levantadas por Henri Lefebvre em torno da teorização do espaço social. Além disso, importa ainda aprofundar as questões relativas ao papel do Estado na produção dos espaços. Nessa parte, não só a contribuição de Lefebvre será trazida, como também a de David Harvey. Por último, apresentaremos algumas questões levantadas por David Harvey e Neil Smith sobre a geografia específica do capitalismo, sob o enfoque do espaço geográfico.

2.3.1 Perspectiva da produção do espaço sob o enfoque do *espaço social*¹⁰

Nesta seção, vamos enfatizar apenas as principais contribuições de Henri Lefebvre¹¹ para a teorização do espaço social, por considerar que estas sejam o ponto de partida de muitas análises acerca da produção do espaço no capitalismo. Lefebvre foi um dos principais

⁹ A razão disso se dá, em parte, porque esse livro só foi traduzido para o inglês recentemente. Além desse livro, outros trabalhos sobre a teoria do Estado e do “espaço estatal” (*state space*) que foram publicados em revistas e jornais franceses naquela época, não foram traduzidos para o inglês. Alguns desses trabalhos e partes do livro *Do Estado* (em francês, *De l'État*) foram traduzidos para o inglês somente no ano de 2009 com o título de *State, Space, World* (BRENNER; ELDEN, 2009b).

¹⁰ É importante lembrar que, como tratado na seção 2.2 deste trabalho, o espaço social abrange os espaços físicos e mentais.

¹¹ Ressalta-se que Butler (2003, 2009), Brenner e Elden (2009a, 2009b) nos ajudaram a compreender as teorizações de Lefebvre.

geógrafos da corrente crítica que buscou teorizar a questão do espaço socialmente produzido, trazendo contribuições importantes para a análise espacial. Cabe aqui ressaltar três pontos que consideramos cruciais em sua análise, quais sejam: a multidimensionalidade do espaço social, a noção de que este espaço é tanto produto e meio das relações sociais, e a tendência à abstração dos espaços no capitalismo contemporâneo.

O primeiro ponto que buscamos ressaltar é acerca da tríade conceitual para se analisar as dimensões do espaço socialmente produzido. Assim, Lefebvre (1991) propõe uma conceitualização de espaço que considera três campos de análise: o percebido, o concebido e o vivido (*perceived, conceived and lived*), que devem ser considerados de forma interconectada, numa relação dialética. Essas dimensões do espaço social correspondem a um complexo específico de práticas (percebido), representações (concebido) e elementos imaginários/simbólicos (vivido), conforme os conjuntos espaciais próprios de cada formação social.

Nesse sentido, o espaço social não seria apenas um espaço onde se percebe a produção e reprodução das relações sociais – ou seja, não seria apenas o espaço das rotinas, das redes e dos caminhos pelos quais a totalidade da vida diária é reproduzida. Há também, nesses espaços socialmente produzidos, um conteúdo ideológico e simbólico, que são concebidos e vividos pelos sujeitos territoriais. Assim, não apenas as “práticas espaciais” (rotinas diárias) são produzidas, como também novas formas de “representação do espaço” e novos “espaços de representação”. Para Lefebvre (1991), as “práticas espaciais” envolvem a produção e reprodução da realidade cotidiana, as “representações do espaço” referem-se ao espaço concebido (planejado) por cientistas e planejadores, enquanto que os “espaços de representação” significam o espaço vivido por meio das imagens e dos símbolos que acompanham as relações sociais. Vale destacar que estas duas últimas dimensões do espaço têm um impacto prático na produção das relações sociais, na medida em que elas intervêm e modificam as práticas socioespaciais, as quais são influenciadas pelo conhecimento, ideologia, símbolos etc. Desse modo, há um conteúdo ideológico e simbólico do espaço socialmente produzido que não pode ser desconsiderado.

Ressalte-se que, conforme apontado por Lefebvre (1991), as “representações do espaço” têm um papel crucial em orientar e controlar a produção dos espaços no capitalismo, posto que tais representações correspondem às formas de conhecimento abstrato conectadas a aparelhos formais e institucionais de poder envolvidos na organização dos espaços. Segundo o autor, esse é o espaço concebido e planejado por cientistas, intelectuais, planejadores, urbanistas, burocratas, engenheiros sociais, cartógrafos – enfim, à variedade de sujeitos

sociais que participam da gestão e organização dos espaços. Assim, essas representações, advindas de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, ligam-se aos espaços instrumentais desses sujeitos, os quais correspondem a uma determinada lógica de percepção da produção e da reprodução social. Lefebvre buscou investigar a respeito da lógica envolvida no processo de concepção dos espaços, questionando-se: “[...] se esses sujeitos, de fato, possuem uma representação do espaço, de onde ela deriva? A quem os interesses são servidos quando essa ‘representação’ se torna operacional?” (LEFEBVRE, 1991, p. 44, tradução nossa). Dessa forma, segundo o autor, essas representações privilegiam as forças que exercem na sociedade sua influência. Nesse sentido, os “produtores” do espaço têm sempre atuado em concordância a esta representação.

Um segundo ponto a ser ressaltado é que a partir dessa tríade conceitual das dimensões do espaço produzido, Lefebvre passou a entender o espaço tanto como um resultado quanto um determinante do processo de “produção”. Desse modo, o espaço é produto das relações sociais, mas é também parte do processo produtivo – neste último caso, o espaço é produtor e reproduzidor das relações sociais (na manutenção das relações de dominação). Enquanto meio e instrumento desse processo, ele ajuda a moldar os processos sociais, econômicos, legais e políticos, na medida em que sua produção possa ser planejada e regulada. Nesse sentido, Lefebvre (1991, 2009) afirma que, no capitalismo, o “espaço social” assume diversas funções, quais sejam: um dos meios de produção; um local de lutas políticas (conflitos de classes); parte das forças produtivas, ao lado do trabalho e da tecnologia; um produto consumido como uma mercadoria e como um recurso produtivo; um instrumento político do Estado que facilita o controle da sociedade; a base para a reprodução das relações de produção e de propriedade por meio das leis e do planejamento; um conjunto de superestruturas ideológicas e simbólicas que transmitem uma falsa sensação de neutralidade; além de ser um potencial humano para a re-apropriação de um espaço diferencial por meio da resistência social.

Assim, em adição a ser um meio de produção (um produto a ser usado na produção de mais-valia), o espaço é também um meio de controle e, portanto, de dominação e poder. A configuração espacial, dessa forma, reflete a hierarquia de poder posta na sociedade, sendo o espaço um instrumento político controlável do Estado e das classes dominantes. Para Lefebvre (1991), a produção do espaço não é independentemente imposta e nunca é inerte ou imutável, é, pois, conflituosa, não ingênua e não neutra. Ressalte-se que a “produção do espaço” é entendida em um sentido muito mais amplo do que uma simples analogia ao processo produtivo de mercadorias. Essa produção, portanto, não pode ser comparada à produção de qualquer objeto ou mercadoria, embora existam relações entre a produção de

“coisas” e a produção do espaço. Nessa direção, ela engloba não apenas a produção de coisas (produtos), mas também de conhecimento, de ideologias, de textos e significados, de imagens, de discursos, de linguagem, de signos e símbolos. Enfim, essa produção envolve a produção de relações sociais e seus processos materiais no espaço e no tempo.

O terceiro ponto que cabe ser aqui destacado diz respeito à característica “abstrata” do espaço no capitalismo. Ressalte-se que a ideia da produção do espaço é uma concepção coerente com a construção histórica. Segundo Lefebvre (2009), diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes. Existe, pois, uma especificidade do espaço de acordo com períodos, sociedades, modos e relações de produção. Assim, cada sociedade produz seu espaço particular. O espaço do capitalismo é diferente do espaço do feudalismo, das sociedades primitivas etc. Nas sociedades primitivas, por exemplo, o espaço e seu uso (mítico e material) são indistinguíveis enquanto espaço social e físico. Assim, nessas sociedades, sob o domínio do espaço vivido – com profundo valor simbólico – era o espaço absoluto que preponderava. Já nas sociedades capitalistas, aquelas dimensões – espaço social e físico – se separam,¹² sob o domínio do funcional e do instrumental, ou seja, das práticas espaciais e do espaço concebido. Nessas sociedades, portanto, é o espaço abstrato (relacional) que prevalece como uma dimensão fundamental do mundo moderno.

Lefebvre (1991, 2009) afirma que desde o advento do capitalismo, tem havido uma tendência absolutamente ascendente rumo à abstração do espaço. Para o autor, o capitalismo tem produzido o espaço abstrato, o qual inclui o “mundo das mercadorias” – sua lógica e suas estratégias mundiais –, bem como o poder do dinheiro. Esse é, portanto, o espaço da burguesia e do capitalismo. Ressalte-se que esse espaço funciona de uma forma complexa, na medida em que nega todas as diferenças – desde as que vêm da natureza e da história, bem como aquelas que vêm do corpo, idades, sexos e etnias. Nesse sentido, esse espaço destrói suas condições históricas, suas diferenças internas, e quaisquer diferenças emergentes, a fim de impor uma homogeneidade abstrata. Essa característica “abstrata” possui uma aparência de neutralidade, já que esse espaço envolve o diálogo e o consenso, o que implica em acordos tácitos, em contratos. No entanto, apesar de abstrato, esse espaço não é homogêneo nem neutro. Lefebvre afirma que essa aparência de homogeneidade e neutralidade é instrumental para o capital e para o Estado moderno, na medida em que seu objetivo em si mesmo é multiforme, heterogêneo, hierárquico e político. A esse respeito, Lefebvre (2009, p. 170-171, tradução nossa) afirma que:

¹² Ressalte-se que, embora essas dimensões sejam separadas no capitalismo, elas devem ser consideradas em constante interação, sendo que o espaço social abrange tanto o espaço físico quanto o mental.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política, pelo contrário, sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a essência da racionalidade abstrata, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias.

Assim, a própria sobrevivência do capitalismo estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia (TOLEDO JUNIOR, 2001).

Por fim, Lefebvre aponta três tendências que, simultaneamente, são atribuídas ao espaço abstrato. Essas são as orientações para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquia. Essas tendências aparentemente contraditórias para a homogeneização e fragmentação dos espaços servem, ao mesmo tempo, para abranger o todo e segregar as partes. Há ainda uma tendência rumo a uma ordenação hierárquica dos espaços sob o comando do poder econômico, tecnológico, administrativo e político, que impõe uma diferenciação entre diversos pontos do espaço. O autor ressalta que a sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquicamente estruturado – obtido, segundo ele, mediante a diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, a regulação do Estado e a penetração do poder estatal na vida cotidiana (LEFEBVRE, 2009).

No entanto, Lefebvre (2009) ressalta que esse espaço produzido pelo capitalismo e pelo Estado, tem gerado suas próprias contradições. E, segundo ele, nem o capitalismo nem o Estado pode manter o espaço contraditório e caótico que eles têm produzido. Nesse sentido, segundo o autor, é possível visualizar uma “explosão dos espaços” (*explosion of spaces*), que demonstram as enormes contradições e desigualdades do padrão de acumulação contemporâneo. Além disso, ele ressalta que diversos movimentos sociais (seus protestos e lutas) surgem para questionar, em maior ou menor medida, o uso do espaço. Esses movimentos mostram que o espaço não é meramente econômico – no qual todas as partes são intercambiáveis e têm um valor de troca – nem simplesmente um instrumento político para a homogeneização de todas as partes da sociedade. Nesse sentido, o espaço continua sendo um modelo de valor de uso que resiste às generalizações do valor de troca em uma economia capitalista onde a homogeneização dos espaços tende a prevalecer.

2.3.2 Estado e produção dos espaços no capitalismo

Nesta seção, trazemos algumas reflexões sobre a “política do espaço”, enfatizando os papéis do Estado na produção dos espaços no capitalismo. A este respeito, Lefebvre (2009) traz uma contribuição importante sobre o papel central que o Estado passa a assumir na produção e transformação da espacialidade capitalista no decorrer do século XX, especialmente a partir da sua segunda metade. Segundo o autor, nesse período, o Estado passou a administrar e a gerir os espaços, assumindo, portanto, a direção do processo de acumulação. Essa é a fase do capitalismo organizado, marcada pelo “produtivismo” estatal, a qual Lefebvre denominou “modo de produção estatal” (SMP, sigla em inglês para *state mode of production*) – fazendo referência às mudanças na geografia do poder do Estado e da intervenção estatal nos espaços do capitalismo. A noção de SMP foi criada, pois, na tentativa de compreender o crescimento da função central das instituições estatais em viabilizar a expansão do capitalismo. Mais do que nunca, as relações sociais e espaciais que organizavam a produção e a reprodução, bem como os conflitos e lutas decorrentes dessas relações, passaram a ser canalizados, absorvidos e administrados pelo Estado.

Segundo Lefebvre (2009), o modo de produção estatal é a base institucional e espacial para administrar o processo de acumulação do capital, suas contradições e suas tendências às crises. Ressalte-se que o referido autor parte do entendimento de que as intervenções do Estado na vida econômica e social devem ser concebidas *espacialmente* como tentativas de organizar, instrumentalizar e regulamentar o espaço social. Assim, o Estado e seus aparatos burocráticos e políticos intervêm continuamente no espaço, e fazem uso do espaço em seu aspecto instrumental. Para o autor, a contribuição do “modo de produção estatal” para a criação de uma espacialidade abstrata capitalista tem sido crucial, por meio da mobilização de suas capacidades regulatória, instrumental, ideológica e estratégica para moldar e remodelar os espaços de acumulação do capital, sujeitando-os, simultaneamente, aos processos de hierarquização, fragmentação e homogeneização. É importante frisar que o “espaço estatal” – o espaço de intervenção do Estado – não tem as mesmas características caóticas dos espaços gerados por interesses privados. Pelo contrário, ele tem uma aparência de homogeneidade, o que lhe dá legitimidade para agir. Dessa forma, as intervenções do Estado no espaço não podem ser vistas como neutras. Elas são, pois, estratégicas, políticas, ideológicas e conflituosas.

Para Lefebvre (2009), apenas o Estado é capaz de administrar e gerir a produção dos espaços em uma escala tão vasta e, além disso, a intervenção do poder estatal é a única força

que assegura a integração entre os diversos pontos no espaço ou que garante a sua subordinação ao conjunto. A capacidade incomparável do Estado de gerir, produzir e regular em larga escala investimentos de longo prazo, consumo coletivo, circulação de mercadorias, dá a ele uma posição institucional privilegiada na produção capitalista da espacialidade. Em concordância com esse autor, Harvey (2005) postula que o Estado constitui o corpo político com maior capacidade de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes. No entanto, este último autor ressalta que o capitalismo pode sobreviver sob diversos arranjos políticos e institucionais de modo bastante satisfatório,¹³ mas na ausência do arcabouço estatal encontra maiores riscos, visto que os capitalistas têm de se proteger em ambientes que podem não reconhecer ou não aceitar suas regras e maneiras de fazer negócios. Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes frações do capital (interesses mercantis, financeiros, industriais, agrários, rentistas, além das subdivisões em cada um desses setores). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro, de negócios e de relações comerciais externas também têm de ser estruturadas para beneficiar a acumulação capitalista.

Nesse sentido, a acumulação do capital por meio da troca de mercado fixadora de preços floresce melhor no âmbito de certas estruturas institucionais da lei, da propriedade privada, do contrato e da segurança da forma-dinheiro. Um Estado forte dotado de poderes de polícia e do monopólio dos meios de violência pode garantir tal arcabouço institucional e sustentá-lo com arranjos constitucionais definidos. Assim, segundo Harvey (2006b), a formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa têm sido, por conseguinte, características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo.

Posto que o Estado seja um importante arcabouço institucional para regular os processos de acumulação do capital, Harvey (2006b) também passou a estudá-lo como indutor da produção da espacialidade capitalista. Para ele, a construção de formas de organização espaciais relativamente estáveis para circulação e acumulação do capital necessariamente requer um planejamento, regulação e administração do espaço pelo Estado. Isso facilita o

¹³ A esse respeito, é válido ressaltar que os processos moleculares de acumulação do capital podem produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado por meio da criação de suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos linguísticos (HARVEY, 2005).

processo de compressão espaço-temporal e estende a acumulação do capital garantida pelas estruturas fixas (infraestruturas institucional, de comunicação, transporte). O Estado pode usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais, mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (HARVEY, 2005).

O Estado deve também se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal, possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos (HARVEY, 2006b). Além disso, segundo Harvey (2005), o Estado também possui um papel-chave na acumulação original ou primitiva,¹⁴ usando seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital. O Estado assume ainda todo tipo de outros papéis influentes, entre eles, a taxação – que é um aparato político institucional e mecanismo de transferência de rendas.

Nesse sentido, Harvey (2005) afirma que o Estado intervém ativamente na produção do espaço, tratando-o como um instrumento político mediante o qual a ordem social pode ser mantida. Ressalte-se que o Estado não é neutro, nem necessariamente passivo, em relação a esses processos de acumulação do capital. Uma vez que reconheça a importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder, ele pode procurar influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações, mesmo que em primeira instância possa fazê-la ao acaso (quando os resultados vão além dos fins específicos).

No entanto, é importante ressaltar que essa visão do papel do Estado na produção dos espaços não invoca uma fetichização do espaço a serviço do Estado. Isto não só ignoraria as dimensões espaciais do poder estatal, mas conceberia o Estado como um vazio, uma “unidade racional”. Além disso, Lefebvre (2009) afirma que o Estado nem sempre é bem sucedido em alcançar os seus objetivos e o grau de “controle” que exerce, por meio de qualquer estratégia particular, não permanece constante ao longo do tempo. Novas crises exigem novas estratégias. Esse autor destaca que cada nova forma de Estado e de poder político introduz sua

¹⁴ Para Harvey (2005), a natureza econômica do processo descrito como acumulação primitiva permanece fortemente presente na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Porém, como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, ele substituirá esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. Para o autor, o sistema de crédito e o capital financeiro são um dos principais instrumentos dessa forma de acumulação no capitalismo atual.

própria forma de dividir o espaço, sua própria classificação administrativa particular de discursos sobre o espaço e sobre coisas e pessoas no espaço.

Além do papel do Estado na produção dos espaços no capitalismo, Harvey (2006d) também sinaliza a importância da construção de certos arranjos institucionais – por meio da organização de interesses em alianças regionais de classes – para facilitar/sustentar a reprodução do capital nos espaços do capitalismo. Nesse sentido, o autor afirma que essas novas estruturas organizativas podem atuar para conservar os direitos já garantidos, sustentar investimentos já realizados, deixar o acordo local intacto, proteger-se da competição espacial, além de promover condições favoráveis à acumulação adicional nesses espaços. Harvey (2006a) tenta mostrar que as alianças regionais de classes são uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada. Para ele, se as estruturas regionais e as alianças já não existissem, então, necessariamente, os processos em andamento sob o capitalismo as criariam.

Por fim, Harvey (2006a) argumenta que a capacidade de dominar o espaço implica no poder de produzir e organizar tal espaço. Segundo ele, as revoluções nas formas capitalistas de organização têm permitido maior controle sobre os espaços por capitalistas associados. Assim, a organização de interesses para conseguir certos arranjos que facilitem os processos de acumulação do capital é tarefa necessária para a sobrevivência do capitalismo. E essas estruturas, ao lado do Estado, têm exercido um papel mediador fundamental nos processos de acumulação do capital nos espaços.

2.3.3 Perspectiva da produção do espaço sob o enfoque do *espaço geográfico*

Muitos teóricos estudaram a questão da produção do espaço sob a ótica do espaço geográfico, buscando compreender a organização geográfica e reestruturação do espaço no capitalismo. Esses estudos versam, portanto, sobre a geografia específica do capitalismo. David Harvey (2006d), em sua obra *Os Limites do Capital*, traz como principal inovação teórica a integração da produção do espaço e das configurações espaciais, como elemento ativo, no cerne da teorização marxista. Nesse sentido, a produção de configurações espaciais deve ser tratada como um “momento ativo” dentro da dinâmica temporal de acumulação e reprodução social. Assim, a organização espacial não pode ser vista como um mero reflexo do processo de acumulação e reprodução de classe. Ao contrário, o espaço geográfico deve ser socialmente produzido. Essa contribuição será seguida pela maioria dos geógrafos marxistas, entre os quais Neil Smith, para quem a teoria do desenvolvimento desigual fornece a principal

chave para se compreender o que caracteriza a geografia específica do capitalismo (TOLEDO JUNIOR, 2001).

Ressalte-se que dentro do projeto de “especializar o marxismo”, Harvey (2006d) buscou abordar o problema mediante a análise dos “ajustes espaciais”¹⁵ e de seu papel nas contradições internas da acumulação do capital. O autor estava tentando entender *por que* o capitalismo produzia as crises e *como* esse processo era protelado, e percebeu que a incorporação de “novos” espaços ao processo de acumulação era uma forma de postergar a crise. A produção desses espaços representava, pois, novas oportunidades para a acumulação do capital, visto que a abertura de “novos” espaços significa a descoberta de novas fontes de acumulação. No entanto, Harvey (2006c) ressalta que, na fase do capitalismo contemporâneo, a produção do espaço não tem se realizado somente pela expansão absoluta num dado espaço, mas pela diferenciação interna do espaço global, isto é, por meio da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo. Nesse sentido, Harvey aponta a expansão geográfica e a reorganização espacial como opções possíveis para o adiamento das crises capitalistas, mas que tampouco podem se divorciar dos “ajustes temporais”, já que o investimento no espaço se dá ao longo do tempo.

A ideia de Harvey (2005) é que esse “ajuste espaço-temporal” absorveria os excedentes de trabalho e de capital provenientes das crises de sobreacumulação por meio de “deslocamentos temporais”, mediante investimentos que adiam a futura reentrada de capital em circulação, como investimentos em projetos de capital de longo prazo (a exemplo de investimentos em infraestrutura econômica de transporte e de energia) ou em gastos sociais (como educação e pesquisa); “deslocamentos espaciais”, por meio da construção de novos espaços geográficos com a abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos (sociais e de trabalho) em outros lugares, além da reorganização dos espaços já existentes; ou ambos.

Para avançar na análise desse processo, os teóricos da corrente crítica da geografia têm buscado compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo numa dimensão espacial por meio de teorizações acerca dos desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo. Essas análises, de forma geral, entendem o “desenvolvimento desigual” tanto como produto quanto condição geográfica do desenvolvimento capitalista. Como resultado, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo por meio das diferenças entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como premissa da expansão capitalista, o

¹⁵ Em inglês, *spacial fix*, também traduzido por solução, arranjo, ordenação ou deslocamento espacial.

desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. Nesse sentido, o capitalismo produz desigualdades nos espaços de acumulação e sobrevive (se perpetua) por meio delas. Neste caso, segundo Smith (1988, p. 221), “[...] a exploração da desigualdade geográfica é um meio para certos fins sociais determinados.” Daí a funcionalidade do desenvolvimento desigual, que coloca à disposição do capital “novas” áreas (isto é, espaços “vazios” aos olhos do capital) a serem submetidas à sua lógica ou áreas que podem ser reorganizadas de forma a assumirem novos papéis nas suas trajetórias de valorização e acumulação.

Assim, nesse tipo de abordagem considera-se que a lógica e as contradições do capitalismo são expressas no espaço geográfico, configurando-se na geografia específica do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual. As contradições internas do capitalismo expressam-se por meio da formação e re-formação irrequietas das paisagens. Ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade se veem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna por lucros constituem a dominante (HARVEY, 2005).

Para Smith (1988), o capital realiza a produção do espaço à sua própria imagem, e a exploração dessa ideia levará a uma mais completa integração do espaço e da sociedade na teoria do desenvolvimento desigual. Em seu livro *Desenvolvimento Desigual*, ele busca decifrar a lógica teórica que dirige a reestruturação do espaço geográfico. A tese que o autor defende é a de que o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital. Além da questão essencialmente geográfica, a teoria do desenvolvimento desigual também se dirige à questão política, a saber, de que maneira a configuração geográfica da paisagem contribui para a sobrevivência do capitalismo. Para esse autor interessa saber *como* esse espaço é produzido e *quem* controla tal produção.¹⁶

¹⁶ No entanto, essa abordagem política não foi muito explorada por Smith (1988). Ele se preocupou em tratar mais o espaço geográfico em sua análise da natureza desigual da produção do espaço capitalista. O autor justifica sua atenção demasiada ao espaço geográfico para compensar o nítido descuido para com a dimensão

Segundo Smith, há uma questão mais profunda em jogo dentro da lógica do desenvolvimento desigual. Não é apenas uma questão do que o capitalismo faz com a geografia, mas antes, do que a geografia pode fazer pelo capitalismo. Assim, o espaço geográfico está, mais do que nunca, na pauta econômica e política. Como diria Smith (1988, p. 139), “[...] o desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo.” Dessa forma, o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. O padrão que resulta na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento de um lado e subdesenvolvimento de outro. Isto ocorre em várias escalas espaciais.

Ao tratar da teoria de desenvolvimento desigual, Smith (1988) afirma que a lógica deste desenvolvimento deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação e para a igualização das condições de produção.¹⁷ Essas tendências determinam, pois, a natureza desigual da produção capitalista do espaço. Dessa forma, a sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço homogeneizado e diferenciado. É um espaço produzido para o capital. O autor ressalta que a fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação e para a igualização, respectivamente. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, a imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Para Smith, a tendência à igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas, que é inerente à produção global do espaço relativo, é, portanto, mais claramente expressa no mercado mundial e no processo de circulação. Já a tendência à diferenciação própria do capitalismo se dá tanto pelo processo de divisão territorial do trabalho quanto pelo processo espacial de concentração e centralização de capitais. Nesse processo, a diferenciação do espaço vai se expressar na paisagem geográfica do capital em áreas de maior e menor produtividade, razões capital/trabalho altas e baixas, taxas variáveis de lucro etc.

Mais recentemente, David Harvey (2006c) publicou, em seu livro *Spaces of Global Capitalism*, um capítulo sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que apresenta sua teorização acerca da dinâmica de funcionamento do capitalismo. Ressalte-se que, segundo o autor, essa teoria é resultado da conjunção de diferentes modos de pensar os

espacial do desenvolvimento capitalista. Mas, com isso, Smith deixa claro que não há nenhuma tentativa de negar outros aspectos do processo, até porque a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo, em todas as suas dimensões.

¹⁷ Segundo Smith (1988), esses movimentos do capital referem-se a um fenômeno autenticamente do século XX.

desenvolvimentos desiguais, que são trazidos para uma área dinâmica de interação e transformados em uma teoria unificada, a qual cria novas condições de possibilidade analítica do desenvolvimento espacial. Nela, o autor expõe alguns pontos de vista de diferentes campos teóricos que, em sua percepção, precisam ser considerados na formulação de uma teoria unificada sobre essa problemática.

Nesse sentido, em linhas gerais, essa teoria visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando para o modo como a dinâmica da acumulação do capital e sua temporalidade podem alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios.¹⁸ Os desenvolvimentos geográficos são considerados por Harvey (2006c) como fortemente influenciados pela busca incessante da acumulação do capital no espaço e no tempo (por meio dos ajustes espaço-temporais e pela busca de redução do tempo de giro do capital), pela ação do homem na natureza, pela acumulação por espoliação – mediante a produção de excedentes e pela desvalorização dos ativos específicos (capital e trabalho) em determinados espaços – e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (municipal, estatal, regional, nacional, internacional).

Segundo Harvey (2005), o processo intenso de acumulação do capital nos territórios é caracterizado pela busca contínua por localizações superiores (isto é, localizações de menor custo), pela criação de novos mercados, pela apropriação de vantagens tecnológicas por meio dos direitos de patentes e de propriedade intelectual e pela centralização do capital (domínio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado). Dessa forma, a própria dinâmica de funcionamento do capitalismo, por meio da acumulação do capital, cria um ambiente competitivo para os territórios.

Nesse sentido, a busca por localizações superiores, por inovações tecnológicas e pelo domínio do poder financeiro constitui um diferencial competitivo (vantagem competitiva) para os capitalistas que se apropriam dessas vantagens, pois eles estarão adiando possíveis crises de sobreacumulação, tornando-se mais adaptativos e flexíveis a elas. Entretanto, esses tipos de vantagens, que conferem certos poderes monopolistas a quem as detêm, criam uma concorrência territorial acirrada. Essa concorrência estimula ainda mais a criação e produção de localizações superiores, a apropriação de inovações tecnológicas protegidas por direitos de propriedade ou por segredos, a criação de inovações organizacionais que assegurem uma maior capacidade de apropriação do excedente, a centralização de capitais, a redução do entrave da distância (redução de barreiras espaciais), a aceleração temporal de processos

¹⁸ Ressalte-se que a nomenclatura utilizada por Harvey (2006c) para se referir ao “espaço geográfico” é a de “território”.

naturais especializados. Enfim, a concorrência territorial, segundo Harvey (2006c), estimula o processo de “compressão espaço-tempo”¹⁹ e, com ele, os riscos e a vulnerabilidade associada aos territórios.

Essa vulnerabilidade, por sua vez, se dá na medida em que o comportamento competitivo entre os territórios gera um estado de contínuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas e nos processos de acumulação de capital, já que estes devem ser cada vez mais acelerados. Nesse sentido, a busca incessante por estender o poder capitalista para os territórios, setores e domínios nos quais os excedentes (ou as condições naturais favoráveis para a produção de excedentes) ainda não foram incorporados à circulação do capital, faz com que a criação de instabilidade também seja gerada pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas²⁰ (HARVEY, 2006c). Ou seja, a busca pelo aumento da competitividade nos territórios traz mudanças de escalas, que não podem ser desconsideradas. A vulnerabilidade é, nesse caso, gerada pelas rápidas e contínuas mudanças às quais o território deverá se adaptar.

Em síntese, vale ressaltar que essa vulnerabilidade nos territórios sinalizada por Harvey (2006c) é produto da ação do homem na natureza e no ambiente institucional. Nesse sentido, o processo de acumulação do capital vem causando diversos tipos de impactos na “teia da vida socioecológica”²¹ por haver uma relação de causalidade entre as práticas sociais e a natureza. Desse modo, a apropriação da natureza pelas sociedades contemporâneas tem sido marcada pela geração de impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do modelo de desenvolvimento e de consumo, da mundialização da economia, da forma de distribuição de

¹⁹ Harvey (2006c) utiliza-se da expressão “compressão espaço-tempo” para indicar o modo como o tempo e o espaço estão sendo representados na análise espaço-temporal das relações produtivas e sociais no sistema capitalista. Segundo esse autor, em razão da busca desenfreada pela acumulação do capital, há fortes incentivos para minimizar o tempo de rotação do capital e, como consequência, o aumento das inovações para acelerar a produção, a comercialização e o consumo. A distância (espaço) é mensurada quanto a tempo e custo de movimento, por isso há forte pressão para reduzi-la, por meio de inovações nos transportes e nas comunicações. Além disso, há também a busca pela redução do custo e do tempo de movimento das mercadorias, pessoas, capital e informação.

²⁰ Ressalte-se que, segundo Egler (1993), a dinâmica social do espaço é contraditória e reflete a articulação de distintas escalas, onde os movimentos aparentes nem sempre apontam para um mesmo sentido e direção. O tratamento mecânico das escalas, como meras mudanças quantitativas na ordem e dimensão dos processos, oculta tensões e conflitos que definem campos de forças capazes de afetar a velocidade das mudanças políticas e sociais. O espaço geográfico não é neutro, nem se apresenta como uma superfície totalmente permeável aos fluxos econômicos que buscam aceleradamente reduzir a fricção da distância e homogeneizar os lugares.

²¹ O conceito “teia da vida” foi trabalhado inicialmente por Frijot Capra em seu livro *A Teia da Vida*. O significado desse termo em Capra remete à ideia de que os seres humanos estão inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podem afetar individual e coletivamente, por meio de suas ações, as práticas sociais (HARVEY, 2006c). Harvey (2006c) utilizou-se desse conceito para trabalhar sobre a rede de interconexões existente entre as práticas sociais e o sistema socioecológico. Essa “teia da vida” pode ser vista como os modos pelos quais as ações do homem se disseminam entre a rede de interconexões que constitui o mundo vivo.

riquezas e do padrão tecnológico existente no mundo atual. Então, para analisar o desenvolvimento de uma região, deve-se compreender a construção dos territórios como resultante das interações sociedade-natureza, ou seja, é fundamental para a análise de um território introduzir a questão dos impactos das ações humanas no meio ambiente e na sociedade (incluindo-se aqui todas as suas dimensões, desde políticas, institucionais, culturais, ideológicas, entre outras).

Dessa forma, a compreensão dos desenvolvimentos desiguais no capitalismo depende, primeiramente, do entendimento da produção da natureza pelas ações capitalistas. Esta “produção da natureza” deve ser entendida como um processo de intensas variações internas decorrentes da inserção material da acumulação do capital na “teia da vida”, ou seja, no sistema socioecológico (HARVEY, 2006c). Assim, os desenvolvimentos desiguais são causados pela rede de interconexões existente entre a “teia da vida” e as práticas capitalistas (um modelo de produção, por exemplo), principalmente devido à vulnerabilidade em potencial da natureza predatória da inter-relação entre essas duas instâncias.

Para Harvey (2006c), o capitalismo tem modificado seus comportamentos por meio de seus encontros com os limites e restrições ambientais, por exemplo. Novos arranjos institucionais estão constantemente sendo constituídos em resposta às circunstâncias da inserção material da circulação do capital dentro da “teia da vida”. Dessa forma, esse autor afirma que a acumulação do capital tem que se adaptar e, em algumas circunstâncias, ser transformada pelas condições materiais. Ou seja, a estratégia de desenvolvimento dos territórios deve considerar as vulnerabilidades geradas pelo processo de expansão do capital, de forma a dar continuidade ao próprio processo de crescimento. Nesse sentido, a capacidade de adaptação às vulnerabilidades regionais é um fator crucial do processo de desenvolvimento capitalista.

2.3.4 Construção da teia teórica para análise dos cerrados baianos

Após a apresentação das bases teóricas para tratar a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista na perspectiva do espaço socialmente produzido, é possível levantar algumas questões importantes que devem ser consideradas nesta investigação. A contribuição dos diversos autores da teoria social crítica aqui abordados foram importantes para a construção de uma “teia” teórica integradora da questão econômica à política e ideológica sobre a problemática da produção dos espaços no capitalismo. Nesse sentido, sem nenhuma ordem de importância, são arrolados a seguir elementos configurativos de uma

análise conclusiva sobre essa problemática, cobrindo as diversas dimensões de sua abordagem:

- a) As múltiplas funções que o espaço assume no capitalismo contribuem para desmistificar sua aparência de neutralidade abstrata, avançando em relação às concepções de espaço que o veem como um mero receptáculo neutro;
- b) A análise de Lefebvre que considera o espaço não apenas como campo da prática (espaço funcional), mas também como campo das superestruturas ideológicas e simbólicas (espaço instrumental), nos permite avançar na compreensão dos impactos políticos e estratégicos da produção dos espaços no capitalismo. Há, pois, uma espacialização material e ideológica associada ao desenvolvimento e à sobrevivência do capitalismo que não pode ser desconsiderada nessas análises;
- c) As “representações do espaço” são uma dimensão crucial do espaço socialmente produzido no capitalismo. Lefebvre ressalta que esse espaço concebido é o espaço onde se reproduzem as relações sociais de dominação, na medida em que os interesses atendidos nesse processo de planejamento são os dos grupos hegemônicos da sociedade;
- d) A característica “abstrata” dos espaços no capitalismo serve para “camuflar” os conflitos inerentes às relações sociais que produzem esses espaços, na medida em que este dá a aparência de consenso, de homogeneidade (isto é, de igualdade de condições). Essa contradição presente no espaço abstrato é visível por meio das tendências contraditórias próprias do capitalismo à homogeneização, fragmentação e hierarquia. A respeito desses processos, eles são ainda reforçados pela intervenção estatal, que possui o poder de orientar e coordenar essas forças em larga escala nos espaços de acumulação;
- e) Essas forças para a homogeneização, fragmentação e hierarquia dos espaços atuam por meio da eliminação de algumas das principais diferenças nas fronteiras desses espaços para integrá-los ao processo de valorização capitalista mais ampla. O espaço é, pois, produzido e planejado para a necessidade de integração do capital, ao mesmo tempo em que outras fronteiras de “barbárie” podem estar sendo criadas ou redefinidas em outros espaços. Nesse sentido, a integração não homogeneíza as partes, pelo contrário, ela só se realiza por meio da diferenciação presente nas relações de dominação e subordinação entre esses espaços.

- f) As questões levantadas por Lefebvre a respeito da “política do espaço” e do “espaço estatal” apontam para uma análise que considera o papel “ativo” do Estado em orientar e conduzir o processo de acumulação e expansão do capital no espaço. Deve-se considerar o fato de que o próprio Estado é um espaço socialmente produzido, ativamente empenhado na reprodução de determinada espacialização social. De acordo com essa visão, o Estado é o corpo político com maior legitimidade para agir nos espaços, em função da sua aparência de neutralidade, que visa atender um pretense “interesse geral”;
- g) As análises de David Harvey também vão nesse sentido de compreender o papel do Estado para facilitar/induzir a acumulação do capital nos espaços por meio do seu planejamento e financiamento de investimentos de longo prazo em tais espaços. Além disso, o autor sinaliza a importância da construção de certos arranjos institucionais – tais como as alianças de classes que se organizam em novas configurações organizativas – para controlar os espaços e conservar/proteger os direitos já adquiridos. Assim, essas estruturas, ao lado do Estado, têm exercido um papel mediador fundamental na produção dos espaços no capitalismo;
- h) As questões do controle político e da sobrevivência econômica estão bastante interligadas, não há como progredir em um sem a ajuda do outro. Por isso, a questão política é um instrumento tão importante do capital;
- i) Os estudos sobre a geografia específica do capitalismo também trouxeram compreensões importantes sobre a forma como os espaços geográficos (também entendidos como territórios ou regiões) são produzidos. A expansão geográfica (criação de “novos” espaços de acumulação), bem como a diferenciação dos espaços são as características específicas da integração dos espaços à lógica mais ampla de valorização do capital. No entanto, é necessário frisar que o papel dado à inovação tecnológica nos processos de diferenciação dos espaços por essas correntes não pode ser considerado, em si, um elemento reestruturador do espaço, pois isto se constituiria num reducionismo da análise frente a uma realidade mais complexa. Com isso, queremos dizer que não podemos desprezar outros fatores que poderiam ter contribuído para impulsionar esse processo de mudanças no espaço. Os conflitos de interesses, por exemplo, devem apresentar uma relação direta com as mudanças. Não podemos negar a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial, no entanto, ela não reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social. Ressalte-se que as inovações tecnológicas são fruto das necessidades do

processo de expansão capitalista, mas também são resultados de decisões políticas. Não há conhecimento neutro.

Esses foram os aspectos mais importantes sinalizados pelas contribuições teóricas aqui exploradas, reafirmando-se a importância da produção dos espaços no capitalismo para a reprodução das condições de sobrevivência do capital e sua hegemonia. Ressalte-se que os aspectos aqui relacionados não apontam mais do que pistas para a investigação. Esses processos precisam ser analisados em casos concretos, já que cada espaço possui sua geografia histórica particular. Contudo, antes de partirmos para a análise da produção dos espaços dos cerrados baianos propriamente, consideramos que ainda é necessário avançar na teorização da política do espaço no capitalismo, principalmente em relação aos novos papéis assumidos pelo Estado (e sua relação com a sociedade) no capitalismo contemporâneo, principalmente após a década de 1990. É importante compreender também o papel do capital demandando novos arranjos institucionais e adaptações das estruturas de Estado a necessidades emergentes dos espaços. Essas questões serão, pois, trazidas na próxima seção.

3 ESTADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO ESPAÇO

Nesta seção buscamos fazer algumas considerações importantes acerca da concepção de Estado que será utilizada nesta pesquisa, de modo a compreender melhor o seu papel na produção dos espaços no capitalismo. Ressaltamos conceitos como os de hegemonia, legitimação, consenso e classes sociais, bem como as formas de relação Estado-sociedade. Partimos da concepção gramsciana de Estado para compreender suas bases constitutivas, considerando que não existe um “modelo único” de Estado. Este é, pois, uma construção sociopolítica e, desse modo, pode adquirir diversas formas de atuação, a depender dos contextos histórico-geográficos concretos em que está inserido. Mesmo admitindo as particularidades de cada um, acreditamos, contudo, que alguns aspectos essenciais ao seu funcionamento são comuns a todos os Estados.

Nesse sentido, discorreremos, num primeiro momento, sobre a concepção gramsciana de Estado “ampliado”. É importante frisar que não pretendemos, com isso, tratar de uma teoria do Estado, mas apenas destacar alguns pontos da análise de Gramsci, que merecem ser considerados no presente trabalho. Em seguida, discutimos sobre a relação Estado-sociedade na contemporaneidade, focalizando o caso brasileiro, especificamente no que se refere às novas configurações assumidas por essas duas instâncias a partir da década de 1970. Com isso, pretendemos avançar em relação às formas de atuação do Estado no período desenvolvimentista, à luz das suas transformações atuais para se adequar às necessidades dos novos padrões de acumulação.

3.1 ESTADO NA TEORIA: CONCEPÇÃO GRAMSCIANA

A teorização de Gramsci (1976) acerca da concepção de Estado no sistema capitalista parte da ampliação das bases teóricas marxistas. Em linhas gerais, a sua definição de Estado “ampliado” contém elementos antigos (presentes no conceito “restrito” de Estado) e elementos novos. Esses elementos antigos fazem parte do que ele denomina de “sociedade política” – isto é, de Estado em “sentido estrito”, o qual exerce sempre uma dominação fundada na coerção. Entretanto, além da esfera da “sociedade política”, Gramsci acrescenta novas determinações em seu conceito de Estado, sintetizados na esfera da “sociedade civil” – na qual as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos por meio da direção e do consenso. Em conjunto, ambas as esferas formam o Estado em sentido “amplo”.

Assim, a função do Estado moderno não estaria limitada somente a instrumentos de dominação e coerção (presentes na “sociedade política”), mas também a instrumentos de direção e consenso (presentes na “sociedade civil”). Ressalte-se ainda que apesar de qualquer forma de Estado moderno apresentar as funções de coerção e consenso, o Estado pode manifestar-se em cada sociedade de diferentes formas, ou mais “coercitiva” ou mais “consensual”, a depender do grau alcançado de socialização da política e da correlação de forças entre as classes sociais em cada uma dessas sociedades (COUTINHO, 1985).

Desta forma, a “ampliação” do conceito marxista de Estado em Gramsci aparece na definição de “sociedade civil”. Para o autor, a “sociedade civil” não pode ser designada apenas como o conjunto das relações econômicas capitalistas, situando-se na base material da sociedade, mas também como o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, ao constituir-se como uma esfera da superestrutura. Assim, o conceito de sociedade civil se vê captado por uma dupla rede: por um lado, diz respeito às sociedades capitalistas, ou seja, às condições de vida materiais, ao sistema privado de produção e, por outro lado, implica os aparelhos ideológico-culturais da hegemonia. Nesse sentido, não pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui seu fundamento: as relações de produção (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Contudo, convém ressaltar que essa distinção entre sociedade civil e sociedade política é apenas de ordem “metodológica”, e não “orgânica”, como muitas vezes é apresentada,¹ pois na realidade concreta, sociedade civil e Estado se confundem (MACCIOCCI, 1976). No entanto, tampouco se trata, como afirma Buci-Glucksmann (1980), de identificar pura e simplesmente sociedade e Estado. A partir dessa visão, o Estado não pode ser visto como *locus* de um poder determinado exterior à própria sociedade, nem a sociedade pode ser vista como um mero aglomerado de indivíduos autônomos. Assim, uma ampliação do conceito de Estado pressupõe que este de nenhum modo se reduza a um simples deslocamento exclusivo em direção ao campo superestrutural, como pretenderam numerosos intérpretes de Gramsci. Desse modo, a ampliação do Estado deve ser entendida como atrelada às suas bases históricas constitutivas.

A esse respeito, Gramsci (1976) distingue três momentos na relação das forças políticas, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, mostrando a passagem da sociedade civil para o campo superestrutural, mas tendo por base suas relações infraestruturais. Segundo Buci-Glucksmann (1980), tal distinção visa preservar a análise

¹ Vistas como instâncias separadas, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado (sociedade política) não deve intervir na sua regulamentação (GRAMSCI, 1976).

marxista da dialética de dois desvios, frequentemente simétricos: o desvio idealista, que superestima o momento ideológico na constituição de classe, e o desvio economicista, materialista-mecânico, que subestima a ação específica do campo superestrutural.

Nesse sentido, o primeiro momento e mais elementar é o econômico-corporativo, ligado à infraestrutura, no qual se percebe a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. O segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Nesse momento, já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes.

O terceiro momento, por fim, é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Essa é, portanto, a fase mais abertamente política, a que assinala a passagem nítida da infraestrutura para a esfera das superestruturas. Tal é o momento em que se colocam todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano “universal”, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 1976). Desse modo, a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos. A hegemonia política garante a coesão das forças sociais não hegemônicas, por meio da ação do Estado, do aparelho jurídico, da influência da educação ideológica, da escola, das crenças religiosas, da cultura (MACCIOCCHI, 1976).

Nesse sentido, é importante ressaltar que essa dominação hegemônica não é exercida como defesa exclusiva de um estrito “interesse econômico corporativo”. Esta é mais ampla, na medida em que abrange também o conjunto de relações complexas pelas as quais se exerce o trabalho de mediação e de compromisso entre os interessados do grupo dominante e os dos grupos aliados e subordinados (MACCIOCCHI, 1976). Assim, devem-se levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida. Nesse sentido, para preservar sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente tem que fazer sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Contudo, segundo Gramsci (1976, p. 33), “[...] é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica.” Assim, a função hegemônica de classe ultrapassa o

campo exclusivamente superestrutural: as práticas ideológicas aparecem desde o aparelho de produção econômica, desde a fábrica (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Com isso, é possível afirmar que os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força política autônoma. No entanto, a estratégia capitalista de postular em alguns espaços a participação dos grupos subordinados é uma alternativa estratégica defensiva do capital. A integração desses grupos no âmbito dos processos decisórios não se traduziu em uma ampliação dos seus espaços de poder, mas de sua subordinação, já que a intenção era transformá-los em “instrumento adaptado”. Suas ações são, pois, limitadas.

É importante frisar também que, para Gramsci, o poder não se exerce apenas pela hegemonia, isto é, por meio da difusão das ideias da classe que o assume: existe uma permanência da ação coercitiva, o que o autor chama de a “necessidade da coerção”, própria a qualquer Estado. No entanto, o Estado parece confiar cada vez mais em sua hegemonia legitimadora e não na força e na opressão diretas – o que torna ainda mais complexa a sociedade capitalista moderna, já que a exploração torna-se menos aparente e o esforço para desmistificá-la, mais complexo (MACCIOCCHI, 1976).

Por fim, cabe ainda ressaltar que o Estado, como é entendido aqui, é uma instância conformada pela presença ativa das classes sociais, ou seja, pela presença de conflitos. Essas “classes” são entendidas como um conceito que inclui as diversas frações do capital e do trabalho e os conflitos envolvidos nas relações intra e interclasses. A importância de se trabalhar com o conceito de “classe” ou “grupo” é que são sempre os interesses de uma coletividade que resultarão na luta dos interesses no âmbito estatal, e não dos interesses individuais. No entanto, Perissinotto e Codato (2009) ressaltam que o termo “classe” parece pressupor uma comunidade de interesses entre seus membros, uma identidade de visões de mundo, uma consciência dessa comunidade geradora de uma vontade unificada e de uma ação coletiva que nem sempre, ou raramente, existem. Para esses autores, mesmo a “consciência de classe” depende da capacidade de organização e direção de seus dirigentes. A ação coletiva de uma classe deve ser ela mesma destrinchada e não tomada como um fato inevitável e espontâneo, que emana automaticamente da similaridade de interesses materiais. Dessa forma, as classes agiriam sempre por meio de “porta-vozes”, isto é, por meio de sindicatos, partidos, associações e outras instituições que falariam “em nome” das classes. Assim, segundo os autores, o uso adequado desse conceito parece exigir que se considere a classe como uma coletividade politicamente “representada” no jogo institucional por uma “elite de classe”, com

todos os conflitos que essa relação comporta. Com isso, busca-se frisar que, nesse contexto de diversidade de interesses, o Estado vai perdendo a capacidade de arbitrá-los em favor destes ou daqueles, isoladamente. Assim, o choque permanente entre interesses conflitantes projeta uma necessidade de mudanças no plano organizativo, inclusive do próprio Estado (OLIVEIRA, N., 2004).

3.2 RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

Assim, a partir do conceito de Estado ampliado, podemos afirmar que existe uma relação orgânica entre Estado e sociedade civil. Essa relação é, pois, dialética, construída a partir de um processo de lutas, conflitos, contradições. Nesse sentido, como apontado por N. Oliveira (2004), o Estado não pode ser considerado um *locus* de poder distanciado da sociedade, tampouco o processo decisório é um resultado de atos de vontade individual, sendo o Estado uma instância meramente passiva ou reflexa. Tendemos a pensar a respeito do Estado como totalmente passivo em relação à história capitalista (como uma superestrutura que meramente reflete a base). Vale ressaltar que a base econômica e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não sequencialmente – há uma interação dialética entre ambas (HARVEY, 2006b). Assim, não há aqui uma hierarquização nas relações Estado-sociedade, como a partir-se sempre do Estado para a sociedade. Pode-se falar de sociedade civil sem que esta assuma um caráter de oposição ao Estado (OLIVEIRA, N., 2004).

Ressalte-se, pois, que essas teorizações sobre a relação Estado-sociedade rompem com as visões de uma sociedade autorregulada pelos mercados, da qual viria a se deprender um Estado fundamentalmente passivo, bem como com os que consideram o Estado um ente abstrato, detentor da Ideia, ou fonte primária do processo reprodutivo, no qual a sociedade desempenha papel meramente passivo. Assim, o Estado foi deixando de ser algo idealizado, ou posto à margem como instância secundária, para se constituir num elemento intrínseco à dinâmica da própria sociedade (OLIVEIRA, N., 2004).

Além disso, é válido destacar que trajetórias de acumulação diferenciadas exigiram mecanismos regulatórios também diferenciados nesse transcurso. Em vez de um modelo definido para todas as situações, trata-se de formas circunstanciais que se adaptam a necessidades impostas pela própria luta de interesses de classes divergentes, cujo realce passa a ser conferido àquelas que vão se constituindo como hegemônicas. Os requerimentos institucionais se originam, pois, no processo de lutas, intra e interclasses, no qual quase sempre prevalecem aquelas instituições identificadas com um esforço de reprodução

socioeconômica que se traduz como dominante. Dessa forma, podemos afirmar que o próprio Estado é um espaço socialmente produzido, ativamente empenhado na reprodução de determinada espacialização social. Assim, as instituições são criadas e recriadas no tempo, num ciclo que demonstra sua necessidade nos diferentes espaços, considerando o caráter e a situação do próprio modelo de acumulação (OLIVEIRA, N., 2004).

O Estado britânico, por exemplo, tendo sido bem mais influenciado por capitalistas mercantis, teve com relação à acumulação um papel bem distinto do papel do Estado francês, pois na França predominavam os interesses dos proprietários de terra. Os Estados social-democratas, por sua vez, procuraram conter a exploração excessiva da força de trabalho e favoreceram os interesses de classe do trabalho sem abolir o capital. Por outro lado, os Estados desenvolvimentistas do Leste e do Sudeste asiáticos (como Cingapura, Taiwan e a Coréia do Sul) têm influenciado diretamente na dinâmica da acumulação do capital por meio de suas ações (com frequência restringindo as aspirações do trabalho) (HARVEY, 2005). Tomando por referência essas trajetórias, o que se pode constatar, de forma inicial, é uma presença estatal amplamente distinta como fator diferenciador importante.

Naturalmente, nem todos os Estados agem de maneira apropriada, e mesmo quando o fazem exibem uma variedade de arranjos institucionais passíveis de produzir resultados bem diferentes entre si. Logo, muito tem dependido da maneira como o Estado vem a se formar e dos agentes dessa formação, e daquilo que o Estado é, foi ou será capaz, ou esteve ou está preparado para fazer em apoio ou em oposição a processos de acumulação do capital. Diante dessas considerações, buscamos analisar, na próxima seção, as configurações assumidas pelo Estado brasileiro contemporâneo (incluindo as suas relações com a sociedade), focalizando, principalmente, o período pós-1970, que é o escopo temporal deste trabalho.

3.2.1 Configurações assumidas pelo Estado brasileiro e suas relações com a sociedade: pós-1970

Nesta seção, buscamos apresentar, resumidamente, alguns aspectos marcantes do modo como se constituiu no Brasil um modelo de relacionamento Estado-sociedade no período pós-1970. Ressalta-se que as mudanças no padrão de acumulação nesse período, após um momento de crise nos anos 1980, exigiram alterações nos mecanismos regulatórios e a consequente emergência de novos modelos institucionais. Nesse sentido, podemos dividir essa análise do Estado brasileiro após os anos 1970 em antes e depois da crise dos anos 1980. A análise anterior à década de 1980 está contemplada na segunda seção deste trabalho,

quando foram abordadas as características do “modo de produção estatal” trabalhadas por Lefebvre. Estas corresponderam às características gerais assumidas pelo Estado brasileiro no período do desenvolvimentismo (ou “produtivismo” estatal) nas décadas de 1950 até o início dos anos 1980 – fase conhecida como “milagre econômico brasileiro”.

Nessa fase, o padrão de acumulação vigente exigiu uma adequação dos mecanismos regulatórios, integrando o Estado mais positivamente nesse processo, ao conferir um perfil mais dinâmico às suas estruturas decisórias. As formas de intervenção estatal assumiram uma postura comprometida e articulada com o processo de desenvolvimento (com um projeto nacional-desenvolvimentista) e, portanto, mais interventora e planejadora de tal processo. Nesse período, o Estado passou a ser uma instância “indutora” da dinâmica de acumulação de capitais, buscando integrar os diversos espaços regionais à lógica de valorização internacional. Com isso, parte-se do entendimento que o Estado sempre foi uma instância responsável pela conformação dos espaços às exigências de reprodução hegemônica. Naquela época, as tendências hegemônicas estavam ligadas aos novos segmentos industriais e ao setor agrícola “moderno”.² Esses grupos, organizados setorialmente, exerciam pressões sob o Estado, visando barganhar políticas que atendessem aos seus interesses (OLIVEIRA, N., 2004).

No entanto, a partir dos anos 1980, iniciou-se uma crise econômica³ que contribuiu para questionar o padrão de acumulação vigente até então e, com isso, também redefinir os novos mecanismos de regulação e articulação Estado-sociedade em função das necessidades emergentes desse novo padrão. Essa segunda fase é marcada por um momento em que o intervencionismo estatal – o Estado assistencial – passa a ser questionado enquanto referência legítima de poder, ao passo que novas configurações organizativas privadas passam a ter uma participação mais ativa na definição das políticas públicas. Quanto ao primeiro aspecto desse novo ciclo, o Estado teve que se adequar ao novo contexto de acumulação – pautado nas exigências de um capitalismo flexível e internacionalizado⁴ –, sendo submetido a fortes restrições no desempenho de suas funções tradicionais. A alegação era a de que a crise fiscal do Estado tornara-o incapaz de exercer papéis estruturantes tais como os até então desempenhados,

² O termo “moderno” é utilizado em contraposição ao termo “tradicional”. O setor agrícola “moderno” é integrado ao segmento industrial.

³ Essa crise do padrão de acumulação, que vigorou na economia mundial desde o imediato pós-guerra até o início dos anos 1970, atingiu nações e regiões de modo desigual. Em muitos deles, forçou a reestruturação produtiva das economias nacionais, como é o caso do Brasil (EGLER, 1993). Nesse sentido, o conjunto dos países da América Latina remodelou os seus sistemas de governança interna e externa ao se ajustarem às pressões dos organismos financeiros internacionais, alinharem-se às exigências da OMC e adotaram estratégias de crescimento por via das exportações (WILKINSON, 2008).

⁴ Ressalte-se que, com a globalização, um novo debate surge e passa a se moldar a uma ordem internacional de livre mercado que sugere a redução da ação do Estado e uma maior descentralização.

em vista da própria forma de regulação adotada, o que resultou na fragmentação e descentralização do próprio aparelho estatal – de que são exemplos tanto a setorialização como a especialização de suas instâncias –, bem como na privatização da oferta de serviços públicos e na flexibilização da regulação do trabalho e do capital. Nesse contexto de mudanças, houve um movimento na direção da privatização das funções públicas, além da introdução de padrões de eficiência na gestão dos organismos estatais (FERNANDES; CANO, 2005).

Nesse quadro de esgotamento fiscal e financeiro do Estado, aquilo que havia sido o “projeto nacional”, mantido por meio da coerção autoritária, fragmenta-se em uma multiplicidade de interesses privados cuja lógica responde tanto a objetivos corporativos, como também aos reclamos regionais (EGLER, 1993). Assim, o aparelho estatal se fragmenta para aderir às tarefas e aos interesses particulares das diversas frações de classe. Nesse sentido, N. Oliveira (2004) ressalta que essa fragmentação não se configura como uma adaptação pacífica, considerando-se, sobretudo, as intensas lutas travadas entre os diversos segmentos produtivos pelo controle dos mecanismos decisórios. Segundo Harvey (2006b), a fragmentação do próprio Estado em instituições separadas dificulta que qualquer fração do capital conquiste o controle total de todos os instrumentos de dominação de classe. Essa estrutura fragmentada do Estado assegura que o mesmo possa atuar como árbitro efetivo entre os diversos interesses fracionários dentro da classe capitalista. Os aspectos assinalados destacam um componente importante das alterações observadas nos aparelhos de Estado, deixando transparecer a influência dos diferentes grupos de pressão sobre os novos processos de desenvolvimento, ante a emergência de um novo modelo de acumulação. Assim, a desregulação e retração deliberada do Estado Nacional de fato promoveram maior controle dos capitais hegemônicos sobre a produção dos espaços, sendo estes espaços redefinidos e controlados, a partir dos interesses dessas classes (FERNANDES; CANO, 2005).

Contudo, ao contrário da construção ideológica predominante, concordamos com N. Oliveira (2004), Fernandes e Cano (2005) com relação aos papéis desempenhados pelo Estado nacional nesse período, que, segundo eles, continuavam a deter importância expressiva nos processos de acumulação em curso, tanto é que os setores que mais clamam contra a sua intervenção, num esforço ideológico irrealizável de negar a política – restringindo ao máximo o espaço do público e expandindo o espaço do privado –, são os que mais se articulam com o Estado para participar da formulação de políticas direcionadas aos seus interesses. Nesse sentido, dependem do Estado Nacional desde a flexibilização da regulação sobre fluxos financeiros até a redução de suas atribuições relativas às políticas de financiamento público de bens e serviços sociais. Some-se a isso a importância que o Estado Nacional detém

crescentemente sobre o processo de acumulação contemporâneo, por meio de seus fundos públicos – sendo estes objetos de disputa pelas diversas frações do capital e entre regiões. Dessa forma, o Estado Nacional tem sido, sim, objeto de transformações marcantes, mas, ao contrário do que faz crer a retórica hegemônica, estas não têm ocorrido no sentido de torná-lo mínimo efetivamente.

Por outro lado, concomitantemente a esse processo, destaca-se, nesse contexto de crise do Estado, a emergência de novos movimentos sociais e de organizações representativas que posiciona a sociedade civil como instância também ativa do processo do ponto de vista sociopolítico. Ressalta-se que, segundo Fernandes e Cano (2005), a instauração de novos arranjos institucionais, tendo em vista uma superação da própria crise, são funcionais para a estrutura do novo padrão de acumulação. Nesse sentido, foi se modificando o sistema de representação de interesses, por meio da ocupação dos espaços de representação no Estado e afirmação de alianças setoriais que ensejassem a constituição de porta-vozes legítimos, sobretudo a partir do desmonte das antigas formas de regulação (OLIVEIRA, N., 2004). Como parte desse processo é que passam a emergir verdadeiros “governos de interesses privados”, como instituições que manipulam o poder público em nome de pretensos interesses societários. Ressalta-se, pois, que essa nova forma de relacionamento Estado-sociedade é conhecida na literatura como “neocorporativismo”⁵ (GRAZIANO DA SILVA, 1996; OLIVEIRA, N., 2004).

A problemática do neocorporativismo insere-se assim nessa perspectiva que se abre com mais acento na crise dos anos 1980, marcada por novas exigências decorrentes do processo de ajuste das economias nacionais ante as novas tendências da conjuntura internacional. Como questão de fundo, coloca-se a emergência de novos padrões de articulação de interesses entre organizações públicas e privadas, mediante uma interação

⁵ Convém salientar que, como aponta Graziano da Silva (1996), o termo “corporativismo” possui forte conotação ideológica, sendo muitas vezes usado como sinônimo de conservadorismo e autoritarismo. E até mesmo seu uso coloquial é associado a sistemas ou comportamentos de grupos de interesse, que privilegiam acima de tudo a proteção de interesses de corpos coletivos. Dessa forma, os termos “corporatismo” (*corporatism*) – utilizado principalmente por autores que escrevem em espanhol e inglês – e “neocorporativismo” são expressões utilizadas para se afastar das implicações pejorativas do termo “corporativismo”. Vale mencionar que por trás desses aspectos terminológicos está a questão de fundo de como explicar as transformações na maneira de mediar interesses e de elaborar determinadas políticas nas sociedades modernas. Ainda há uma diferença importante entre os termos “corporativismo tradicional” e “neocorporativismo”, que expressa as mudanças trazidas pelo desenvolvimento das sociedades capitalistas. Trataremos aqui desse segundo termo, já que este se atrela ao momento em que o Estado moderno deve expandir seu papel, por meio de suas tarefas regulatórias e integrativas como garantia indispensável para a continuidade do processo de acumulação de capital, diferenciando-se do corporativismo tradicional que é marcado pelo unitarismo como estratégia de representação de interesses, protecionismo estatal de caráter assistencialista por meio de intervenções transitórias e emergenciais, planejamento estatal tecnocrático da locação de recursos, desenvolvimento extensivo de agências estatais funcionalmente especializadas etc.

crescente das organizações privadas entre si e destas com o Estado. O suposto é que, integrando-se a esse mecanismo, instâncias organizativas da sociedade tendam a redefinir suas formas de articulação com o Estado, dando passos além daqueles já historicamente estabelecidos. Nesse sentido, essas novas configurações passam a assumir-se como espaços em que as políticas são definidas, despontando como mecanismo que busca preservar os espaços de negociação nos processos decisórios (OLIVEIRA, N., 2004). Entre esses mecanismos destacam-se as associações de representação de interesses, que, mediante delegação da autoridade do Estado, alcançam funções de política pública. Essas organizações de representação de interesses se engajam num intercâmbio com agências governamentais, no qual ambas terminam envolvidas na elaboração e implementação das políticas públicas aí acordadas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O neocorporativismo busca resolver a distribuição dos espaços de poder, tendo em vista a implementação de condições reprodutivas favoráveis aos seus interesses. Essas formas de organização são necessárias para a reprodução das condições de sobrevivência do capitalismo e sua hegemonia. O neocorporativismo é funcional para os diferentes setores que nesse contexto buscam se posicionar mais favoravelmente, organizando o espaço, efetuando a ponte entre a sociedade e o Estado ou ampliando a configuração deste, sem que em nenhum momento seja modificada sua substância (OLIVEIRA, N., 2004).

Ao contrário do que pensam sobre a redução do papel do Estado, segundo Schmitter (1974 apud GRAZIANO DA SILVA, 1996), o neocorporativismo é marcado por um momento em que os cidadãos se organizavam mais para defender seus interesses, o que aumentou a necessidade de intervenção do Estado com o objetivo de assegurar uma integração de interesses deliberadamente regulada e planejada. Quanto mais o Estado moderno se tornou indispensável ao sistema capitalista pela expansão de suas tarefas regulatórias e integrativas, maiores se tornaram as necessidades de um consenso prévio de opiniões, capacidade contratual e uma legitimação deferida que somente poderia ser provida consensualmente por representações monopólicas singulares e hierarquicamente ordenadas.

Assim, o “modelo neocorporativista” não pode surgir, nem sobreviver, sem a conivência ou cumplicidade do Estado, que é um dos sujeitos fundamentais do processo de concertação dos interesses envolvidos. A ação do Estado é, pois, necessária, porém não suficiente, já que pressupõe também algum grau de organização prévio e autônomo dos demais interesses envolvidos (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Cabe destacar que é possível perceber essa nova relação entre Estado e sociedade organizada com mais acento nas regiões em que a dinâmica do capital foi mais acelerada para a possibilidade de coparticipação nas

decisões e na implementação de ações. Essas iniciativas não se estabelecem nas regiões menos dinâmicas, sob alegação de fragilidade do processo de acumulação. A fragilidade é vista como importante obstáculo a inovações organizativo-institucionais (OLIVEIRA, N., 2004). Ressalte-se ainda que elementos de um corporativismo tradicional não podem ser totalmente descartados do processo, até mesmo em espaços mais dinâmicos do capitalismo. Isso significa que as antigas estruturas não foram eliminadas, pois alguns dos seus elementos constitutivos básicos sobrevivem até hoje, convivendo com as relações mais dinâmicas de organização.

Feitas essas considerações, podemos partir agora para a análise concreta da produção dos espaços de cerrados situados na Região Oeste da Bahia. Consideramos que a perspectiva teórica aqui abordada permite compreender e desmistificar os processos sociopolíticos envolvidos na acomodação das forças e interesses presentes na produção desses espaços. O entendimento de que o Estado e sua relação com a sociedade também são socialmente produzidos, construídos a partir das bases histórico-geográficas em que o Estado está inserido – ou seja, das necessidades dos padrões de acumulação, bem como do processo de lutas intra e inter classes –, faz-se bastante profícuo para o estudo dos processos de transformação dos diversos espaços capitalistas.

4 PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE CERRADOS NA BAHIA APÓS 1970

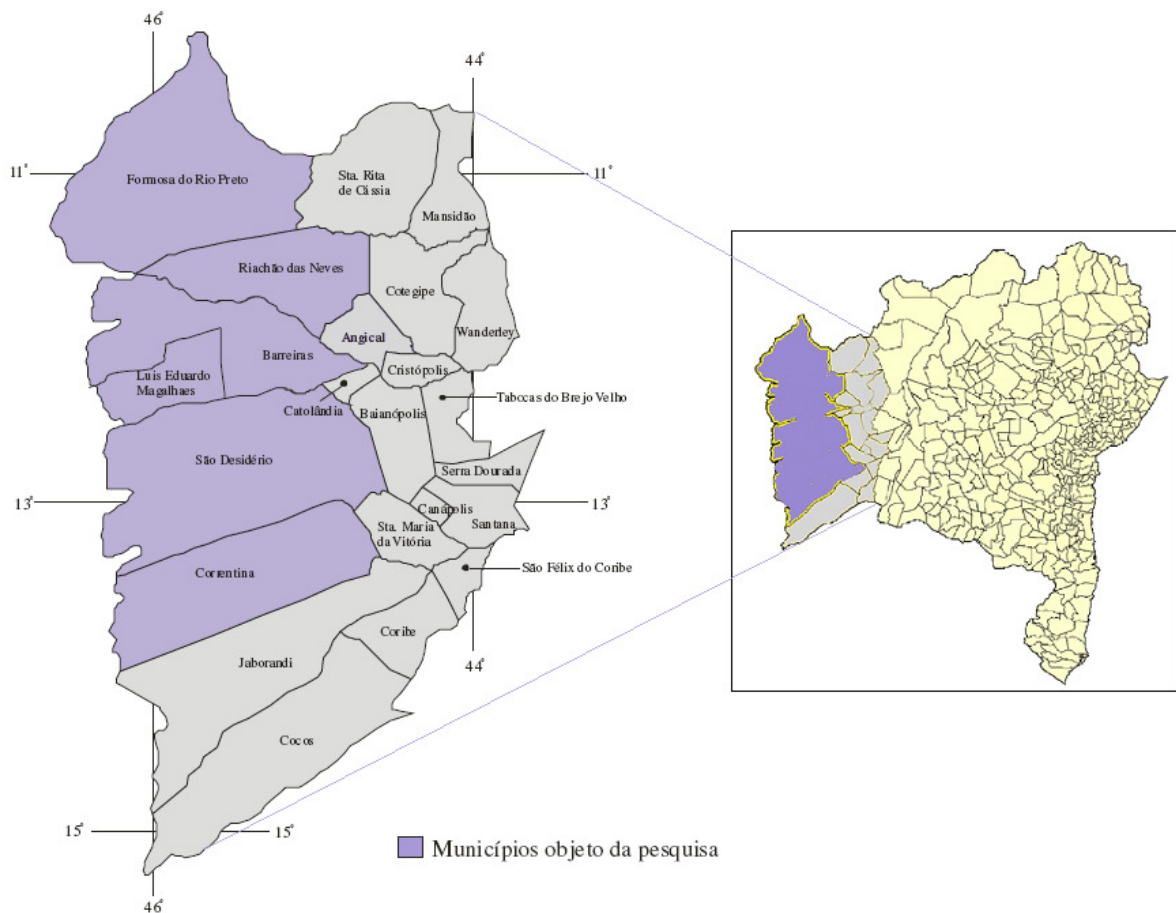
Antes de iniciarmos propriamente a análise da produção dos espaços dos cerrados na Bahia, é importante fazer um breve resgate de como a problemática da produção dos espaços será abordada nesta pesquisa. Como já visto nas seções precedentes, parte-se do entendimento de que o espaço é tanto um meio como um resultado do processo produtivo das forças sociais – com isso, entende-se a produção capitalista do espaço não somente como o resultado da busca incessante das frações do capital em reproduzir-se e valorizar-se por meio da criação e diferenciação dos espaços. Essa produção vai mais além, na medida em que busca compreender também os meios pelos quais esses espaços “novos e diferenciados” foram produzidos e planejados para a necessidade de integração do capital, ou seja, buscam-se investigar como se deu o processo de produção de espaços integrados aos circuitos de valorização do capital.

Vale ressaltar que o fundamento da integração vem das necessidades da acumulação, ou seja, da necessidade de construção de espaços integrados para a valorização do capital, visto que a dinâmica reprodutiva capitalista só pode se concretizar mediante a articulação entre os espaços nos quais o capital se realiza. Nesse sentido, o objetivo da integração é eliminar as divergências, as rupturas, desfazendo fronteiras, interligando espaços do capital, tendo em vista ampliar a lógica de reprodução para os diversos espaços de modo a viabilizar a dinâmica de acumulação. Para isso, é preciso construir as condições (sociais, econômicas, legais e políticas) para o processo de integração, na medida em que a produção desses espaços possa ser planejada. Nesse contexto, o Estado assume um papel importante na organização de tais processos e dos interesses hegemônicos envolvidos. Deve-se salientar, contudo, que esse processo integrativo não prevê uma relação de igualdade entre as partes, na medida em que há uma relação de dominação e subordinação entre esses espaços. Na realidade, só há integração dos espaços que se subordinam à lógica do capital. Mas esse processo desigual é sutil na medida em que há um consentimento das partes de que estas estejam integradas numa mesma lógica de valorização, segundo a qual acreditam estarem submetidas a condições iguais de desenvolvimento.

Diante desse quadro, a partir do referencial teórico visto nas seções anteriores, busca-se analisar de que forma os espaços dos cerrados baianos foram produzidos e planejados para integração a uma nova dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais. Este estudo focará o período a partir do final da década de 1970 até os dias atuais, já que foi marcado pela implantação, expansão e consolidação do processo de modernização agrícola

em seus espaços. Esse novo processo significou a inserção dessa região em um novo momento de expansão do capital, caracterizado pela integração de espaços dinâmicos ao processo de industrialização do campo. Os espaços “eleitos” na Bahia foram os que abrangem as áreas de cerrados,¹ onde a moderna agricultura pudesse ser inserida. No caso da presente pesquisa, os espaços dos cerrados baianos analisados compreendem os seis municípios que tiveram suas estruturas produtivas impactadas pelo processo de modernização agrícola, quais sejam: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina (ver Figura 1).

Figura 1 – Municípios-objeto da pesquisa



Fonte: C. Santos (2007, p. 37).

A opção por analisar a produção desses espaços somente a partir do final da década de 1970 deve-se à nova fase de expansão do capital em tais espaços, que vivenciaram um amplo

¹ A região dos cerrados baianos faz parte da Região Oeste da Bahia, mais especificamente, da Região Econômica (RE) 15, também chamada de Extremo Oeste. A RE-15 é formada pelos seguintes municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, São Desidério, Tabocas do Brejo Velho e Feira da Mata.

processo de transformação na sua estrutura produtivo-institucional. Com isso, não queremos desconsiderar as estruturas pré-existentes desses espaços, como se a nova formação econômica e social fora implantada num espaço “vazio”. Vale ressaltar que as estruturas anteriores importam, visto que a produção do espaço é um processo histórico, uma mescla complexa de continuidade e mudança, onde conflitam novas e antigas estruturas.

Para muitos, a região Oeste da Bahia – região que abarca os cerrados baianos – era conhecida até os anos 1970 como “Além São Francisco”, por ser considerada um imenso espaço “vazio”, isolado, desaproveitado economicamente e “esquecido” pelo Estado (BAHIA, 1980). De fato, essa região possuía características bem diferentes da fase atual, pois suas atividades econômicas estavam assentadas num processo de produção ligado a atividades tradicionais de pecuária extensiva, de agricultura mercantil e de subsistência com o uso de técnicas rudimentares, além da atividade extrativista. Sua rede urbana era caracterizada por poucos núcleos de importância e com um conjunto de pequenos vilarejos dispersos de pouca conexão entre si. Além disso, suas áreas de cerrados eram ocupadas pela pecuária extensiva e por algumas comunidades tradicionais que viviam isoladas às margens dos rios (SANTOS, C., 2007; SANTOS FILHO, 1989; UDERMAN, 1992).

No entanto, não é possível considerar que essa região fosse alheia aos capitais privados nem muito menos que fosse considerada um imenso espaço “vazio”, como se as atividades anteriores não importassem. O ciclo da borracha favoreceu muito à região – que era extremamente rica em mangabeiras – e deu início ao primeiro ciclo migratório em direção à região a partir da década de 1870. Nessa mesma época, outros produtos exportáveis e bastante lucrativos, a exemplo da cana-de-açúcar, do charque e do algodão, também atraíram muitos investidores – fazendeiros, especuladores e comerciantes – para essa região. As fazendas já possuíam seus engenhos, suas rústicas casas de farinha e rodas d'água para mover as engenhocas de beneficiar o arroz e o milho (PITTA, 2008).

Vale ressaltar que a economia dessa região pautava-se em um modelo fortemente enraizado em uma política coronelista de grandes latifundiários, detentores de vastas áreas de terra, do poder político e do capital comercial. A estrutura de poder era bastante concentrada, já que os políticos locais eram também os grandes fazendeiros e comerciantes da região, que tinham articulação com capitais nacionais e internacionais, além de possuir forte ligação com outros agentes políticos das esferas de poder estadual e federal (BARREIRAS, 2010b). Os investimentos de infraestrutura (energia, principalmente) eram, em sua grande maioria, privados, como é o caso da primeira hidrelétrica da região – que foi construída e inaugurada na década de 1920 –, bem como de um frigorífico industrial, beneficiadoras de grãos (milho,

arroz e algodão) e também uma fábrica de tecidos. Esses investimentos possibilitaram a expansão da acumulação de capital e o desenvolvimento de novas capacidades produtivas, além da ampliação das atividades já existentes (BARREIRAS, 2010a; PITTA, 2008).

É importante destacar que o Estado (em seu sentido “estrito”) atuava muito pouco naquela região na época anterior à década de 1970, contando apenas com alguns investimentos, tais como a construção de um aeroporto em Barreiras – que permitiu que o látex extraído fosse exportado – e a instalação de algumas agências bancárias. Somente a partir da década de 1960, quando os cerrados começam a ser percebidos como espaços potenciais para a dinâmica de valorização do capital, é que os investimentos governamentais passam a se dar mais no sentido de integrar esses espaços a outros espaços regionais, por meio dos investimentos em infraestrutura (viária, elétrica e de comunicação), em políticas de ocupação, criação de novas cidades, projetos de desenvolvimento, entre outros (SANTOS FILHO, 1989).

Nesse contexto, os cerrados baianos são inseridos numa nova dinâmica de produção dos seus espaços, com uma participação crucial do Estado² e de capitais nacionais e estrangeiros nesse processo. Assim, a introdução da moderna agricultura nos espaços dos cerrados baianos a partir do final dos anos 1970 marcou o início de uma nova lógica de expansão desses espaços: a de integração de capitais por meio da industrialização do campo. O processo de modernização do setor agrícola³ brasileiro lançou sobre os espaços de cerrados novas bases para o desenvolvimento dessas regiões, inserindo-as em uma dinâmica de acumulação do capital que estava integrada à lógica de funcionamento do capitalismo brasileiro e global. Nesse sentido, vale frisar que a produção desses espaços estava atrelada a um projeto maior, de capitais hegemônicos nacionais e internacionais, com ampla participação do Estado como instância organizadora, planejadora e legitimadora do novo processo de expansão.

Desse modo, a incorporação da moderna agricultura capitalista nos espaços de cerrados em geral exigiu transformações substanciais das antigas estruturas produtivas e institucionais de cada um desses espaços. Entretanto, vale ressaltar que apesar dos espaços de cerrados no Brasil serem submetidos ao mesmo processo de modernização agrícola que atravessou o país na década de 1970, cada um deles manifestou uma trajetória específica. Isso porque as estruturas, as relações e as instituições são historicamente determinadas e, por isso, a

² Essa participação do Estado foi se transformando ao longo do tempo, como veremos nas seções seguintes. Embora seu papel se restringisse, em alguns momentos, somente ao planejamento desses espaços, a atuação do Estado sempre foi importante para favorecer um novo processo de produção desses espaços.

³ Importa ressaltar que o setor agrícola – ou “macrosetor agrícola” – é entendido aqui como um conjunto de relações econômicas que ultrapassam a atividade agropecuária *stricto sensu* (LEITE, 1996).

dinâmica de cada região apresenta-se de forma diferenciada ao longo do espaço e do tempo. Nesse sentido, não podemos reduzir a produção dos espaços dos cerrados baianos ao mesmo processo de produção dos espaços de cerrados brasileiros em geral sem deixar de analisar as características específicas desse espaço em termos sociais, culturais, políticos, econômicos e até mesmo geográficos, embora enfoquemos neste trabalho apenas os aspectos produtivo-institucionais desses processos.

Além disso, é importante ressaltar que nem sempre se destrói, simplesmente, o que já existe, podendo a configuração do novo espaço de penetração do capital ser modificada de forma que os procedimentos introduzidos articulem-se à antiga dinâmica local. Nesse caso, conforma-se um quadro específico, que comporta tanto traços da formação regional anterior como determinações do processo de valorização que passa a incorporar e, de certo modo subordinar, o espaço anterior. Ou seja, resquícios de relações e modos de produção anteriores subsistem (UDERMAN, 1992). Mas esses espaços são “invisíveis”, “abandonados” e “opacos” aos olhos do dinamismo e expansão do capital, que só quer enxergar os espaços “luminosos”, isto é, os espaços dinâmicos integrados aos circuitos de valorização do capital (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Após essa breve contextualização, busca-se analisar nas próximas seções o processo histórico de produção dos espaços dos cerrados baianos a partir do final da década de 1970. Na presente pesquisa, essa produção foi subdividida em três etapas. A primeira foi a fase da concepção/planejamento dos espaços dos cerrados brasileiros em geral (anos 1960 e 1970). Esses espaços foram “pensados” num contexto mais amplo de modernização da agricultura brasileira atrelada a um processo de integração de capitais industriais, financeiros e comerciais. Assim, o planejamento desses espaços foi construído a partir de diversos interesses hegemônicos – nacionais e estrangeiros – no sentido de viabilizar novos espaços de acumulação. Nesse sentido, o papel do Estado também teve que ser repensado, tendo em vista atender a essa nova lógica de acumulação, que buscava integrar os espaços nacionais de acumulação ao contexto internacional. Então, a nova lógica de ocupação desses espaços estava submetida a um projeto nacional que visava atender aos interesses de capitais nacionais e estrangeiros.

A segunda etapa consistiu na fase de implantação do projeto de modernização agrícola nos espaços dos cerrados baianos, que correspondeu ao processo de apropriação e expansão do novo padrão técnico-produtivo da agricultura nesses espaços – processo esse que foi predominante nos anos 1980. Esse período é marcado pela chegada de novos atores (produtores individuais, cooperativas e empresas agrícolas) para a ocupação e expansão

produtivista desses espaços, influenciados pelas políticas governamentais direcionadas para as áreas de cerrados, o que provocou um processo de valorização de tais espaços, tornando-os extremamente vulneráveis ao grande capital. Nesse momento, a influência centralizadora e determinista do Estado nacional desenvolvimentista – apesar de já estar, nesse período, em processo de crise fiscal – foi capaz de atuar de forma “indutora” da produção desses espaços, ao dispor de instrumentos clássicos de fomento, como as políticas de crédito com pesados subsídios e incentivos, além de políticas de desenvolvimento de áreas de cerrado, com objetivo de viabilizar o processo de modernização da agricultura nacional. Nesse quadro, as formas de regulação estão baseadas em forte intervenção estatal, responsável pela implantação das ações necessárias ao processo de expansão do capital, tendo por trás os interesses dos grupos hegemônicos.

Por último, a terceira etapa correspondeu à fase de reprodução desse modelo em bases mais consolidadas, viabilizada pela formação do complexo agroindustrial da soja nos espaços dos cerrados baianos a partir dos anos 1990. Esse processo foi marcado pela chegada de grandes agroindústrias nesses espaços, o que contribuiu para o acirramento do processo de integração entre as diversas frações de capitais no campo, e pela formação de novos arranjos produtivos e institucionais com intuito de participar da definição e implementação de políticas para os interesses específicos dos grupos de interesses que lá se instalaram. É importante ressaltar que essa fase se dá num contexto nacional de liberalização econômica – comercial e financeira, principalmente – e de internacionalização da economia, marcado pela crise do antigo modelo nacional-desenvolvimentista e pela emergência de um novo padrão de acumulação do capital. Essa crise refletiu no esgotamento fiscal do Estado, acompanhado da incapacidade demonstrada pelas instituições estatais de definir e coordenar políticas públicas consistentes com os novos processos de desenvolvimento.

Dessa forma, diante da crise do padrão de acumulação, colocava-se no centro a necessidade de redefinição do papel a ser desempenhado pelo Estado nesse processo – sobretudo com o desmonte das antigas formas de regulação –, bem como a necessidade de engendramento de um novo padrão de relacionamento Estado-sociedade, perpassando este por uma reinstitucionalização dos processos decisórios. Nesse processo, mais importante passa a ser a possibilidade de coparticipação nas decisões e na implementação de ações por meio da ocupação dos espaços de representação no Estado e afirmação de sistemas de representação de interesses que ensejem a constituição de porta-vozes legítimos. Assim, os grupos de interesses organizados das diversas frações de capitais hegemônicos passam a influenciar decisivamente nas políticas públicas específicas para o setor que representam. No entanto, é

importante frisar que esse modelo não pode surgir, nem sobreviver, sem a conivência ou cumplicidade do Estado, que é um dos sujeitos fundamentais do processo de concertação dos interesses envolvidos. Aliás, seu papel apenas se ajusta aos novos interesses e aos ditames da lógica liberal, no sentido de respaldar a nova fase da dinâmica capitalista nesses espaços.

Além disso, no final desta seção primária, são feitas algumas considerações sobre o processo de legitimação da expansão e reprodução do modelo agrícola moderno implantado nos espaços dos cerrados baianos, de forma a dar continuidade ao próprio processo de acumulação de capitais específicos nesses espaços. Busca-se ressaltar o papel do Estado, a fim de viabilizar projetos que beneficiam claramente os interesses de capitais específicos. Para legitimar esse processo de expansão, é preciso fazer concessões – que não tocam no essencial – e direcionar políticas também de cunho social, a exemplo dos órgãos públicos, que passam a direcionar políticas para a agricultura familiar.

4.1 PRIMEIRA ETAPA: CONCEPÇÃO/PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BRASILEIROS EM GERAL (ANOS 1960 E 1970)

Antes de iniciar a análise da concepção/planejamento dos espaços dos cerrados brasileiros em geral, serão feitas algumas considerações a respeito da questão do planejamento. Segundo Egler (1993), o planejamento é visto como instância de ajuste entre políticas públicas e interesses territorializados. Nesse processo, há escolhas que precisam ser feitas. Para F. Oliveira (2009, p. 58), “[...] planejar é escolher, planejar é, usando uma palavra mais forte, discriminar.” Mas quais são as forças que devem ser beneficiadas? Contra quem discriminar e a favor de quem escolher? Evidentemente, como aponta Nogueira (2009), não podemos partir de uma perspectiva inocente e ingênua achando que todos serão igualmente beneficiados com o processo de desenvolvimento. Por isso, o conflito pelo uso do espaço será importante para definir quais forças serão beneficiadas. Trata-se de um espaço de negociação, em que as escolhas são fruto dos conflitos de interesses intra e interclasses. Importa ainda destacar que o Estado contém em seu bojo esses conflitos, na medida em que ele não é uma instância separada da sociedade.

Nesse sentido, é importante frisar que o planejamento do Estado não parte do vazio, já que é uma estratégia lançada a partir de interesses hegemônicos que buscam se consolidar em ações efetivas. O Estado é visto aqui como indutor do processo, tendo por trás as bases político-econômicas dos arranjos estabelecidos. Seu papel é essencial para dar força aos processos hegemônicos em curso, por legitimar suas ações e por viabilizar projetos por meio

dos fundos públicos. Esses fundos passam a ser, assim, fator decisivo no processo de disputa de interesses. Desse modo, o processo de luta de classes foi alterado, deslocando-se da esfera das relações privadas para uma esfera pública. Conforme afirma F. Oliveira (1998, p. 53), “[...] há um deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado.”

Com efeito, o planejamento tornou-se um instrumento eficaz e indispensável para aqueles que coordenam o processo de produção dos espaços dinâmicos de acumulação. Por meio dele, o Estado redesenha suas políticas e instrumentos de intervenção para atender aos diversos interesses hegemônicos. Assim, o planejamento é visto como instrumento crucial da integração dos espaços para o processo de valorização do capital. Dessa forma, visando acompanhar as transformações que se verificavam na estrutura econômica brasileira durante as décadas de 1960 e 1970, de modo a construir as bases para um processo de integração entre espaços dinâmicos nacionais a um contexto internacional, propõem-se alterações nas formas de organização/reorganização do aparelho estatal (OLIVEIRA, N., 2004).

Nesse sentido, o planejamento passou a constituir uma preocupação central dos governos e o Estado brasileiro precisou redefinir seus espaços de articulação, na medida em que precisou adequar-se a uma nova forma produtivista de inserção no espaço, tendo um papel central na produção e transformação da espacialidade capitalista. É importante lembrar que esse papel foi repensado para atender a uma ideologia desenvolvimentista da época. Nesses moldes, o Estado “produtivista” foi a base institucional e espacial que passou a administrar o processo de acumulação do capital, suas contradições e suas tendências às crises. Nesse momento, o Estado deixa de ser uma instância meramente garantidora da ordem interna e do bem-estar social e econômico para se transformar numa forma determinante dos processos reprodutivos, ao intervir ativamente na produção do espaço.

Assim, a necessidade de criação de condições gerais de produção torna a presença do Estado uma reivindicação de todos os segmentos envolvidos no processo de expansão. Com isso, é válido ressaltar que a construção de formas de organização espaciais relativamente estáveis para circulação e acumulação do capital necessariamente requer um planejamento, regulação e administração do espaço pelo Estado. Isso facilita o processo de “ordenação espaço-temporal”, estendendo a acumulação do capital garantida pela intervenção do Estado por meio dos fundos públicos e ampliando as fronteiras espaciais para a acumulação. As intervenções do Estado na economia devem ser vistas, espacialmente, como tentativas de organizar, instrumentalizar e regular o espaço social (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 1991). Portanto, segundo N. Oliveira (2004), o Estado assume o papel-chave de estabelecer os

parâmetros mínimos que devem ser obedecidos na construção desse espaço de negociação ao criar as condições básicas, por meio de políticas públicas e investimentos, para o capital poder agir. Para M. Santos (2003), sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nesses espaços.

No caso do presente estudo, é possível afirmar que a inserção de um novo modelo produtivo nos espaços de cerrados foi planejada pelo Estado brasileiro, visando atender aos interesses hegemônicos de setores nacionais e de grandes empresas internacionais (SANTOS, C., 2007). É claro que a produção desses espaços dependeu de outros fatores – tais como os novos arranjos institucionais que se formaram, o conflito entre as novas estruturas e as pré-existentes, a disputa pelo uso do espaço –, no entanto, o planejamento desses espaços para a inserção do capital foi uma etapa crucial para integrá-los aos circuitos de valorização do capital nacional e internacional.

Assim, a primeira fase de produção desses espaços nos anos 1960 e 1970⁴ foi fruto de uma intervenção planejada no setor agrícola – proveniente de fortes pressões dos movimentos organizados dos grandes produtores e do capital externo – e, ao Estado, coube a função de criar os predicados, em função da sua legitimidade bem como do seu aparato ancorado no fundo público. Nesse processo, o Estado congregou, coordenou e dirigiu os organismos, instrumentos e projetos para articular, em conjunto com a iniciativa privada, o processo de industrialização do campo. Vale ressaltar ainda a presença de organizações internacionais no processo de planejamento desses espaços, participando junto ao Estado na definição dos novos projetos para a modernização do setor agrícola brasileiro.

Importa destacar que esse processo de transformação da base técnica da agricultura nacional também fazia parte de um projeto maior das grandes corporações internacionais (bancos de financiamentos e governos) com interesses na ampliação da produção agrícola mundial, o que estimulou grandes financiamentos externos de projetos que tinham por finalidade a modernização agrícola (SANTOS, C., 2007). O Estado também tinha interesses no processo de industrialização da agricultura, tendo em vista atender à demanda interna e ao crescimento das exportações. Além disso, diversas frações de classes com maior influência no aparelho de Estado o pressionaram por políticas econômicas específicas para o setor agrícola, no sentido de viabilizar um novo padrão de desenvolvimento da agropecuária pautado no processo de modernização do campo, fase que ficou conhecida pelos críticos como “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1996). De qualquer modo, foi a

⁴ Esse período correspondeu ao contexto nacional pautado no modelo nacional-desenvolvimentista, o qual teve como base o processo de industrialização via substituição de importações.

ação desencadeada pelo Estado que, ao criar as bases para a acumulação capitalista no setor agroindustrial, contribuiu para que um novo processo se reproduzisse nos espaços de cerrados, contando com ampla participação de outros setores organizados do sistema, como o capital financeiro e o industrial (SANTOS, C., 2007).

É nesse cenário em que a modernização das áreas rurais aparece como imperativa que os cerrados brasileiros se transformam em áreas privilegiadas pelos governos. A ideia era incorporar os espaços “vazios” dos cerrados nacionais ao eixo dinâmico de acumulação por meio da modernização/industrialização da agricultura nessas áreas. Nesse processo, o Estado desempenhou papel central na expansão de fronteiras agrícolas ao orientar a dinâmica de acumulação por meio de investimentos em áreas estratégicas para estimular a produção dos espaços pelo setor privado (EGLER, 1993).

Nessa época, diversos planos governamentais direcionados para a agricultura beneficiaram os cerrados brasileiros, especialmente a cultura da soja. Assim, na próxima seção, serão apresentados os principais projetos direcionados para as áreas de cerrados, com intuito de mostrar a adequação das políticas de Estado aos novos interesses de diversas frações de capitais nesses espaços.

4.1.1 Projetos nacionais: condições gerais para a produção dos espaços de cerrados brasileiros

A partir das décadas 1960/1970 no Brasil, novos projetos foram criados nas estruturas representativas do Estado, de modo a valorizar os instrumentos de apoio a um modelo de desenvolvimento que acompanhasse a industrialização nacional, incluindo-se aí o processo de modernização agrícola. Vale ressaltar que os projetos de desenvolvimento do Estado são formas de “pensar” o que se quer para determinadas regiões, de planejar o que se quer “desenvolver”. Nesse sentido, sendo a agricultura definida como uma das áreas prioritárias, diversos projetos foram comandados pelo Estado no sentido de viabilizar a produção capitalista dos espaços de cerrados em geral, atingindo também as áreas de cerrados no Oeste da Bahia.

Assim, a partir desses projetos são criadas as condições básicas para incentivar os investimentos privados nessas áreas. Na nova conjuntura, tais projetos resultaram de decisões políticas e ideológicas, coerentes com o modo de acumulação capitalista que avançava no país (SANTOS, C., 2007). Para isso, todo um aparato foi construído no sentido de viabilizar a moderna agricultura nesses espaços. Foram necessários, portanto, investimentos em pesquisa

(tecnologia adaptada aos solos de cerrados), infraestrutura básica (de transporte, de armazenagem, de energia e de comunicação), disponibilidade de crédito e isenções fiscais, incentivos à ocupação desses espaços (projetos de colonização), além de projetos específicos direcionados para desenvolver as áreas de cerrados. Serão destacados aqui, resumidamente, os principais projetos.

Dentre os projetos, podemos citar a política de ocupação de espaços ditos “vazios” da porção central e norte do Brasil mediante a elaboração de um conjunto de medidas,⁵ como a criação de diversos tipos de incentivos para a ocupação desses espaços. Nesse processo, deve ser destacada a construção de Brasília, no planalto central brasileiro, lançando a base para a intensificação do projeto de integração nacional, possibilitando a ocupação de áreas de cerrado, assim como a construção de rodovias que passaram a interligar diversas regiões do país. Além disso, o governo federal criou alguns programas de colonização e políticas de assentamentos de terras, incentivando a ocupação e aquisição de terras nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. Ao facilitar o acesso à terra nessas áreas, estimulou, principalmente, a implantação da grande propriedade fundiária (SANTOS, C., 2007).

Além dos investimentos em infraestrutura e políticas de ocupação, todo um aparato de planejamento foi construído na tentativa de viabilizar o processo de modernização agrícola. Nesse sentido, foi criado, em 1972, o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (SNPA), como forma de coordenar toda a política agrícola brasileira. Com a criação do SNPA, houve a necessidade de se criar, nos estados, o sistema de Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (Cepas). Pretendia-se, com a criação dessas comissões estaduais, estabelecer canais sistemáticos e permanentes de comunicação entre o Ministério e as Secretarias Estaduais de Agricultura, com o intuito de coordenar e harmonizar as ações, diretrizes e medidas oriundas de políticas e programas agrícolas. Enquanto mecanismos destinados a promover a descentralização da execução desses programas, as Cepas deveriam evitar duplicidade de ação, além de subsidiar os secretários estaduais de Agricultura na definição de políticas agrícolas estaduais. Assim, as ações e sugestões de políticas surgiam dos estados e eram

⁵ Dentre eles, destaca-se o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual se apoiou na abertura de grandes rodovias e na instalação de agrovilas em meio à Floresta Amazônica, e cuja estratégia publicitária se estruturava basicamente em dois *slogans*: “integrar para não entregar” e “integrar os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia”. Além do PIN, foram criados o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste em 1971, o Programa Especial para o Vale do São Francisco, em 1972, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, em 1974, e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), em 1974. Quem acabou se instalando nessas áreas foram grandes latifúndios pecuaristas ou monocultores de empresas nacionais e estrangeiras que ganhavam a propriedade da terra sob a alegação de promoverem a integração do Norte e do Centro-Oeste ao restante do país (SOUZA, 2007).

encaminhadas ao Ministério da Agricultura, o qual dava sustentabilidade técnica e financeira para que essas medidas fossem concretizadas (VARASCHIN, 1998).

Dada a inevitabilidade de uma demanda crescente por pessoal habilitado, à medida que se ampliava a rede do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, foram lançados, nessa época, programas de capacitação contemplando a realização de cursos intensivos em diversas regiões do país, incluindo o treinamento de técnicos no exterior. Tal esforço inicial de capacitação deu origem, em 1976, ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) para esse sistema. Esse programa refletia, assim, um intenso esforço teórico e prático, no sentido de estruturar e operacionalizar o referido sistema de planejamento agrícola. É nesse quadro institucional que, em 1975, era apresentado ao Ministério da Agricultura o primeiro esboço do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA),⁶ que assumia o compromisso de gerar conhecimentos sobre a agricultura brasileira e formar quadros para o SNPA (LIMA, 2007).

Vale ressaltar ainda a presença de organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla de *Food and Agriculture Organization*), o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)⁷ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – no processo de formulação e coordenação de projetos para a pesquisa, extensão e assistência técnica do setor, com o objetivo de viabilizar a implantação e fortalecimento do sistema nacional de planejamento agrícola (INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS, 1976).

Nesse processo, foram fundamentais a criação de instrumentos de apoio técnico de pesquisa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa),⁸ extensão (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater) e armazenamento (Companhia Brasileira de Armazenamento – Cibrazem).⁹ A criação desses órgãos nesse período foi fundamental para viabilizar a expansão do modelo agrícola moderno a ser implantado nas áreas de cerrado. No que se referem à pesquisa tecnológica, os estudos desenvolvidos pela Embrapa foram importantes no sentido de identificar os fatores limitantes representados pelas propriedades químicas dos solos nessas áreas e desenvolver soluções dentro da lógica do modelo (adubação química, mecanização etc.), além de apontar para as

⁶ Hoje ampliado para Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

⁷ Hoje Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

⁸ Foi criado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), apoiado pelo governo japonês por intermédio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA – em inglês *Japan International Cooperation Agency*), para desenvolver as pesquisas do órgão nas áreas de cerrados.

⁹ Que se voltou para as áreas de cerrados por intermédio do Programa Nacional de Armazenagem (Pronazem), instituído em 1975.

possibilidades de produção de sementes de grãos adaptados a esses solos e com altos índices de produtividade. Também importantes para o processo de modernização da agricultura nas áreas de cerrados foram os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e armazenagem, que tiveram uma participação, no primeiro caso, no processo de transferência dessas novas tecnologias para o setor agrícola por meio da difusão de pacotes tecnológicos e, no segundo, na busca por solucionar a lacuna decorrente da falta de infraestrutura básica na questão do armazenamento (PEIXOTO, 2009; HEREDIA et al., 2009).

Cabe aqui salientar que o trabalho desenvolvido pela Embrapa revelou-se funcional à lógica do processo de acumulação do capital, na medida em que concentrou a pesquisa na produção de larga escala e promoveu a divulgação de pacotes tecnológicos elaborados em parceria com extensionistas, representantes de indústrias de insumos e equipamentos, órgãos de crédito e de fomento. Esse modelo já deixava claro para quem se destinava a produção científica do Estado. Segundo Peixoto (2009, p. 15), “[...] os ‘tropeiros’ já não teriam mais espaços, assim como o ‘espírito’ da ocupação já estaria determinado aos que apresentam uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo.”

Vale ressaltar que a elaboração desses pacotes foi pautada por receituários dados por grandes empresas de países avançados do capitalismo e cuja obediência permitiu a incorporação nos espaços de cerrados “eleitos” de um padrão produtivo no qual predominaria a necessidade de grandes investimentos de capital. Esses novos padrões produtivos estão inseridos em um modelo dominante de produção agrícola, conhecido na literatura internacional como o “produtivismo agrícola”, que está fundamentado em três características básicas: intensificação, concentração e especialização da produção (IIBERY; BOWLER, 1998 apud WARD, 2008). O “modelo produtivista”, como ficou conhecido no Brasil, foi difundido pelos Estados Unidos e por alguns países da Europa a partir dos anos 1960, por meio do movimento agrícola conhecido como Revolução Verde, e baseou-se na utilização intensiva de insumos químicos, na alta mecanização da lavoura, na monocultura, na produção em larga escala e na pouca utilização de mão de obra (COUTO FILHO, 2004).

É importante lembrar também que a escolha tecnológica não é neutra. Ao selecionar o tipo de produto, regiões e produtores que devem ser beneficiados, está-se definindo o padrão tecnológico que deve vigorar. A partir de dado momento, as opções de pesquisas tecnológicas situam-se muito mais em âmbito político do que técnico, conferindo à atuação dos agentes produtivos/comerciais e à ação do Estado um papel de extrema relevância. A força dos interesses ligados a produtos específicos sobrepõe-se, já que as decisões de investimento condicionam as novas descobertas. A organização dos sujeitos envolvidos nos processos de

produção, processamento e comercialização dos produtos torna-se ponto crucial da questão. Conseguindo apoio do Estado, tais sujeitos articulam, ainda, a obtenção de certas vantagens relativas, atingindo posições mais confortáveis dentro do ramo em que atuam (UDERMAN, 1992).

Paralelamente a esses investimentos, os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado aos produtores rurais e às grandes empresas ligadas ao setor agrícola foram essenciais para expandir as áreas onde a agricultura moderna estava sendo implantada. Desse modo, é importante lembrar que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e na integração dos capitais agrários ao circuito de valorização do capital financeiro. Além disso, essa política marcou significativamente o rumo da conjuntura setorial da agricultura ao privilegiar produtores¹⁰ (sobretudo os grandes), regiões (Centro-Sul do país) e produtos (exportáveis) (LEITE, 2001).

De 1965 a 1985, a política de crédito rural caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Nesse período, notam-se ainda a presença significativa do tesouro nacional como fonte originária dos recursos e a atuação do Banco do Brasil como principal agente intermediário.¹¹ Além disso, até 1979 o crédito rural era um recurso específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais. Vale destacar também que o setor agrícola experimentou, até meados dos anos 1980, a existência de taxas de juros reais negativas, frente às taxas crescentes de inflação e a correção monetária dos empréstimos do período (LEITE, 2001; PEIXOTO, 2009; SOUZA, 2007).

Nesse contexto, as áreas de cerrados – que passou a fazer parte da pauta de discussões e preocupações de segmentos dominantes da economia do país – se transformaram em uma alternativa para a indústria de máquinas e insumos agropecuários, devido ao crédito subsidiado para a agricultura, que funcionava como compensação pela proteção concedida à indústria.

¹⁰ A distribuição do crédito entre os produtores foi muito concentrada. Conforme o Banco Mundial (1989 apud PEIXOTO, 2009, p. 12), “[...] estima-se que na década de 1980 apenas entre 20 e 25% dos produtores agrícolas receberam crédito concedido pelo sistema oficial, e que menos de 5% dos agricultores receberam mais da metade do crédito total concedido.”

¹¹ Até o início dos anos 1980, 75% dos recursos para crédito rural provinham do Banco Central, via Banco do Brasil. Os 25% restantes correspondiam à porcentagem dos depósitos à vista que deveria ser destinada ao crédito rural (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1989).

Assim, o crédito subsidiado era uma exigência posta na ordem do dia por todo um rol de interesses criados em função da força reivindicatória de capitais que sempre se encontraram à frente do referido processo (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1989).

Além de todas essas políticas direcionadas para a modernização agrícola que beneficiaram as áreas de cerrados, foram desenvolvidos, nesse mesmo período, programas específicos para a expansão dessas áreas, o que serviu para incentivar ainda mais a vinda de investimentos privados para esses espaços. Foram inúmeros os programas especiais traçados para áreas com cerrados no território nacional, sendo os principais: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), Programa de Crédito Integrado (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigadas (Provárzeas),¹² Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer I, II e III) (SANTOS, C., 2007; SHIKI, 2005).

Dentre os programas citados, podemos destacar três como de maior relevância para o propósito de desenvolver as áreas de cerrados, são eles: PADAP, Polocentro e Prodecer. Foram os resultados positivos do PADAP, implantado pelo governo do Estado de Minas Gerais, que criaram as bases para um projeto muito mais ambicioso de ocupação produtiva dos cerrados brasileiros, o Polocentro, este já desenvolvido e executado pelo governo federal, e que possibilitou a primeira mudança brusca da face dos cerrados da Região Centro-Oeste, permitindo a entrada do capital japonês via acordo de cooperação para o desenvolvimento dos cerrados por intermédio do Prodecer.¹³ Os dois primeiros apresentaram semelhanças no que concerne ao suporte à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito rural subsidiado e à infraestrutura física de estradas, energia e armazenagem. Já o Prodecer foi um programa muito mais amplo e com um alcance maior, implementado em três etapas, abrangendo

¹² O programa visava à utilização econômica das várzeas em todos os estados brasileiros por meio do saneamento agrícola, drenagem e irrigação. Propunha obter maior produtividade agrícola, como alternativa para continuar o processo de modernização do setor agrícola em todo o país. Vale ressaltar que, embora este programa tivesse tido expansão limitada, causou enormes danos ambientais nos cerrados, ao drenar e cultivar áreas, hoje, de preservação permanente, como as veredas (SHIKI, 2005).

¹³ Esse programa foi idealizado em 1974, negociado entre os governos do Brasil e do Japão durante cinco anos, e implementado a partir de 1978. Teve como coordenador político-institucional o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, como coordenadora de implementação, a Companhia de Promoção Agrícola (Campo), empresa de capital binacional, criada para esta finalidade, com 51% das ações pertencentes ao Brasil, representadas pela Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), e 49% das ações pertencentes ao Japão, representadas pela *Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (Jadeco) sendo que em ambas as partes há a participação governamental e privada (SANCHES, 2007).

também parte dos territórios dos estados onde estavam situadas as novas fronteiras agrícolas do país, como é o caso da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão (SANTOS, C., 2007).

Este último programa teve como objetivo o desenvolvimento de polos colonizados por agricultores de porte médio (uma parte de origem nipônica e outra proveniente da Região Sul do país),¹⁴ selecionados pelas cooperativas vinculadas ao programa. Seriam privilegiados os plantios com tecnologia avançada e produção intensiva em escala adequada para abastecer fatias importantes do mercado externo de grãos, principalmente a soja. Era um projeto completo que previa o financiamento a juros baixos desde a abertura de área até a comercialização dos produtos. Além disso, previa também a implantação de infraestrutura de estradas, energia, comunicação e armazenagem. Além de ser um programa de cooperação financeira, visava também promover a cooperação técnica por meio da vinda de especialistas japoneses, a doação e instalação de laboratórios e equipamentos e a capacitação de pesquisadores brasileiros. Esse acordo permitiu que o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) da Embrapa fosse reestruturado para fornecer tecnologias apropriadas a esse novo modelo, visando atender às novas demandas de áreas dos cerrados (SANCHES, 2007).

Nesse sentido, de forma mais direta que os primeiros programas, o Prodecer beneficiou prioritariamente setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos). A transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais previstas por esse programa provocariam mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva desses espaços, porque os objetivos do programa estavam voltados para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital (SANCHES, 2007).

Enfim, todas essas políticas apresentadas nesta seção representaram uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola nacional. O Estado, especialmente a esfera nacional, responsabilizou-se pela criação das bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação de outros setores organizados do sistema nas áreas de cerrados do país – o capital financeiro e o industrial, principalmente de origem externa. Essas políticas, portanto, lançaram as bases para que uma nova dinâmica de produção desses espaços pudesse vir a se desenvolver.

Após a apresentação da concepção geral dos espaços de cerrados brasileiros por meio das principais políticas nacionais direcionadas para essas áreas nas décadas de 1960 a 1970 –

¹⁴ Ressalta-se que esses projetos reservavam 20% dos seus lotes para os nativos da região, mas na prática nem sempre conseguiam alcançar essa cifra.

a qual correspondeu à primeira etapa do processo de produção dos espaços dos cerrados baianos –, busca-se, na próxima seção, discutir a segunda fase da produção desses espaços, quando as ações dessas políticas começaram a ser rebatidas nos mesmos. Vale ressaltar que o reflexo dessas políticas nacionais em cada espaço regional teve uma trajetória específica de manifestação, já que nem todos são atingidos da mesma forma nem no mesmo período. Aliados a isso, os fatores políticos, econômicos e sociais regionais articulam-se com essas políticas de forma também diferenciada, o que dá a cada região uma dinâmica própria, um desenvolvimento específico.

Nesse sentido, é importante frisar que a forma de conceber um espaço é crucial para direcionar a forma de produção desses espaços. A concepção de tais espaços nas décadas de 1960-70 teve a ver com o modo como os grupos hegemônicos, por intermédio do Estado, planejaram e articularam o que queriam para aqueles determinados espaços. Diante dessas considerações, cabe elucidar as características específicas dos cerrados baianos em produzir seus espaços a partir dos anos 1970, quando da inserção de um novo modelo produtivo, focando, principalmente, em seus aspectos institucionais e produtivos.

4.2 SEGUNDA ETAPA: APROPRIAÇÃO (IMPLANTAÇÃO) E EXPANSÃO DA MODERNA AGRICULTURA NOS ESPAÇOS DOS CERRADOS BAIANOS

A inserção dos espaços de cerrados baianos como área produtiva no cenário econômico nacional já se deu no final do período de viabilização pelo Estado do processo de modernização conservadora da agricultura nacional¹⁵ (SANTOS, C., 2007). Além disso, cabe destacar que o início do processo de ocupação dos cerrados baianos pela moderna agricultura ocorreu sem nenhuma participação das estruturas econômicas e políticas do governo do estado da Bahia. Somente com a inclusão dessa região na rota de expansão da fronteira agrícola do país – após o governo federal ter lançado as bases para a valorização dos espaços de cerrados – e a chegada à região de grupos de produtores individuais e empresas com tradição agrícola diferenciada daquela praticada anteriormente o governo estadual passou a repensar sua forma de atuação na região, criando, no início da década de 1980, o Programa de Ocupação Econômica do Oeste (BAHIA, 1980). Ressalta-se que o processo de implantação de uma dinâmica agrícola moderna nos espaços de cerrados na Bahia constituiu-se em

¹⁵ Esse processo de “modernização conservadora” correspondeu aos anos de 1967 a 1981 (SANTOS, C., 2007).

importante fato para um Estado que vinha apresentando poucas transformações econômicas fora das fronteiras da sua região metropolitana (SANTOS, C., 2008).

Assim, o governo da Bahia, após décadas de “esquecimento” no que concerne ao direcionamento de políticas públicas na região – esquecimento este que, diga-se de passagem, rendeu à região o apelido de “Além São Francisco” –, passou a viabilizar ações no sentido de criar as condições indispensáveis de suporte nas áreas de infraestrutura econômica e social e dos serviços agrícolas, para que se instalassem e se desenvolvessem nessas áreas as atividades produtivas condizentes com o processo de modernização agrícola em curso. Em suma, segundo o documento do programa, “[...] o que se pretende é proporcionar o apoio necessário a que se efetive, pelo setor privado, a ocupação do Oeste, aproveitando o seu potencial produtivo de elevada significação para a economia baiana e regional” (BAHIA, 1980, p. 7).

Nessa direção, foi a partir da chegada da moderna agricultura nos espaços de cerrados baianos, que sempre foram tratados como áreas marginais pelo Estado, que essa região passou a participar da agenda para o setor agrícola nacional. E, a partir desse momento, encontram-se dadas as condições de se instalar no Oeste da Bahia uma região com característica desenvolvimentista, partindo-se dos pressupostos da existência de condições favoráveis para implementação de um processo de acumulação nesses espaços, seguindo a trajetória já observada em outras regiões de cerrados no Brasil.

4.2.1 Reflexos das políticas nacionais: ocupação e implantação do modelo de modernização agrícola

Nesse período, o movimento de expansão do capital para criação de uma nova fronteira agrícola foi favorecido por uma ação estatal, que deu as condições mínimas para o processo de produção capitalista desses espaços. O projeto do governo era atrair capital para aquela região, mas, em seu planejamento, o capital atraído tinha que estar condizente com o processo de dinamização daqueles espaços. Vale ressaltar que o Estado não tinha condições de financiar todo processo de expansão – nem tinha condições de coordenar diretamente, de forma integral, a incorporação dos cerrados ao “modelo produtivista” por meio das instituições estatais –, então ele somente garantiu a infraestrutura mínima para atrair capitais para aquela região, estabelecendo as condições, os instrumentos e as regras ao ingresso de atividades capitalistas nesses espaços a partir do direcionamento de recursos e projetos. Dentre as ações, destacam-se mudanças na estrutura fundiária, políticas de colonização, incentivo à ocupação de áreas, investimentos em infraestrutura básica (de transporte, de

comunicação, de energia elétrica e de armazenagem), implantação de projetos agropecuários nacionais, além de políticas de crédito e de isenção fiscal (BERNARDES, 2009).

Assim, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por intervenções importantes do governo federal em termos de infraestrutura, já que esse tipo de investimento era essencial para a inserção da região em um novo contexto econômico. Dentre as principais ações nesse sentido, podemos destacar: a instalação de agências bancárias, sobretudo do Banco do Brasil; incentivos fiscais à criação de novos municípios; construção de hidrelétricas; instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (4º BEC), com o objetivo principal de construir as rodovias BR-242, BR-135 e BR-020, ligando a região às capitais federal e estadual (SOUZA et al., 2010). Todos esses investimentos contribuíram para a valorização dos espaços dos cerrados baianos nesse período, bem como estimulou a ocupação e reestruturação desses espaços pelo capital.

Outros projetos governamentais também favoreceram a ocupação da região Oeste da Bahia na década de 1970. Embora esses projetos não fossem direcionados para áreas de cerrados, foram importantes no sentido de demonstrar a preocupação do governo em dinamizar essa região e integrá-la ao processo de valorização em curso. Foram eles: os projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf) e os projetos financiados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No primeiro caso, o projeto inicial de irrigação atingiu 400 produtores de regiões do Nordeste (como Pernambuco e Ceará), como também de outras regiões do Brasil (inclusive a Região Sul) tendo como objetivo a produção de produtos básicos como o feijão, arroz e os hortifrutigranjeiros de modo geral. Posteriormente, foram implantados mais quatro projetos, estes agora de cunho empresarial, visando atender os engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e empresários locais. No segundo caso, os projetos financiados pela Sudene – a exemplo dos projetos de criação de gado bovino em bases técnicas mais modernas, de produção de álcool/cana, de reflorestamento e de implantação de uma planta frigorífica – trouxeram produtores e especuladores à região. Embora a maioria dos projetos não tenha prosperado, eles tiveram uma importância no processo de reestruturação da dinâmica socioeconômica da região nessa época, contribuindo para a ocupação da região, ao atrair os interesses de empresários e produtores de outras regiões da Bahia, do Nordeste e do Brasil incentivados pelos créditos altamente subsidiados desses projetos (SANTOS FILHO, 1989).

Paralelamente a esses investimentos, o esgotamento da expansão de áreas produtivas nas zonas tradicionais da agropecuária brasileira – regiões Sul e Sudeste do Brasil – orientou capitais excedentes para novas frentes de expansão agrícola no país, onde os preços das terras

eram incomparavelmente mais baixos em relação aos dessas zonas, já engajadas à dinâmica capitalista da produção nacional. Nesse sentido, esse processo incentivou a ida de imobiliárias e de empresas colonizadoras¹⁶ para as áreas dos cerrados na Bahia, buscando incorporar valor a esses espaços, em virtude do potencial da região como uma nova fronteira agrícola. A partir daí, iniciou-se um ciclo de caráter predominantemente especulativo na região, com a compra de posses individuais, resultando na criação de grandes loteamentos. Com isso, as terras que antes eram ocupadas por posseiros passaram a ser alvo de intensa grilagem¹⁷.

A esse respeito, vale ressaltar que tanto os grandes proprietários já presentes na região quanto o Estado foram coniventes com a forma como se deu esse processo de ocupação, que ocorreu muitas vezes à revelia da lei, com uso da violência contra os eventuais donos das terras, por parte dos grileiros, que se apropriavam delas muitas vezes com base em documentos legais conseguidos por meios fraudulentos¹⁸ e indevidamente registrados nas comarcas de origem (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2000). Dizia-se mesmo que, naquela época, “circulava um ‘estímulo’ do governo carlista para que se facilitassem as ‘coisas’, afinal esses gaúchos virão para fazer progredir a região”¹⁹ (GOVERNO..., 2010).

A despeito dessa conivência das classes tradicionais da região ao processo de ocupação da moderna agricultura dos cerrados na Bahia, importa ainda destacar que a vinda de novos atores para a região, segundo C. Santos (2007), não significou, num primeiro momento, quaisquer restrições das ações dos grandes proprietários rurais e dos grandes comerciantes regionais precedentes, visto que os mesmos não deixaram de ter o controle político nos espaços regionais nesse período, bem como desenvolveram um papel importante nos conflitos fundiários em apoio aos novos grupos de produtores. Além disso, nessa fase inicial, os acessos aos organismos de Estado instalados regionalmente eram controlados pelos antigos latifundiários, além de serem interlocutores das estruturas de poder político central nesses espaços.

Cabe mencionar também que antes de 1970, no oeste baiano, as escrituras públicas primitivas de compra e venda de imóveis rurais – com raríssimas exceções – não

¹⁶ É importante ressaltar que, nessa época, o governo federal passou a fazer uso de empresas colonizadoras particulares para viabilizar o processo de ocupação dos “espaços vazios” dos cerrados brasileiros, por meio do assentamento de colonos que se dedicariam à agricultura.

¹⁷ A grilagem corresponde ao processo de apropriação indevida das terras dos outros ou da União, do Estado e/ou dos Municípios, sem que se tenha direitos legais sobre elas.

¹⁸ As transações imobiliárias, segundo Pedro de Deus (2009), foram feitas com documentos sobrepostos aos originais dos legítimos posseiros e proprietários, que eram incentivados a vender suas terras a preço irrisório.

¹⁹ Acrescenta-se a isto o fato de que os órgãos públicos de fiscalização eram pouco atuantes na região e tinha uma estrutura precária para atender à demanda da região.

mencionavam em hectares a dimensão das respectivas terras, mas sim em “mil réis”, “léguas” ou ainda em “braças” de terras. Bem poucas tinham limites definidos, enquanto outras traziam limites vagos e imprecisos, ou até nem mencionavam limite algum. Assim, no processo de grilagem dessas terras, a mudança desses antigos limites para “hectares de terras”,²⁰ fez com que se formassem vários “andares” de terras na região – já que os novos valores eram criados sem ter uma correspondência com o real tamanho das propriedades –,²¹ o que causou intensos conflitos de terras nesse período inicial da ocupação produtiva dos cerrados, além da expulsão de posseiros que estavam presentes nessas áreas (DEUS, 2009).

Esse processo resultou numa incorporação crescente de terras adquiridas a baixíssimos preços. Segundo relato de agricultores,²² o que mais atraía para a região dos cerrados baianos na década de 1980 eram as terras baratas e a perspectiva de se produzir numa nova fronteira agrícola – que já vinha sendo estimulada por projetos governamentais em outras regiões do Brasil. No início dessa ocupação, um hectare de terra no Oeste da Bahia podia ser comprado pelo equivalente ao preço de um maço de cigarros. Desse modo, para cada hectare de terra vendido na Região Sul do Brasil, podia-se comprar de 10 a 40 hectares de terras nos cerrados baianos (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1989).

Após a expansão da agricultura moderna nessas áreas, as terras foram valorizadas, tornando-se um ativo importante nesse processo de acumulação capitalista. É importante lembrar que o mercado de terras, nesse período, transformou-se num ramo especial do mercado financeiro, na medida em que a propriedade da terra torna-se um ativo alternativo para o grande capital ao permitir ganhos especulativos e ganhos de fundação nas novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Desse modo, percebe-se que, criadas as condições, por intermédio das intervenções estatais em áreas de cerrados e pelo estímulo à ocupação dessas áreas, ao serem facilitados os processos de aquisição de terras, os produtores particulares, principalmente da Região Sul do país, além de cooperativas e de empresas agrícolas de médio e grande porte, passaram a ocupar a região (SOUZA et al., 2010). Cabe destacar que o privilégio dado pelo Estado a colonos do Sul, por meio de projetos de colonização e assentamento que priorizavam os

²⁰ Em 1976, com a Lei dos Registros Públicos, ficou determinada a exigência de se estabelecer o limite da propriedade em hectares de terras (DEUS, 2009).

²¹ Nesse processo, segundo Deus (2009), uma posse de “x” hectares era comprada e dividida em diversos lotes para a venda, que somados davam um valor muito superior à dimensão de terra adquirida.

²² Entrevistas concedidas à autora desta dissertação por diversos produtores rurais dos cerrados baianos durante trabalho de pesquisa de campo. Todas as entrevistas com produtores rurais a que me refiro neste trabalho foram realizadas no período de agosto a outubro de 2010, nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Foram ao todo 14 entrevistas que contemplaram produtores “modernos” de pequeno, médio e grande portes.

produtores mais estruturados provenientes dessas regiões, fez com que os sulistas²³ fossem os pioneiros na ocupação produtiva dos espaços de cerrados baianos (HEREDIA et al., 2009). Além dos sulistas, outros migrantes, vindos de outras partes do estado e do Nordeste, foram atraídos para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho. No entanto, esse segundo grupo não participou do processo de modernização da agricultura dos cerrados, a não ser como trabalhadores rurais temporários (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008).

Além dessas intervenções, que incentivaram a valorização dos espaços dos cerrados como uma nova fronteira, outro estímulo de grande importância foi o crédito. A política de crédito rural do governo federal até meados da década de 1980, que representou um dos mais importantes mecanismos de sustentação da estratégia de cunho modernizante, caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários e contou com pesados subsídios à agricultura mecanizada nesse período, beneficiando principalmente a cultura da soja e os grandes produtores (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Embora o financiamento bancário das lavouras nos cerrados baianos tenha começado de forma reduzida – até porque, no período da ocupação produtiva dos cerrados baianos, os bancos lá instalados não “conheciam” a agricultura mecanizada desses espaços, somente a agricultura tradicional dos vales, e por isso, os produtores, segundo entrevistas, tiveram que provar que “dava soja” nos cerrados para que o banco pudesse financiá-los –, foi um importante fator de expansão da produção de grande escala nos cerrados baianos. Os altos índices de financiamento agrícola na região sinalizam a importância do fator crédito na expansão da produção agrícola capitalista da região nos anos 1980, sobretudo se considerarmos que esses créditos foram feitos a taxas de juros negativas ou subsidiadas.

Apesar de farto, esse crédito foi bastante concentrado. Segundo dados do estudo coordenado por Santos Filho (1989), em 1986, 92% das propriedades médias receberam financiamento via crédito oficial do governo, enquanto 100% das grandes tiveram acesso a esse tipo de recurso. Vê-se, portanto, o direcionamento das políticas agrícolas do governo, que favoreciam amplamente a grande propriedade. Já a pequena propriedade tinha mais dificuldade na captação de crédito, devido à baixa disponibilidade de garantias reais que podiam dar. Aliado a isso, os bancos, para diminuir os riscos dos empréstimos, davam preferência aos produtores melhor estruturados.

²³ A chegada dos sulistas – sobretudo gaúchos e paranaenses – no oeste baiano se deu a partir de 1979. Esse movimento migratório se intensificou a partir de 1981. Já em 1983, estima-se que mais de 1.000 famílias sulistas haviam chegado à região (SANTOS FILHO, 1989).

Além disso, uma série de garantias e incentivos disponibilizados para o setor agrícola – tais como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), entre outros – facilitaram o processo de expansão da agricultura moderna nesses espaços, ao dar uma segurança maior ao produtor em caso de perda da produção. Tanto o seguro agrícola (Proagro) como a política de preços mínimos eram disponibilizados muito mais facilmente naquela época. No caso do PGPM, embora os produtores reclamem que os preços mínimos estabelecidos por esse programa situavam-se sistematicamente abaixo dos preços de mercado recebidos pelos agricultores, é válido ressaltar que os preços estabelecidos para a soja – principal produto no processo de modernização agrícola –, por exemplo, apresentaram um incremento superior àqueles que se verificaram para a maior parte dos produtos agrícolas beneficiados por esse tipo de intervenção, particularmente o feijão e o arroz, dois alimentos básicos da alimentação no Brasil (UDERMAN, 1992).

Já em relação à infraestrutura de pesquisa e extensão rural, houve uma incapacidade dos órgãos públicos, em termos técnicos e operacionais, de atender às demandas dos novos empreendimentos agrícolas modernos nos cerrados baianos. No que se refere ao órgão público estadual de pesquisa, a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA), vinculada ao sistema Embrapa, somente veio a implantar uma linha de pesquisa para a agricultura de cerrados no Oeste da Bahia após já ter sido iniciado o processo de ocupação dos espaços dos cerrados baianos e, mesmo após sua implantação, teve uma influência restrita na disseminação de tecnologias para a agricultura do cerrado, já que as próprias cooperativas dos produtores rurais e os escritórios particulares de consultoria instalados na região tinham acesso à tecnologia da Embrapa, por meio de convênios com essa instituição. Da mesma forma em relação aos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-BA), vinculada ao sistema Embrater, não tinha uma estrutura técnica e operacional capaz de atender às exigências do setor produtivo na agricultura mecanizada dos cerrados e, por isso, teve pouca influência nas áreas de cerrados, atuando mais nos vales (SANTOS FILHO, 1989). Isso se deveu, em parte, pela própria incapacidade do governo da Bahia em preparar os órgãos públicos estatais para lidar com essa nova agricultura dos cerrados que se implantava, tanto em termos de qualificação dos recursos humanos, quanto de investimentos em infraestrutura de apoio, ocasionada, principalmente, pela falta de recursos para investir nesses órgãos, de modo a dar continuidade aos projetos em andamento.

Além disso, outros tipos de infraestruturas básicas necessárias para dar suporte à implantação de uma agricultura pautada em moldes modernos e de grande escala – como investimentos em energia elétrica, comunicação, transporte e armazenagem – também foram bastante deficientes, por parte do investimento estatal, para atender toda a demanda de uma nova agricultura produtivista e de grande escala da região. Assim, convém ressaltar que essa fase de produção dos espaços dos cerrados baianos já ocorreu num período de esgotamento fiscal e creditício do Estado, refletindo na capacidade de continuação desse processo de modernização agrícola em toda a sua trajetória. Como já foi dito, o Estado foi responsável por garantir as condições mínimas de suporte para que se instalassem e se desenvolvessem as atividades produtivas condizentes com o modelo agrícola moderno, embora tivesse dificuldades técnicas – como, por exemplo, a falta de qualificação dos recursos humanos, insuficiência de infraestrutura e mesmo de controle efetivo por parte das instituições públicas – e financeiras para coordenar todas as etapas desses projetos diretamente.

De qualquer modo, nesse período, a atuação do Estado continuou importante no sentido de orientar e disciplinar a iniciativa privada, estabelecendo condições ao ingresso de atividades capitalistas nesses espaços. Nesse sentido, representou um elemento essencial para levar adiante esse processo de dinamização desses espaços, visto que seus incentivos e recursos foram fundamentais para a viabilização de tal processo. Além disso, o Estado facilitou a ocupação desses espaços e foi conivente com a forma desordenada como os referidos espaços estavam sendo ocupados. A ineficiência dos órgãos de fiscalização, que contava com uma estrutura deficiente para atender à demanda crescente de uma região que se tornou uma das frentes de expansão do capital, também contribuiu para esse quadro.

4.2.2 Apropriação e expansão do modelo de modernização agrícola: papel das cooperativas agrícolas

Diante desse contexto, o setor privado passa a levar adiante o processo de dinamização e modernização dos espaços dos cerrados baianos, de modo a integrá-los a uma nova dinâmica de acumulação do capital, impulsionada a partir do estabelecimento do cultivo de grãos, basicamente da soja, e inserida no cenário agrícola nacional dos anos 1980. Nessa fase inicial, as cooperativas de produtores rurais e as empresas distribuidoras de insumos agrícolas desempenharam um papel fundamental para a expansão dessa nova dinâmica capitalista na região, já que eram as grandes fomentadoras do uso de novas tecnologias condizentes com um modelo produtivista de produção agrícola exigido pela lógica de acumulação capitalista

internacional. Até o início dos anos 1990, os insumos agrícolas necessários à produção da moderna agricultura eram fornecidos tanto pelas cooperativas²⁴ como pelas revendas de produtos agrícolas presentes na região nesse período (UDERMAN, 1992).

A despeito desse processo de integração do produtor a um novo modelo agrícola,²⁵ é importante destacar o papel desempenhado pelas associações cooperativas nos espaços dos cerrados baianos. Essas associações tornaram-se um agente crucial na implantação desse modelo, por sua capacidade de aglutinar produtores nos diversos espaços, de modo a integrá-los ao processo de dinamização do campo (MÜLLER, 1989). Nessa época, as cooperativas agrícolas passaram a exercer diversas funções que supriam boa parte das demandas dos seus associados em termos de pesquisa experimental, assistência técnica, armazenagem, beneficiamento, comercialização da produção, intermediação do crédito, aluguel de máquinas e equipamentos, entre outras facilidades infraestruturais, como o fornecimento de energia (geradores elétricos), transporte e pavimentação de estradas (SANTOS FILHO, 1989).

No que concerne à pesquisa, é importante destacar o papel das cooperativas em termos de geração e difusão de tecnologias para os produtores inseridos no processo de modernização agrícola naquela época, visto que elas se constituíam no principal agente responsável pela realização de pesquisas experimentais na região. Nesse processo, essas entidades reservavam parte de suas áreas para a realização de programas de melhoramento de soja, de adubação, de testes do uso de calcário, fósforo e gesso específicos para as áreas de cerrados na Bahia, e divulgava o resultado dessas pesquisas por meio da realização de dias de campo. Ressalte-se que tecnologias hoje amplamente difundidas na região – como o uso do calcário, gesso e fósforo – são oriundas de testes de calibração realizados pelas cooperativas naquela época.²⁶ Além disso, toda geração de tecnologia da Embrapa – conveniada a essas associações –, era rapidamente assimilada por elas, que exerciam a função de disseminá-la por meio dos serviços de assistência técnica. Um dado relevante a ser considerado é que o fornecimento do serviço de assistência técnica dado pelas cooperativas agrícolas da região atingiram, em 1986, 72% dos estabelecimentos agrícolas modernos, enquanto que os serviços prestados pela

²⁴ Nesse processo, o papel das cooperativas era ainda mais importante na medida em que sua intermediação no processo de compra de insumos em grande quantidade para seus associados reduzia os custos de produção devido à economia de escala, o que tornava mais viável o acesso dos produtores aos elementos materiais industriais necessários à produção (SANTOS FILHO, 1989).

²⁵ Vale ressaltar que o modelo agrícola implantado nos cerrados baianos demandava um alto grau de mecanização e a incorporação de grandes quantidades de elementos químicos para a correção e preparo do solo, transformando elementos industriais em fatores indispensáveis à produção de grãos nesta região.

²⁶ Segundo entrevistas concedidas à autora desta dissertação por dois ex-funcionários (agrônomos) da Cooperativa Agrícola de Cotia. Todas as entrevistas com esses atores específicos citadas neste trabalho foram realizadas nos dias 14 e 17 de setembro de 2010.

Emater-BA atingiram somente 7% desse tipo de estabelecimento no mesmo período (SANTOS FILHO, 1989).

Quanto às questões de financiamento, é fácil perceber que a intermediação das cooperativas viabilizou uma generalização do acesso creditício que corroborou o processo de modernização. Por realizarem transações com dimensões maiores e efetivadas com maior frequência, essas instituições desenvolveram contatos bancários que as transformaram em canal privilegiado de acesso ao crédito por essa via, facultando aos seus associados, sobretudo aos produtores descapitalizados, oportunidades talvez inatingíveis sem a sua intervenção.²⁷ Aliás, é importante frisar que o repasse do crédito rural era maior via cooperativas do que pela via direta aos produtores individuais naquela época. Um dado relevante nesse sentido é que a maior parte do crédito vinculado à política de preços mínimos – que chega a atingir, em 1982, 65% do crédito disponibilizado para o setor rural – esteve voltada para as agroindústrias e as cooperativas (SANTOS FILHO, 1989).

Já em relação à comercialização dos produtos agrícolas, vale ressaltar que 50% da produção de soja dos cerrados baianos era comercializada pelas próprias cooperativas. A outra metade da safra era comercializada pelas companhias agroindustriais ou exportadoras de soja que não tinham plantas industriais instaladas na região naquela época, das quais as principais eram as Usinas Coelho e a Ceval, situadas em Petrolina e Santa Catarina, respectivamente. Nesse processo, a estrutura agroindustrial dessas cooperativas permitia que fossem alcançados mercados externos para os produtos exportáveis da região, o que não seria facilmente conseguido por produtores individuais dissociados das organizações cooperativas ou de quaisquer outros grandes grupos empresariais que viessem a cumprir o papel de colocação dos seus produtos no mercado internacional (SANTOS FILHO, 1989). Vale ressaltar que o fortalecimento dessas cooperativas como integrantes fundamentais desse processo dependeu, segundo Müller (1989), do êxito na criação de atividades agroindustriais e de canais mercantis relativamente autônomos das demais empresas nacionais e transnacionais.

Em contrapartida a esses benefícios oferecidos pelas cooperativas, os produtores deviam cumprir algumas exigências mínimas. Primeiro, os colonos associados eram selecionados em função de sua capacidade tecnológica, econômica, financeira e administrativa em geral. Além disso, em alguns casos, os produtores associados eram obrigados a adquirir todos os insumos da sua produção na cooperativa, em outros, a destinar parte da sua produção à cooperativa

²⁷ É importante frisar que boa parte desses produtores rurais associados não tinha capacidade de autofinanciamento. Dessa forma, sendo o grau de capitalização necessário e as dificuldades técnicas daí decorrentes enormemente expressivas, a participação do produtor era facilitada, e por vezes, condicionada, pela intermediação das estruturas cooperativas.

como taxa de capital, ou ainda a utilizar a assistência técnica oferecida pela cooperativa e a lhe entregar toda a produção. Em ambos os casos, a cooperativa procurava manter um grau de vinculação forte com o produtor, buscando integrá-lo ao processo de modernização em curso. Com isso, as cooperativas orientavam a produtividade dos associados e a qualidade dos seus produtos, normatizando procedimentos técnicos e operacionais ligados a um modelo produtivista de produção exigido pela lógica de acumulação capitalista internacional (SANTOS FILHO, 1989).

Diante desse quadro, a associação cooperativa passou a ser um elemento importante na estrutura de poder local, na medida em que foi responsável pela provisão dos elementos materiais e técnicos necessários ao novo padrão agrícola e pela inserção dos agricultores cooperados na lógica de produção externa. Assim, as cooperativas foram organizações essenciais para a vinculação dos agricultores à produção de *commodities* agrícolas, servindo de instrumento a uma capitalização indispensável e assumindo o papel de intermediação entre os mercados fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos e aqueles consumidores da produção agrícola (UDERMAN, 1992).

A despeito desse processo, importa ainda destacar que, nesse período, a maioria dos produtores modernos²⁸ dos espaços dos cerrados baianos dependia dessa forma de associação para se integrarem ao novo modelo de industrialização do campo. Não é por acaso que o índice de associação dos agricultores modernos a cooperativas atinge 80% em 1986, enquanto que em 1980 esse índice era de apenas 11,6% no município de Barreiras e 2,6% na região dos cerrados baianos. Destaca-se ainda que apenas uma ínfima parte desses agricultores modernos era filiada a sindicatos, enquanto que 70% dos pequenos agricultores tradicionais tinham esse tipo de filiação (SANTOS FILHO, 1989). Percebe-se aqui que a adesão dos modernos agricultores a associações cooperativas nesse período, em contraposição aos sindicatos rurais, dava mais possibilidades de inserção à nova dinâmica. No entanto, embora a cooperativa se tornasse um agente de integração do produtor a esse novo padrão agrícola, não chegava a ser um instrumento de defesa dos interesses desses produtores²⁹ (ALENCAR et al., 2001).

Nesse sentido, as cooperativas também atendiam aos interesses do Estado e do grande capital, na medida em que atuavam como instrumento da penetração do capitalismo no campo, desencadeando um desenvolvimento econômico regional, segundo o modelo agroindustrial-exportador implantado nos anos 1970 (FAJARDO, 2008). A esse respeito, é

²⁸ Os produtores considerados “modernos” são aqueles inseridos no processo de modernização agrícola, que possuem propriedades voltadas para a produção tecnificada e de larga escala.

²⁹ A Cooperativa Agrícola de Cotia, por exemplo, funcionava com características de uma empresa, sendo fundamental em seu funcionamento a manutenção da própria cooperativa e não a dos colonos.

importante frisar que havia uma forte ligação das cooperativas com o Estado nessa época, que se dava, principalmente, por meio dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa dependia do mesmo. Destaque-se que o Estado passou a incentivar ainda mais o estabelecimento e o desenvolvimento de cooperativas, o que ocasionou um notável crescimento das mesmas nos anos 1970 e 1980. Assim, elas passaram a prestar serviços ao novo sistema implantado, como repasse de crédito, incentivo ao uso de insumos, beneficiamento da produção, exportação, pesquisa experimental, entre outros. Além disso, nos projetos do governo destinados ao desenvolvimento de áreas de cerrado, as cooperativas foram as entidades responsáveis pela coordenação e implantação dos mesmos, sendo amplamente beneficiadas com os subsídios governamentais e os incentivos fiscais.

Nessa época, as três principais cooperativas da região eram a Cooperativa de Produtores de Grãos dos Gerais (Copergel), a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central (Coaceral) e a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC, ou simplesmente Cotia, como muitos a denominavam), implantadas nesses espaços, respectivamente, em 1981, 1984 e 1985. Dentre elas, a Copergel foi a única cooperativa local organizada pelos próprios pioneiros migrantes sulistas. As outras duas se instalaram na região estimuladas pela expansão da moderna agricultura nesses espaços e incentivadas, principalmente, por projetos governamentais específicos para áreas de cerrados, a exemplo do Prodecer – projeto de cunho nacional já mencionado na seção 4.1.1 (SANTOS FILHO, 1989).

A partir de 1985, dois projetos do Prodecer II foram implantados na região, no município de Formosa do Rio Preto. Um deles era o Projeto de Colonização Brasil Central, executado pela Coaceral, que contava com 38 produtores assentados. O outro era o Projeto de Colonização Ouro Verde, executado pela Cooperativa Agrícola de Cotia, que possuía 48 colonos. Esses projetos previam o assentamento de produtores rurais tecnificados, devidamente selecionados por estas cooperativas,³⁰ sendo uma parte de origem nipônica e outra proveniente da Região Sul do país.³¹ Um terceiro projeto implantado nesses espaços, com características bastante semelhantes, foi o projeto de assentamento chamado Cotia Seinen, destinado aos produtores japoneses – todos eles vindos de outras regiões do Brasil – e executado pela Cotia. Esse projeto foi firmado por intermédio do Banco da América do Sul e financiado com repasses japoneses, e contava com 50 lotes de assentamento de produtores rurais (SANCHES, 2007).

³⁰ Essas cooperativas também recebiam indicação da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), que coordenava o projeto em âmbito nacional.

³¹ Ressalta-se que esses projetos reservavam 20% dos seus lotes para os nativos da região, mas na prática nem sempre conseguiam alcançar essa cifra.

É importante lembrar que o módulo rural desses projetos se dimensionava pela capacidade de se pagar uma colheitadeira. Então, o módulo necessário naquela época ficava em torno de 315 hectares. Nesses projetos, os lotes eram de aproximadamente 400 a 500 hectares cada um, lembrando que o tamanho médio das propriedades dos agricultores modernos nos cerrados baianos, nessa época, era de 1.000 hectares, sendo que as áreas variavam de 100 a 5.000 hectares³² (SANTOS FILHO, 1989). Desse modo, para os parâmetros da moderna agricultura, os lotes contavam com agricultores de médio porte, que, em sua maioria, não tinham capacidade de autofinanciamento, e, por isso, eram altamente dependentes dos recursos provenientes desses projetos.³³

Nesse sentido, esses projetos impulsionaram novos investimentos de capitais privados, na medida em que marcaram um direcionamento de recursos e projetos para essas áreas, principalmente no que se refere às questões de investimentos e ampliações na área de armazenagem, bem como da infraestrutura logística. Na época da implantação, representaram um incremento de 20% da área de produção agrícola nos espaços de cerrados no Oeste da Bahia.³⁴ No entanto, ao final do projeto, em 1993, nem todos os produtores assentados continuaram com seus lotes originais – muitos venderam e outros compraram as áreas de vizinhos para poder expandir a produção. Viu-se que é um modelo altamente dependente de financiamento e incentivos. Desse modo, a maioria dos produtores não conseguiu continuar na atividade após o término desses projetos, acarretando a falência dessas cooperativas.³⁵ Ainda assim, tais projetos cumpriram um papel importante nessa fase de implantação da moderna agricultura nos cerrados baianos, que foi o de sinalizar as possíveis áreas de expansão capitalista.

³² Atualmente, os lotes de 400 a 500 hectares não existem mais para a moderna agricultura dos cerrados baianos. Uma área para ser considerada rentável para a agricultura mecanizada tem que ter, no mínimo, 1.000 hectares. Os agricultores de médio porte possuem áreas entre 2.000 a 5.000 hectares.

³³ Segundo entrevistas realizadas com ex-funcionários da Cooperativa Agrícola de Cotia.

³⁴ Segundo entrevistas realizadas com ex-funcionários da Cooperativa Agrícola de Cotia.

³⁵ Vale ressaltar que os anos 1980/1990 foram marcados pela crise fiscal do Estado, que teve impactos sobre o financiamento dos produtores e de projetos de governo neste período, o que na época contribuiu para a falência de produtores menos estruturados, bem como das cooperativas agrícolas, dependentes direta e indiretamente do financiamento do Estado. Além disso, a correção das dívidas dos produtores rurais nesse período estava indexada aos altos níveis de inflação da época, provocando um alto nível de endividamento do setor.

4.3 TERCEIRA ETAPA: NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS E RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

Essa fase da produção dos espaços dos cerrados baianos foi marcada por um novo momento do ciclo conjuntural brasileiro, fortemente influenciado pelo movimento mundial de capitais sobre o redirecionamento das esferas de poder, que ocasionou transformações profundas nas relações Estado-sociedade em todos os setores da economia, e em especial, no setor agrícola. Nesse sentido, antes de iniciarmos a análise da produção dos espaços dos cerrados propriamente dita é necessário compreender o momento de transição para um novo padrão de acumulação, o qual alterou a forma de produção desses espaços a partir da década de 1990. Assim, as duas subseções a seguir (4.3.1 e 4.3.2) irão tratar, de forma geral, da crise do antigo padrão de acumulação pautado no modelo nacional-desenvolvimentista e da transição para um novo modelo de organização Estado-sociedade e de acumulação do capital, com especial atenção aos impactos desse novo padrão na agricultura brasileira, para depois tratar especificamente, na subseção 4.3.3, da terceira etapa de produção dos espaços dos cerrados baianos, inseridos nessa nova fase de acumulação.

4.3.1 Crise do padrão de acumulação dos anos 1970-1980: redefinição do papel do Estado, das alianças e instrumentos de políticas públicas

Como já discutido no plano geral, os anos 1980 – notadamente após 1985 – foram marcados pelo declínio da influência centralizadora do Estado desenvolvimentista e pela ascensão de novas instâncias organizativas da sociedade que redefiniram suas formas de articulação com o Estado. Esse período foi caracterizado por um momento de crise do padrão de acumulação das décadas de 1970/1980 – uma fase de forte planejamento e administração do Estado na condução do processo de acumulação do capital – e de transição para um novo modelo,³⁶ inserido em uma nova dinâmica internacional. Esta foi marcada pela globalização econômica e reestruturação da economia mundial, principalmente nas suas dimensões produtiva e financeira, momento em que o intervencionismo estatal passa a ser questionado e novas configurações organizativas privadas passam a ter uma participação mais ativa na definição das políticas públicas. Nesse sentido, a compreensão da nova fase de produção dos espaços a partir da década de 1990, inserida nesse novo padrão de acumulação, pressupõe

³⁶ Também conhecido como modelo econômico liberal-periférico (FILGUEIRAS et al., 2010).

analisar as novas determinações do modelo que estava emergindo. Sendo assim, importa destacar nesta seção as principais mudanças desse período, em especial, nos papéis do Estado e em suas articulações com a sociedade.

Nesse período de transição, o Estado Nacional é levado a “adequar-se” às exigências das novas condições de acumulação que se apresentavam em grande parte do mundo capitalista. Além disso, não se pode desconsiderar, nessa fase de globalização econômica, a influência do movimento mundial de capitais sobre o redirecionamento das esferas de poder e das políticas domésticas (OLIVEIRA, N., 2004). Convém ressaltar que os papéis tradicionais de intervenção do Estado foram repensados quanto às suas formas de atuação no que concerne à sua inserção na produção dos espaços, de modo a dar continuidade ao novo padrão de acumulação em curso. Nesse sentido, essas mudanças nos papéis do Estado não significaram uma ruptura com os quadros estabelecidos anteriormente, mas sim um aperfeiçoamento das regras de seu funcionamento.

No Brasil, essa reformulação das funções do Estado ocorreu, mais fortemente, na década de 1990. É possível observar esse processo a partir de diversos documentos elaborados pelos órgãos públicos nesse período. Em especial, chamamos a atenção para a Reforma Gerencial do Estado brasileiro³⁷ iniciada em 1995. A partir daí, os novos programas governamentais passaram a reconhecer o esgotamento da forma tradicional de tratamento das questões político-institucionais que guiaram diversos planos nas últimas décadas, buscando adequar-se e responder às exigências de novos paradigmas relacionados ao papel do Estado, ao incorporar novas bases políticas e institucionais para a definição de políticas públicas. Segundo N. Oliveira (2004), essas políticas levam em consideração novos padrões de gestão pública, que se expressam quer nas articulações necessárias à implementação de planos econômicos, quer nos novos mecanismos de agregação corporativa que visam à barganha de interesses.

Nesse contexto de redefinição do papel do Estado, este deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de regulador desse desenvolvimento. Importa ressaltar que a retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente com o agravamento da sua fragilidade financeira, a redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, enfraqueceu-lhe a possibilidade de planejar e induzir o sistema econômico (FILGUEIRAS et al., 2010). Assim, o Estado estrutural (agente,

³⁷ Essa reforma foi executada em âmbito federal pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Com a extinção do MARE em 1998, a gestão passou para o Ministério do Planejamento e Gestão, ao mesmo tempo em que estados e municípios passavam também a fazer suas próprias reformas (BRESSER-PEREIRA, 1997).

promotor) vai perdendo espaço para o Estado funcional (fiscalizador, regulador). Nesse redesenho, verificamos que o Estado se retira mais fortemente da execução e permanece com parte do financiamento, mas também o que continua sob sua propriedade passa a ter a lógica de mercado na gestão (PERONI, 2007).

Essa reforma implicou, obviamente, na elaboração de construções ideológicas necessárias para a legitimação dos referidos ajustes. Assim, por trás desse processo está a ideologia defendida de que a intervenção estatal sobre a organização da vida social e econômica reduz a eficiência dos processos de produção de riqueza, ao passo que o setor privado, ao assumir esses papéis, é mais eficiente, eficaz, dinâmico e produtivo. Desse modo, a justificativa em reformar o Estado está na busca de se eliminarem as ineficiências decorrentes do peso excessivo do Estado e passar à lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, o que não significou, de modo algum, uma alteração de sua natureza, mas, sim, de sua estrutura de ação (FERNANDES; CANO, 2005).

Nesse quadro, o Estado passa por uma desregulamentação e retração deliberada de suas funções. Esse novo contexto tem exigido do aparelho estatal uma organização de sua estrutura institucional não mais assentada sobre a ideia de criação de uma estrutura própria mediante a ação centralizada entre as diversas esferas e órgãos do governo, mas na adoção do princípio da descentralização, tanto do planejamento quanto da execução, e na transferência, para os agentes sociais, dos papéis que lhes competem em parceria com o Estado. Há, nesse sentido, tanto a perda de unidade entre os distintos aparelhos governamentais, num processo de ajuste à própria fragmentação dos interesses, como a conseqüente fragilização aparente de suas diversas instâncias (OLIVEIRA, N., 2004).

Essa adequação, de fato, proporcionou maior controle das diversas frações dos capitais na produção dos espaços. No entanto, isso não significou que o Estado fosse dispensável. Pelo contrário, seu poder foi reforçado e ampliado, na medida em que a implementação e condução desse novo modelo de acumulação implicaram – e implicam – uma participação fundamental do Estado. Desse modo, o Estado não só não foi eliminado como instância estratégica como continuou a desempenhar papéis importantes na produção dos espaços, influenciando diretamente nas condições gerais de produção por meio do fundo público e como instância legitimadora dos diversos interesses nesse processo.³⁸ É importante lembrar que são os que mais clamam contra a sua intervenção que acabam sempre por solicitar maior apoio e incentivo do governo às suas atividades (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

³⁸ Segundo Egler (1993), o Estado não foi, nem é neutro diante da disputa de interesses entre as frações do capital.

Esse processo permite, no cerne do Estado, a interferência dos grupos hegemônicos no desenho das políticas públicas territoriais, caracterizando o que se chama de privatização do público ou, como afirma Graziano da Silva (1996), de “balcanização do Estado”. Ocorre, aí, uma redefinição dos espaços de poder das diversas frações do capital e do trabalho como reivindicantes de direitos diante do Estado na perspectiva de construir condições reprodutivas favoráveis aos seus interesses. Isso significa uma crescente influência das forças hegemônicas territorializadas no desenho das políticas públicas para esses espaços. Há, assim, um imbricamento de interesses favorecendo a reprodução dos padrões de produção dos espaços dinâmicos.

É nesse contexto que se insere a problemática do neocorporativismo³⁹ já discutida na seção anterior, cujo padrão de relacionamento Estado-sociedade passa a ser reafirmado com a crise nas finanças públicas e a abertura do país. Assim, esse novo padrão desponta como um mecanismo que busca preservar os espaços de negociação nos processos decisórios num momento, ressalte-se, de crise de autoridade legítima – ou do Estado – e da própria dinâmica de acumulação.⁴⁰ Desse modo, acontece uma tentativa de reinstitucionalização dos processos decisórios, em que novos arranjos de interesses privados – entre os quais se destacam as associações de representação de interesses – puderam participar ativamente do processo de definição de políticas públicas. Nesse sentido, o papel do Estado passa a ser tão mais importante quanto mais esse novo associacionismo passe a assumir papéis ativos e definidos, dado o Estado ser o instrumento fundamental para assegurar uma integração entre os diversos interesses envolvidos por meio de suas tarefas regulatórias e integrativas (OLIVEIRA, N., 2004).

É importante destacar que essas transformações nas relações Estado-sociedade são percebidas em todos os níveis da economia. No entanto, para fins da presente pesquisa, é necessário compreender os rebatimentos desse processo no setor agrícola, ressaltando a emergência de um novo padrão de acumulação no campo brasileiro, principalmente em termos de organização produtiva e institucional desses espaços.

³⁹ Ressalte-se que na abordagem utilizada no presente trabalho, o neocorporativismo é considerado um processo sociopolítico específico, no qual determinadas organizações, representando monopolisticamente interesses funcionais, se engajam em trocas com agências governamentais sobre as políticas públicas que as envolvem, desenvolvendo para isso atividades que combinam representação de interesses e o processo de elaboração e implementação dessas políticas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

⁴⁰ É importante frisar que, como aponta N. Oliveira (2004, p. 385), “sempre que ocorre uma agudização da crise estrutural do capitalismo, demandam-se alternativas além das que são buscadas no âmbito exclusivo da circulação financeira e das mercadorias.” O neocorporativismo, segundo o autor, se transforma num desses instrumentos.

4.3.2 Reflexos da crise na agricultura brasileira: emergência de um novo padrão de acumulação no campo

Nesse contexto de agravamento da crise do padrão de acumulação e de esgotamento financeiro do Estado brasileiro nos anos 1980, o modelo de modernização agrícola brasileiro pautado no financiamento estatal fortemente subsidiado perde força nesse período, mas não sem antes esgotar os antigos mecanismos de política agrícola – sobretudo por meio da política de crédito rural (SNCR). Ao lado das restrições do crédito, o significado maior dessa crise para a agricultura, segundo Graziano da Silva (1996), foi a perda do tratamento diferencial desse setor, que passou a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral, a partir da ampliação das exigibilidades e do aumento das taxas de juros dos empréstimos destinados ao setor rural. Além disso, essa conjuntura de ajuste levou à retirada do Estado de controles diretos na condução de projetos para o setor – com a perda da sua capacidade de implementar/desenvolver políticas de corte setorial –, e ao desmantelamento de agências estatais que eram responsáveis pelos serviços de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e armazenagem (LEITE, 2001).

Nesse período, o Estado passou por uma reestruturação dos seus papéis frente às exigências do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira, inserida numa fase mais avançada da modernização do campo⁴¹ e na sua integração/subordinação definitiva aos capitais industriais e financeiros, principalmente de origem externa. A emergência desse novo modelo se deu por meio da consolidação de diversos complexos agroindustriais (CAIs) no país, com determinações internas e externas muito distintas a depender do produto e das relações/articulações estabelecidas entre os diversos sujeitos/grupos/classes sociais de cada um dos complexos. É importante ressaltar que a constituição dos complexos agroindustriais no Brasil ganha peso nos anos 1970 com as políticas de modernização da base técnica agrícola nacional, mas só se acelera e se consolida na década de 1990, com a abertura comercial e financeira da economia e a internalização da indústria de base (departamento de bens de capitais) no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Diante dessas mudanças, o setor agrícola viu-se induzido a ampliar os espaços internacionais e a “dialogar” com o Estado em função de um conjunto alternativo de medidas e mecanismos de política econômica. Cabe destacar que a internacionalização da

⁴¹ Cabe destacar aqui que a modernização da agricultura no Brasil, segundo Graziano da Silva (1996), foi um processo contínuo de mudanças que apresentou três momentos distintos: o da modernização inicial, dependente de importações, o da industrialização da agricultura e o da consolidação dos complexos agroindustriais.

agroindústria brasileira tornou mais importantes as políticas macroeconômicas – como a tributária, monetária e cambial – do que propriamente as políticas setoriais *stricto sensu*, que ficaram subordinadas às primeiras (LEITE, 1996, 2001). Além disso, é importante ressaltar a subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, diante de um cenário de crescimento acelerado da dívida pública – com encargos financeiros elevadíssimos –, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais (FILGUEIRAS et al., 2010). Desse modo, a consolidação dos complexos agroindustriais marcou uma nova etapa de acumulação capitalista no Brasil, pautada num processo de internacionalização da agricultura brasileira, comandada pela hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) articulada por dentro do Estado.

Nesse sentido, a redefinição do papel do Estado brasileiro na agricultura na década de 1990 se deu no sentido de favorecer a expansão/consolidação desses complexos, utilizando-se de instrumentos e medidas que contribuíssem para que um novo processo se reproduzisse, marcado pela inserção desse setor na dinamização em curso das atividades industriais, comerciais e financeiras, integrando-o cada vez mais aos outros setores da economia nacional. Dentre as principais ações, destaca-se o fortalecimento do processo de integração de capitais intersetoriais (industriais, comerciais, bancários e agrários) por meio da eliminação de políticas setoriais e subordinação dessas políticas àquelas de corte macroeconômico, que favoreceu amplamente outros capitais, principalmente os de cunho financeiro-exportador;⁴² o incentivo à implantação de agroindústrias por meio do processo de desnacionalização do setor, o que ampliou imensamente a participação do capital internacional no setor de indústrias de insumos e de processamento agrícola nesse período, acirrando o processo de concentração e centralização do capital no campo (ALENCAR et al., 2001).

Dentro desse novo modelo, apesar da fragilidade financeira do Estado, a disputa entre as diversas classes e frações de classe por fundos públicos continuou sendo o eixo fundamental desse novo padrão de expansão capitalista no campo. No entanto, essa fase caracterizou-se por uma nova etapa dos conflitos de interesses intercapitalistas, que passou por um processo de redefinição da força relativa dos diversos grupos econômicos – dominados cada vez mais por capitais financeiros e industriais, principalmente de origem externa – e de enfraquecimento de grupos políticos regionais tradicionais. Assim, tanto a fragmentação dos diversos órgãos estatais quanto o “desmonte” do Estado por meio da privatização das empresas públicas permitiram o fortalecimento desses capitais de maior envergadura e acesso

⁴² Como resposta à crise da dívida externa, o setor agrícola foi levado a participar do esforço exportador, condizente com a estratégia de ajuste do balanço de pagamentos no início dos anos 1980 (LEITE, 1996).

aos aparelhos governamentais, que passaram não só a operar como grupos de pressão para influenciar autoridades públicas em favor dos seus interesses, como também a participar da elaboração e implementação de políticas públicas (OLIVEIRA, N., 2004).

Diante desse novo contexto agrícola brasileiro é possível perceber os novos arranjos produtivos e institucionais que se formam e vão “desenhando” os espaços dos cerrados baianos a partir da década de 1990. Busca-se, na próxima subseção, analisar essa nova fase de produção desses espaços.

4.3.3 Nova dinâmica da acumulação no campo após a década de 1990: consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos espaços dos cerrados baianos

Na década de 1990 inicia-se um processo de consolidação do complexo agroindustrial da soja nos espaços dos cerrados baianos, marcado pela instalação de indústrias a jusante e a montante da cadeia produtiva dessa cultura em tais espaços, bem como pela formação de novos arranjos institucionais e produtivos, de modo a levar adiante a nova dinâmica desse complexo específico. Vale ressaltar que o complexo agroindustrial da soja foi o primeiro a se constituir nesses espaços, e ainda hoje é o de maior representatividade e o mais estruturado. No entanto, a partir dos anos 2000, principalmente, outros complexos começaram a se consolidar em tais espaços, a exemplo dos complexos do algodão e do milho, tendo em comum muitos dos seus produtores – pela própria necessidade técnica de se fazer a rotação de culturas – e algumas agroindústrias (aquelas que conseguem atuar em diversas cadeias produtivas). Além disso, outros complexos, embora bem menos estruturados, também estão presentes nos espaços de cerrado, como o do café, da pecuária, da avicultura etc.

Nesse contexto, podemos verificar o processo de produção dos espaços dos cerrados baianos serem guiados por novos sujeitos territoriais e novas formas de articulações entre eles. Enquanto que, na fase de implantação do modelo de modernização da agricultura, as cooperativas e as empresas agrícolas exerceram papel-chave no processo de ampliação da base técnica agrícola, na presente fase, diversos grupos dos complexos agroindustriais que se formaram passaram a se articular e definir uma nova dinâmica de produção dos referidos espaços, marcada pela integração de capitais intersetoriais e por novos conflitos e articulações entre os diferentes sujeitos ao longo do complexo, levando ao acirramento da lógica produtivista e concentracionista de acumulação do capital.

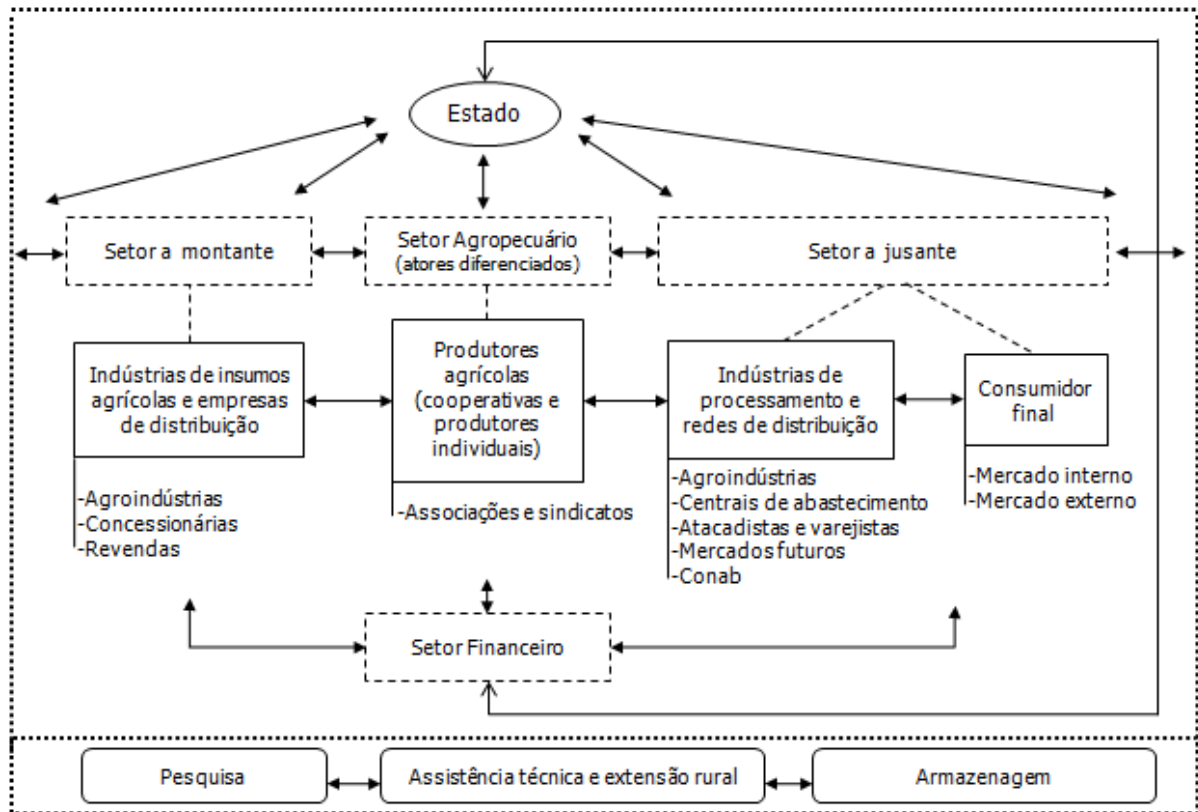
É importante frisar que a natureza dos complexos agroindustriais tende a estar condicionada às formas concretas de reprodução do capital, por meio das novas articulações

entre os diversos interesses privados presentes em um determinado complexo e entre eles e o Estado. Nesse sentido, importa destacar a estrutura complexa, heterogênea e multideterminada em que se formam as relações de encadeamento, coordenação ou de controle entre os seus vários elementos, membros e/ou etapas de um complexo agroindustrial específico. Assim, esses complexos não podem ser vistos como um todo homogêneo e harmônico, na medida em que os diferentes sujeitos territoriais que compõem essa estrutura possuem diferentes interesses, até mesmo conflitantes; acesso diferenciado aos benefícios institucionais como o crédito, a assistência técnica, os resultados de pesquisa etc.; diferentes níveis de facilidade ou dificuldade para se organizarem; diferentes dimensões de poder (acesso aos centros de decisões que são tomadas no âmbito das estruturas do Estado e capacidade de influenciá-los); diferentes capacidades gerenciais e de geração de novas tecnologias e produtos (ALENCAR et al., 2001).

Desse modo, não há uma unidade interna nos CAIs como se aparenta. Essa “unidade” se concretiza somente na hora de pedir mais crédito, isenções de impostos e tarifas – ou seja, por meio de políticas que beneficiam todo o complexo. Mas na hora de definir as margens de comercialização ou a política de preços, por exemplo, a oposição entre os diferentes grupos do complexo reflete claramente o nível de integração de seus respectivos capitais. Importa ressaltar ainda que o elo que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é o fato de que todas elas são atividades do capital com regulamentação macroeconômica. Esse cenário impede que a agropecuária seja analisada como um setor isolado, sem a vinculação com os demais setores que com ela formam os complexos e suas conexões com o ambiente mais amplo, incluindo o Estado e a comunidade internacional (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A extensa rede de relações presentes num dado complexo agroindustrial, a exemplo do da soja, pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Relações entre os sujeitos que integram uma cadeia agroindustrial



Fonte: Adaptação de Alencar et al. (2001) e Araújo (2008). Elaboração própria.

É importante notar, a partir dessa ilustração, que a característica central da constituição dos complexos agroindustriais é a integração da agropecuária aos outros ramos industriais, transformando-a em um elo de uma cadeia onde se encontram, de um lado, as indústrias que fornecem insumos⁴³ à agricultura e seus distribuidores⁴⁴ (setor a montante) e, do outro, as indústrias de processamento da matéria-prima agrícola, bem como a sua distribuição até atingir os consumidores, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como o comércio, agroindústrias, prestadores de serviços, governo e outros (setor a jusante). Importa destacar as atividades de serviços de apoio necessárias ao funcionamento desse sistema, representadas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, pesquisas agropecuárias, elaboração de projetos, fornecimento de crédito e seguro, incentivos fiscais, proteção e defesa ambiental, infraestrutura (transporte, sistema de abastecimento de água, energia e armazenagem), bolsas de mercadorias, entre outros (ARAÚJO, 2008). Além disso, não

⁴³ As indústrias de insumos, classificadas genericamente como de base, abrigam dois segmentos bem distintos. Um deles liga-se à produção de maquinarias – tratores e implementos mecânicos (arado, colhedeira, empacotadeira etc.). O outro ramo produz insumos de natureza química e biológica que são os fertilizantes, defensivos, sementes, compostos orgânicos, materiais genéticos, rações, sais minerais, corretivos de solos, produtos veterinários etc. (ARAÚJO, 2008).

⁴⁴ Os distribuidores de insumos agrícolas são atacadistas, varejistas e seus representantes.

poderíamos deixar de salientar as novas articulações entre os diversos grupos sociais presentes nesses complexos, marcadas pelo processo de integração de capitais intersetoriais (financeiro, comercial, industrial, agrário) no campo. Nesse novo modelo, os papéis desempenhados pelo Estado foram fundamentais para a formação dos complexos agroindustriais de forma geral, na medida em que este foi um grande articulador e legitimador dos diversos interesses no campo. Ressalte-se ainda que as políticas públicas – definidas em conjunto com as novas associações representativas de interesse – foram essenciais para explicar o processo histórico de constituição dos complexos agroindustriais no Brasil.

Dessa forma, a consolidação dos complexos agroindustriais dependeu de diversos arranjos institucionais, produtivos e políticos articulados entre os sujeitos do complexo. Dentre eles, os de maior força e poder de decisão foram o Estado, as agroindústrias e os médios e grandes produtores rurais, estes últimos representados por suas associações de interesses. É importante ressaltar também o papel desempenhado pelo capital financeiro, que comandou a integração entre os diversos capitais no campo, subordinando-os a uma lógica financeira. Além disso, a necessidade de alinhamento a um novo padrão científico-tecnológico determinou a lógica de produção e a dependência da integração com as agroindústrias. Por fim, convém salientar que a nova forma de produção desses espaços foi resultado de um novo padrão de relacionamento Estado-sociedade, em que as organizações associativas de caráter privado passaram a participar ativamente da definição das políticas públicas para o setor.

4.3.3.1 Consolidação dos complexos agroindustriais nos espaços dos cerrados baianos e articulação entre seus principais sujeitos territoriais

A chegada das agroindústrias nos espaços dos cerrados baianos na década de 1990 inaugurou um novo processo de expansão, marcado pelo processo de consolidação dos complexos agroindustriais nesses espaços, inicialmente com a soja. É importante lembrar que esse período correspondeu à fase de reestruturação do sistema agroalimentar no Brasil – marcada por um forte processo de concentração econômica (formação de monopólios e oligopólios) e de desnacionalização do setor –, que pôde ser visualizado nessa época por meio de fusões, aquisições, *joint ventures* etc. (PEIXOTO, 2009). Desse modo, as duas indústrias processadoras instaladas em tais espaços no início dessa década, *Ceval* e *Olvebasa*, passaram por processos de venda e arrendamento, respectivamente, sendo controladas por empresas multinacionais – no primeiro caso, *Bunge Alimentos* e, no segundo, *Cargill*. Ainda nesse

período, chegaram as indústrias de fertilizantes: *Galvani Fertilizantes* e *Serrana Fertilizantes* (hoje a atual *Bunge Fertilizantes*).

Essas indústrias tiveram (e ainda têm) uma forte capacidade de exercer influência sobre a nova dinâmica do complexo agroindustrial que estava sendo implantado nesses espaços, devido, principalmente, à sua capacidade de integração e articulação com os outros sujeitos do complexo, em especial, com o Estado e com os produtores rurais. As indústrias de insumos agrícolas são responsáveis pela evolução modernizante da base técnica da agricultura, isto é, responsáveis pelo aumento da produção e da produtividade. As indústrias processadoras não só transformam as matérias-primas provenientes do campo, como articulam a entrada, a integração e o comportamento das empresas rurais e dos produtores nos complexos (ALENCAR et al., 2001).

No caso específico dos cerrados baianos, as duas agroindústrias processadoras de soja, *Bunge* e *Cargill*, foram as principais responsáveis pela dinâmica do “complexo soja” nos espaços dos cerrados baianos a partir dos anos 1990, ao ditar a lógica da cadeia para dentro – devido a sua capacidade de controlar a articulação e integração de diversos processos que envolvem os atores dos setores agropecuário, industrial, comercial e financeiro – e para fora, na medida em que essas indústrias representam o elo com o setor externo, ao importar equipamentos e tecnologias (alinhamento com uma lógica de produção externa), e exportar produtos agropecuários *in natura* e/ou processados. É importante frisar que apesar das indústrias de insumos agrícolas⁴⁵ também exercerem forte influência na dinâmica do complexo, as agroindústrias processadoras possuem maior grau de integração com os produtores a nível local, por negociarem diretamente com eles o recebimento da produção por meio de contratos agrícolas, definindo o padrão técnico-produtivo a ser utilizado, inclusive intermediando o repasse dos principais insumos agrícolas utilizados no plantio. Além disso, essas agroindústrias suprem boa parte da demanda de armazenagem⁴⁶ da produção nessa região, aumentando ainda mais a dependência dos produtores – principalmente os menos estruturados – em relação ao processo de integração com essas indústrias.

⁴⁵ É importante frisar que a maior parte das indústrias de insumos agrícolas não possui plantas industriais instaladas nos espaços dos cerrados baianos, somente algumas delas, que atuam em ramos mais como os de fertilizantes e sementes, que devem ter produtos adaptados às especificidades das regiões produtivas. No entanto, muitas delas negociam com os produtores por intermédio de “filiais virtuais” instaladas nas empresas transportadoras dessa região ou mesmo atuam por meio de empresas concessionárias (revendedoras), que são distribuidoras dos seus produtos (segundo entrevista concedida à autora desta dissertação no dia 17/09/2010 por representante de uma revenda agrícola instalada no município de Luís Eduardo Magalhães).

⁴⁶ Com a falência das principais cooperativas agrícolas da região no início da década de 1990, a demanda por armazenagem cresceu bastante, já que essas entidades eram as principais armazenadoras da região. Vale destacar que outras cooperativas surgem nesse período, mas não conseguem desempenhar um papel tão atuante como as cooperativas da década de 1980.

Nesse sentido, a principal forma de integração da indústria processadora aos complexos foi por meio dos contratos agrícolas com os produtores rurais. Esses contratos foram inicialmente motivados por interesses mútuos que aproximavam entre si os produtores, que precisavam assegurar a venda de sua produção, e as indústrias, que precisavam desses produtos agrícolas com padrões de qualidade estabelecidos, e em quantidade e tempo pré-determinados. Assim, essa primeira fase da integração ocorreu de modo espontâneo, sendo que muitos dos contratos eram verbais e os vínculos se limitavam a operações livres de troca. Os agricultores forneciam matérias-primas às processadoras e recebiam insumos diversos. Às vezes, eram estabelecidas obrigações específicas como, por exemplo, o financiamento para a agricultura em troca de preços pré-fixados pela indústria (ERTHAL, 2006).

Num momento posterior, quando a agricultura já se apresentava industrializada, os produtores rurais passaram a negociar a maior parte da produção com a indústria e não com o setor comercial. É importante destacar que as revendas de insumos agrícolas do ramo de agroquímicos – defensivos, principalmente – foram cada vez mais excluídas do processo de comercialização agrícola na região a partir dessa nova fase de articulação produtor-indústria, na qual as agroindústrias processadoras e as grandes multinacionais de defensivos já fornecem a maior parte dos insumos necessários à produção diretamente aos produtores, ou seja, sem a intermediação das empresas distribuidoras.⁴⁷ Dessa forma, as revendas passaram a funcionar apenas como um ponto de apoio para atender as sazonalidades dos produtores por eventuais incidências de pragas e doenças, já que as fábricas trabalham com programação pré-estabelecida de demanda e, por isso, não conseguem ter estoques para pequenas quantidades que o produtor necessite após o plantio da safra – no período chamado de repique (que vai de janeiro a março). No entanto, segundo entrevista com proprietário de uma revenda agrícola da região, “atualmente, essas agroindústrias estão entrando até nas pequenas quantidades, por meio de sistemas de integração com as transportadoras que possuem armazéns na região.” Assim, frente às inovações organizacionais das grandes multinacionais, essas outras firmas (as revendas) tiveram que se adaptar ao novo processo, buscando outras formas de inserção no circuito de acumulação do capital nesses espaços, como por meio da diversificação dos seus produtos, bem como os direcionando para a agricultura de pequeno porte (no segmento da agricultura familiar, principalmente) – que não possui articulação com tais indústrias.

⁴⁷ Segundo entrevista com o diretor de uma revenda agrícola, no ramo de defensivos, por exemplo, 85% desse mercado na região se dá por meio da venda direta da agroindústria aos produtores, enquanto que as revendas disputam a outra fatia do mercado. Além disso, as agroindústrias comercializam os insumos a preços 20% menores do que os praticados pelas revendas.

Nessa fase, a integração produtor-indústria tornou-se ainda mais forte, na medida em que as agroindústrias instaladas na região estabelecem as condições dos contratos de comercialização da produção com o produtor, que já são articulados com algumas das maiores empresas multinacionais de insumos agrícolas para o repasse dos fertilizantes e dos defensivos a esses produtores. Assim, os contratos ficaram “amarrados” a garantias reais, atrelando todo o valor devido em volume da produção à garantia jurídica de fiel depositário do produto pela agroindústria, ou seja, reduzindo as possibilidades de inadimplência e aumentando o poder das grandes multinacionais desse setor.⁴⁸

É importante frisar que esse sistema de integração produtor-indústria refletiu-se fortemente na organização da produção agrícola desses espaços. O setor industrial impõe as regras do relacionamento entre as partes, perdendo os agricultores a sua capacidade de decisão, devido ao amplo poder de barganha dessas firmas. Junto com o estabelecimento dos preços (em bases tendencialmente monopolistas), são definidos os tipos de insumos e padrões tecnológicos apropriados, as épocas de colheita e entrega do produto à indústria (ERTHAL, 2006). Além disso, a fim de elevar a produtividade e diminuir seus preços de custos, essas indústrias realizam vistorias nas fazendas para acompanhar o desenvolvimento da produção e avaliar o padrão de qualidade do produto. Para um produtor tornar-se fornecedor de soja para a *Bunge Alimentos*, por exemplo, é exigido que o mesmo seja bem-cadastrado, apresente uma boa capacidade empresarial e seja utilizador de tecnologia que permita alcançar elevados níveis de produtividade (FERNANDES, 1998).

Nesse processo, importa ainda destacar que, durante toda a década de 1990, a *Bunge* e *Cargill* monopolizaram o mercado de soja da região, já que eram as únicas agroindústrias processadoras presentes nesses espaços. A partir dos anos 2000, novas empresas comerciais exportadoras (*trading companies*) começaram a instalar suas plantas industriais e armazéns na região, como é o caso da *Multigrain, Adm*, a *joint venture* formada pela *Amaggi* e *Louis Dreyfus Commodities, NovaAgri*, entre outras. Embora o mercado tenha se tornado mais competitivo, o poder de barganha das agroindústrias continuou grande na sua articulação com os produtores. Além disso, outros complexos – como o do milho e do algodão – começaram a se fortalecer nesse período, com a vinda de agroindústrias direcionadas também para essas outras culturas.

⁴⁸ Conforme entrevistas com produtores rurais da região.

4.3.3.2 Dimensão financeira

Como na fase anterior (década de 1980), o crédito continuou sendo um fator de extrema importância para a expansão do novo padrão agrícola, cumprindo papel determinante na consolidação dos complexos agroindustriais nesses espaços. No entanto, o padrão de financiamento da agricultura a partir da década de 1990 sofreu grandes transformações – principalmente devido ao travamento do fluxo de crédito bancário para o setor agrícola ocasionado pelas restrições orçamentárias do governo federal e pelo aumento da dívida dos produtores, o que os impossibilitava a recorrer a esse tipo de crédito –, resultando na criação de novos padrões de financiamento que representaram vias alternativas às tradicionais linhas de crédito rural dos bancos. Note-se também que esse período é caracterizado pela desregulamentação do mercado financeiro, o que abriu novas possibilidades de captação de recursos, bem como possibilitou a formação de novos arranjos organizacionais a partir do processo de integração de capitais financeiros, industriais e comerciais. A Tabela 1, apesar de mostrar a participação dos financiadores do custeio da produção agrícola dos espaços dos cerrados baianos num período recente (safra 2009/2010), é bastante ilustrativo do padrão de financiamento da agricultura que se formou nesses espaços a partir da década de 1990.

Tabela 1 – Participação no custeio total por financiadores da produção agrícola de soja dos espaços dos cerrados baianos na safra 2009/2010

FINANCIADORES	PARTICIPAÇÃO CUSTEIO TOTAL	
	R\$ (Em Milhões)	%
Bancos	919,8	35,9
Indústrias complexo soja	377,0	14,7
Fornecedores Agroquímicos	417,1	16,2
Produtores	856,0	33,3
TOTAL	2.569,88	100,0

Fonte: Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (2010b, p. 29).

Com base nessa tabela, importa ressaltar que o crédito fornecido pelo setor bancário a partir da década de 1990 teve uma participação relativa no total do financiamento do custeio da produção agrícola desses espaços bastante inferior à das décadas de 1970 e 1980, quando a maior parte do crédito rural era fornecida pelos bancos comerciais, principalmente por intermédio do Banco do Brasil. Essa mudança é resultado da crise do padrão de financiamento da agricultura, pautada fortemente na política creditícia do Estado, que repercutiu negativamente sobre os subsídios e incentivos oferecidos ao crédito que vinha sendo

concedido aos produtores rurais. Segundo entrevista com produtores da região, as linhas de crédito rural do governo, que contam com taxas de juros diferenciadas, possuem um limite de financiamento por produtor⁴⁹ que atende muito pouco a dimensão das propriedades rurais da agricultura empresarial dos cerrados baianos.

No entanto, apesar da retração da participação relativa do financiamento bancário ao setor rural, houve uma expansão de outros capitais bancários, principalmente privados, a partir da década de 1990. Dentre eles, os que atuam no financiamento da produção de grande escala dos espaços dos cerrados baianos são, além do Banco do Brasil, os bancos: Banco do Nordeste, Itaú, Bradesco, HSBC, Santander, Fibra, ABC, Votorantim, Rabobank, entre outros. Alguns desses capitais, a exemplo dos bancos Fibra, ABC e Votorantim (que não possuem agências na região), atuam pontualmente na concessão de crédito nesses espaços, selecionando dois ou três clientes para fazer volumes grandes.⁵⁰

Nesse processo, as agroindústrias foram grandes financiadoras dos produtores da região, principalmente em períodos de retração do crédito oficial fornecido pelos bancos comerciais, emprestando recursos via contrato com os produtores, nas modalidades de antecipação, contraentrega do grão e adiantamento (operação conhecida como “soja verde”). Nesta última modalidade de financiamento, utilizada pela maioria dos produtores, são adiantados recursos para custeio da produção e da colheita, sendo esse valor – acrescido de juros – descontado na ocasião da entrega do produto para a agroindústria, em volume de soja já definido previamente em contrato, com base nos preços previstos para o período de entrega (FERNANDES, 1998). Nesse sentido, embora a intermediação financeira entre produtor e indústria seja uma alternativa importante ao travamento do fluxo de crédito das linhas de financiamento dos bancos comerciais, ela representa uma vulnerabilidade aos produtores menos estruturados, que sofrem com o alto poder de barganha dessas indústrias. Segundo entrevistas com alguns desses produtores, esse tipo de intermediação com a indústria “é um mau negócio, mas é o único que existe.” Outro produtor que vendia soja antecipada, dizia que “era ‘empregado’ da *Bunge*.”

Já os produtores mais estruturados – isto é, os grandes produtores –,⁵¹ que possuem uma ótima capacidade empresarial e uma forte articulação com outros produtores de grande porte, organizam-se para tentar escapar do processo de intermediação com as agroindústrias para

⁴⁹ A depender do que a propriedade agrega – como licença ambiental, reserva legal averbada, semente certificada – se consegue um limite maior.

⁵⁰ Segundo informações obtidas nas entrevistas com produtores rurais da região.

⁵¹ Vale ressaltar que as maiores fazendas estão nas mãos de grandes grupos internacionais. As grandes propriedades estão na faixa de 40.000/50.000 hectares.

criar canais diretos de comercialização com os compradores finais dos produtos e obter, assim, poder de barganha na compra dos insumos e na venda do produto final. Para isso, sua capacidade produtiva precisa ser cada vez maior e justifica seu avanço sobre as áreas de seus vizinhos, comprando ou arrendando suas propriedades. Além disso, esses produtores possuem capacidade de armazenamento em suas propriedades – por meio de grandes armazéns de estocagem (os chamados “silos”) – e, por essa razão, conseguem vender seus produtos em condições mais vantajosas (com preços cerca de 10% maiores). As próprias agroindústrias pagam mais por seus produtos disponíveis em estocagem. Vale ressaltar que são esses os produtores que ainda possuem alguma capacidade de autofinanciamento. Muitos deles conseguem financiar boa parte da sua produção utilizando recursos próprios. Dessa forma, essa vantagem competitiva dos grandes produtores também faz aumentar a vulnerabilidade da região, na medida em que só os grandes produtores possuem capacidade para permanecer nesse mercado extremamente competitivo. Segundo entrevista com produtor, “o médio não consegue ficar mais com a agricultura de escala, só vai ficar quem planta acima de 10 mil hectares.”

4.3.3.3 Suporte científico e tecnológico: geração e difusão de novas tecnologias

Esse novo padrão agrícola dos complexos agroindustriais está atrelado a um padrão científico-tecnológico ditado pela lógica de acumulação das grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agroindustrial. Nesse processo, as agroindústrias (fornecedoras de insumos agrícolas como máquinas, equipamentos, defensivos, fertilizantes, sementes etc.) têm definido o padrão técnico e a escala da produção do setor agrícola. No entanto, é importante ressaltar que a inserção desse novo modelo na agricultura brasileira dependeu das articulações dos interesses desses grandes capitais com o Estado para criar as condições necessárias à internalização das inovações tecnológicas por meio de adequações nas estruturas institucionais, jurídicas e produtivas do país. Os incentivos à entrada de capitais externos no setor agroindustrial nacional e a criação da lei de patentes são alguns dos resultados dessas articulações.

A partir da década de 1990, a inserção de tecnologias provenientes da chamada “terceira revolução agrícola”,⁵² protegidas por direitos de patentes, culminou na ampliação da verticalização dos novos padrões tecnológicos pelas agroindústrias. Esse processo reduziu, drasticamente, a disseminação do progresso técnico por meio de agências exclusivamente

⁵² Essas novas tecnologias integram ao processo agrícola as inovações da informática, da microeletrônica, da biotecnologia, da engenharia genética, entre outras.

estatais, tornando quase impossível o acesso a produtores não integrados aos impulsos decorrentes da emergência desse novo padrão (OLIVEIRA, N., 2004). Assim, nessa nova fase de produção dos espaços dos cerrados, a ação do Estado em termos de difusão tecnológica foi bastante reduzida, visto que a apropriação do uso e difusão das novas tecnologias desenvolvidas nos centros de pesquisa internacionais e nos departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das agroindústrias passou a ser assegurada por meio de direitos de patentes e de propriedade intelectual.

Importa ainda destacar que, a partir da década de 1990, o país passou por um intenso processo de descentralização e privatização dos serviços nacionais de extensão rural, iniciado, principalmente, pela redução dos orçamentos federal e estaduais destinados a esses serviços, que culminou em 1990 na extinção da Embrater – responsável pelo sistema de assistência técnica e extensão rural do Estado, cujo objetivo de difusão tecnológica do novo modelo de modernização agrícola não conseguiu atender de forma satisfatória.⁵³ Nos anos subsequentes à extinção da Embrater houve desorganização de todo o sistema oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço (PEIXOTO, 2009). No caso específico da Bahia, no ano seguinte à extinção da Embrater, os órgãos estaduais de assistência técnica e pesquisa – Emater-BA e Epaba, respectivamente – foram fundidos em um único órgão, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), cujo público-alvo prioritário passou a ser os pequenos produtores (agricultura familiar).⁵⁴ É importante destacar que mesmo antes dessa fusão, como já foi frisado anteriormente, os serviços da Emater-BA já atendiam majoritariamente esse grupo de agricultores, até porque os serviços estaduais de extensão rural não tiveram estrutura técnica e operacional capaz de atender às demandas da agricultura moderna dos espaços de cerrados na Bahia. E, ainda assim, atendiam precariamente as demandas da agricultura familiar, visto que a demanda pelos serviços de Ater é muito superior à capacidade operacional dessas entidades públicas.

Paralelamente ao enfraquecimento da capacidade de ação da extensão pública, o processo de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico do campo parece

⁵³ Ressalte-se que dentro de um contexto de contenção dos gastos públicos, os serviços de extensão rural estatal, assim como diversos outros, a exemplo do de armazenagem, foram considerados prescindíveis de serem fornecidos pelo Estado, já que os serviços privados vinham atendendo melhor as demandas da moderna agricultura.

⁵⁴ É importante frisar que esse direcionamento das ações extensionistas para o público da agricultura familiar fazia parte de uma política governamental, que visava promover uma extensão rural pública voltada prioritariamente a essa categoria de produtores rurais (PEIXOTO, 2009).

ser progressivamente complementado, se não, em certos casos, substituído, pela assistência técnica embutida nas vendas de insumos e equipamentos agropecuários. Nesse processo, há um gradativo e crescente deslocamento da ação extensionista, conduzida pelas agências oficiais, para aquela desempenhada pelas empresas privadas – por meio das revendas agrícolas e das próprias agroindústrias. Além disso, os produtores mais estruturados passaram a contratar serviços privados de assistência técnica, fornecidos pelas empresas de consultoria agrícola, de modo a ter atendimento periódico e especializado durante todo o processo produtivo. Ainda em relação aos serviços de Ater, as novas cooperativas agrícolas – que surgiram após a falência das grandes cooperativas que estavam presentes na região durante a década de 1980 até o início da década de 1990 – também ofereciam os serviços de assessoria agrônômica, mas somente aos produtores cooperados. A esse respeito, importa destacar que essas novas cooperativas não tinham a mesma representatividade e importância na difusão de tecnologias que tinham as antigas cooperativas, cumprindo apenas as funções mais tradicionais de uma cooperativa de produtores.⁵⁵

Já em termos de pesquisa científica, a atuação do Estado – por meio da Embrapa e outros centros de pesquisas especializados – continuou sendo de suporte a esse novo modelo, atuando na pesquisa básica de cultivares adaptados aos novos padrões tecnológicos estabelecidos (PEIXOTO, 2009). Além disso, existem os laboratórios de pesquisa privados integrados aos próprios complexos agroindustriais, que buscam fazer pesquisas para o melhoramento genético das sementes e adaptação de tecnologias às características específicas das regiões. No caso específico dos espaços dos cerrados baianos, a organização de maior destaque nesse sentido é a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste da Bahia (Fundação Bahia), que surgiu em 1997, em decorrência da necessidade da pesquisa para o desenvolvimento de novos cultivares – com ênfase nas culturas da soja, algodão, café, e milho – adaptados às condições de clima e solo, resistentes a pragas e doenças, buscando suprir a crescente demanda por informações agrícolas, que são transmitidas aos produtores

⁵⁵ Convém ressaltar que, atualmente, essas novas cooperativas já passam a desempenhar outros papéis. Como exemplo, podemos citar a Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (Cooproeste), que foi fundada em 1995 por produtores região, tendo em vista atender às deficiências de armazenagem agrícola, beneficiamento e comercialização da produção. No seu início tinha apenas 28 cooperados e hoje conta com 381. Essa cooperativa, que começou atendendo apenas as necessidades básicas de armazenagem, hoje atende os produtores prestando os mais diversificados serviços, tais como: recebimento de soja, milho, arroz e sorgo; armazenagem de grão; rebeneficiamento de café e preparo para exportação; pesquisa (análise de germinação de sementes e realização testes de tetrazólio); assessoria e consultoria na comercialização de grãos; assessoria agrônômica ao produtor cooperado; venda de defensivos e fertilizantes (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DA BAHIA, 2011).

associados a essa instituição por meio de seminários, reuniões de divulgação de resultados, circulares técnicas e dias de campo (SANCHES, 2007).

Em diversos projetos, a Fundação BA conta com o apoio do Estado por meio de parcerias com instituições governamentais, a exemplo da Embrapa, da EBDA e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab). Além disso, a fundação obtém incentivos à pesquisa por meio de programas específicos do governo – como o Programa de Melhoramento Genético de Soja Convencional e Soja Transgênica, Programa de Melhoramento da Ferrugem da Soja, Programa Fitossanitário para o Monitoramento e Controle do Bicudo no Oeste da Bahia –, bem como recebe recursos financeiros de fundos públicos administrados pelo setor privado provenientes de isenção fiscal, a exemplo do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundegro),⁵⁶ que destina inúmeros projetos à pesquisa da cultura do algodão na região (INFORMAIBA, 2009a). Há também parcerias com o setor privado em projetos de pesquisas financiadas por grandes empresas e indústrias do setor agrícola,⁵⁷ além do apoio financeiro dos próprios produtores por intermédio de suas associações representativas (FUNDAÇÃO BA, 2011a).

No entanto, segundo entrevista com produtores, a Fundação BA ainda possui um papel pequeno em termos de lançamento de novas tecnologias, servindo apenas de suporte ao modelo, visto que essas novas tecnologias são produzidas pelas grandes indústrias de insumos agrícolas. A *Monsanto*, por exemplo, possui campos de pesquisa na região para produção de sementes adaptadas. Conforme já ressaltamos, são essas agroindústrias as grandes responsáveis pela modernização da base técnica da agricultura e pelo direcionamento tecnológico deste setor.

4.3.3.4 Sistema de representação de interesses

Uma dimensão importante dos complexos agroindustriais é o sistema de representação de interesses das diversas frações de classe, que se articula com o Estado para a formulação de

⁵⁶ Esse fundo é destinado ao desenvolvimento de inúmeros projetos para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na Bahia, dentre os quais podemos destacar: pesquisas agrícolas em diversas áreas de melhoramento genético, desenvolvimento de novas variedades de algodão adaptadas à região, fertilidade e manejo dos solos, capacitação de mão-de-obra, combate e controle de pragas, investimentos em tecnologia, aquisição de equipamentos, construção de centros de pesquisas e análise de fibras, incentivo às viagens de atualização para pesquisadores, entre outros (INFORMAIBA, 2009b).

⁵⁷ Entre as empresas mantenedoras da Fundação Bahia, podemos citar, por ramo: de máquinas e equipamentos agrícolas, as empresas Agrosul (John Deere), Lavrobrás (Valtra), Ihara, CCS Caminhões; de agroquímicos (fertilizantes e defensivos), as empresas/indústrias Basf, Bayer Cropscience, Fertipar, Plantfert, Galvani Fertilizantes, Syngenta, Dow Agrosciences; de sementes, a Sementes Paso Ita; de calcário, fósforo e gesso (correção do solo), a Gefoscal e a Mineração do Oeste (FUNDAÇÃO BA, 2011b).

políticas públicas específicas para cada um dos complexos.⁵⁸ Segundo Graziano da Silva (1996), os complexos agroindustriais brasileiros, em sua maioria, resultaram desse novo padrão de relacionamento neocorporativista, tendo sido socialmente construídos a partir da relação entre organização de interesses privados e políticas públicas. É importante frisar que a questão da representação dos interesses tende a crescer em importância, tanto mais quanto os próprios processos produtivos vão se diferenciando, como passa a se verificar, de forma acelerada, à medida que as articulações agroindustriais se intensificam, alterando os padrões agrícolas dominantes. Assim, as configurações organizativas passam a ajustar-se às dinâmicas setoriais das suas diversas frações (OLIVEIRA, N., 2004).

Uma característica atual desse novo associacionismo é a forma de organização de caráter econômico por produto, tendo em vista atender aos diversos interesses das frações de classes presentes nesses complexos. Essas associações por produto são responsáveis pela defesa de interesses específicos e pela formulação das demandas particulares desses grupos, participando junto ao Estado na definição de políticas para o setor. Segundo N. Oliveira (2004, p. 367), “mesmo que o sentido seja o de colaborar com o Estado na definição de políticas, a tendência que se esboça parece encaminhar-se na direção de assumir-se como espaço onde as decisões serão geradas, ainda que a linguagem não seja tão explícita nesse sentido.” Nessa direção, esse novo associacionismo procura dar um passo além da conotação tradicional assumida pelas antigas associações⁵⁹ – identificadas como apenas grupos de pressão –, ao assumir-se tanto como espaço de articulação de interesses, quanto eixo responsável pela definição de políticas. Conforme Graziano da Silva (1996, p. v), essas associações, legitimadas pelo Estado, alcançam funções de política pública, passando a participar diretamente da administração das políticas, “constituindo-se em governos de interesses privados, um tipo de governança setorial privada sancionada publicamente.” Vale ressaltar que o Estado é o instrumento fundamental desse processo, na medida em que busca se articular/negociar com os diversos interesses envolvidos na conformação de políticas para determinado setor.

Importa ainda ressaltar que esse novo associacionismo busca resolver a distribuição dos espaços de poder, tendo em vista a criação de condições reprodutivas favoráveis aos seus

⁵⁸ Note-se que os setores ligados aos complexos agroindustriais dependem diretamente de políticas dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão favoráveis à modernização do setor agrícola nacional, impelindo-os a influenciar na formulação de políticas específicas para o setor (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

⁵⁹ Ressalta-se que, segundo Graziano da Silva (1996), as relações neocorporativistas (representadas basicamente pelo associativismo econômico) não substituíram totalmente o corporativismo tradicional (representado ainda hoje pelo sistema sindicalista); ambos convivem até hoje, sob crescente predomínio do primeiro nos ramos mais dinâmicos da produção agropecuária nacional.

interesses. Essas formas de organização são necessárias para a reprodução das condições de sobrevivência do capitalismo e sua hegemonia, na medida em que surgem para sustentar e favorecer a reprodução do capital nessa região. Nesse sentido, essas novas configurações organizativas são funcionais para os diferentes setores que nesse contexto buscam se posicionar mais favoravelmente, tendo um papel crucial na organização dos espaços, o que permite ter um maior controle sobre os mesmos (OLIVEIRA, N., 2004).

Diante desse quadro, a partir da década de 1990, diversas associações de representação de interesses foram criadas em torno dos complexos agroindustriais que se formaram nos espaços dos cerrados baianos, na tentativa de se obter uma representatividade maior dos seus interesses específicos e de direcionar as políticas públicas em seu favor. É importante notar o caráter político das associações que surgiram a partir desse período, dentre as quais podemos destacar: a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (Abacafé), Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste), Associação dos Suinocultores do Oeste da Bahia (Suinoeste), Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia (Caprioeste), Associação do Comércio de Insumos Agrícolas (Aciagri), Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia (Assomiba), Centro das Indústrias do Oeste da Bahia (CIOB), entre outras.

É importante salientar que o CIOB – filiado à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) –, apesar de representar os interesses das indústrias presentes no Oeste da Bahia, atende mais às necessidades de representação das indústrias locais ou regionais do que às das grandes agroindústrias.⁶⁰ Destaque para o crescente poder dos segmentos agroindustriais nos processos de decisão política a nível nacional, devido principalmente à capacidade de financiar campanhas eleitorais e organizar *lobbies* eficientes que lhes assegurem defensores no Congresso. Nesse sentido, o sistema de representação dessas grandes agroindústrias articula-se pouco com o local, visto que possuem canais diretos com os representantes políticos estaduais e federais (ALENCAR et al., 2001).

Note-se ainda que os pequenos produtores rurais não dispõem de organizações associativas próprias nesses espaços, embora alguns dos seus segmentos se organizem junto aos trabalhadores do campo nos sindicatos rurais de seus municípios, que, por sua vez, são filiados, em nível estadual, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e, em nível federal, à Confederação de Trabalhadores da Agricultura (Contag). Segundo Lamounier (1994

⁶⁰ Segundo entrevista concedida à autora desta dissertação pelo presidente do CIOB em 25 de outubro 2010, no município de Barreiras.

apud ALENCAR et al., 2001), os pequenos produtores e trabalhadores rurais são sujeitos que ocupam uma posição marginal na decisão das políticas agrícolas, tendo pouca força política e capacidade de influência nas definições de políticas para o setor. Em que pese algumas medidas de política agrícola favoráveis aos pequenos produtores, estes e os trabalhadores rurais foram os grandes excluídos das políticas governamentais direcionadas ao setor.

Assim, no sistema de representação local/regional dos espaços dos cerrados baianos, as associações de interesses dos produtores rurais modernos têm desempenhado papel fundamental no sentido de favorecer a acumulação adicional do setor agrícola nessa região. Dentre essas organizações, a mais importante, por ser a de maior representatividade e força política, é a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). Essa associação – criada em agosto de 1990 –, foi a primeira organização privada de representação dos interesses dos produtores agrícolas modernos do Oeste da Bahia, que surgiu com o objetivo de suprir a necessidade dos produtores irrigantes da região em ter uma entidade que se articulasse com o setor público para defender seus interesses. Inicialmente, a Aiba agregou apenas os produtores irrigantes, mas acabou estendendo sua atuação para os outros produtores agrícolas modernos presentes nos espaços dos cerrados baianos, em função da necessidade que o setor viu de se organizar para discutir seu próprio destino, já que, segundo esses produtores, o poder de intervenção do Estado tem se reduzido, o que abre espaço para um novo modelo de governabilidade, baseado numa governança setorial privada.

Assim, essa associação atua nos principais complexos agroindustriais presentes nos espaços dos cerrados baianos, especialmente no da soja, milho, algodão e café. No entanto, no caso destas duas últimas culturas, atua mais como uma instituição de apoio, visto que os produtores de algodão e café já possuem associações específicas que representam seus interesses na região, sendo elas a Abapa e a Abacafé, respectivamente. Segundo o diretor executivo da Aiba,⁶¹ essa instituição funciona como uma espécie de “guarda-chuva”, abrangendo as mais diversas questões que envolvem os produtores modernos e o setor agrícola nesses espaços, além de estar articulada às principais entidades locais ligadas ao agronegócio, como a Abapa (associação dos produtores de algodão – segundo produto mais representativo da matriz agrícola da região, depois da soja),⁶² Fundação Bahia (instituição de

⁶¹ Entrevista concedida à autora desta dissertação no dia 31/08/2010, no município de Barreiras.

⁶² Segundo dados da Aiba, na safra 2009/2010, a soja teve participação de 46% no valor bruto da produção (VBP) da matriz agrícola da região oeste da Bahia, enquanto que o algodão e o milho tiveram a participação de, respectivamente, 32% e 13% no total do VBP agrícola da região (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA, 2010b).

pesquisa agrícola local) e Fundeagro (fundo público administrado pelo setor privado para o desenvolvimento do agronegócio do algodão).⁶³

É importante frisar que essa associação atua tanto desempenhando tarefas clássicas de uma entidade representativa agrícola – como a de dar suporte aos produtores associados (gerando e difundindo informações agrícolas, promovendo eventos e encontros técnicos para difusão de tecnologias, implementando programas de *marketing* e treinamentos, atuando na defesa de direitos dos produtores por meio de ações jurídicas, com assistência e defesa especializada em várias questões, como crédito rural, infraestrutura logística, políticas de preços, ambientais, tributárias, trabalhistas etc.) e a de representá-los frente o Estado (articulando-se com o setor público, em todos os níveis de governo, para expor suas demandas) – quanto assumindo um papel atuante na formulação de políticas públicas locais relacionadas ao setor, buscando apresentar propostas e participar das negociações e implantação de diversas políticas que beneficiem diretamente os produtores modernos (INFORMAIBA, 2006, 2007, 2009a, 2009b; SANCHES, 2007).

Quanto a este último papel, convém ressaltar que essa associação vem desempenhando uma função importante na definição e implementação de políticas públicas para o setor e para a região, participando ativamente dos principais fóruns de discussão de políticas junto ao poder público, bem como coordenando programas e projetos de governo ligados ao setor agrícola. Dentre os principais fóruns que a Aiba possui participação efetiva importa destacar: as câmaras setoriais,⁶⁴ tanto em nível estadual como federal, ligadas às principais cadeias produtivas presentes no oeste baiano; os comitês das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Grande, formados para fiscalizar e exercer atributos legais nas questões relativas às águas dessas bacias; e a Comissão Permanente Regional Rural (CPRR-BA), fórum

⁶³ O Fundeagro é um fundo com caráter privativo que objetiva dar suporte financeiro aos projetos de pesquisa, defesa fitossanitária, monitoramento ambiental e promoção do agronegócio do algodão. Sua diretoria e conselho fiscal estão compostos por membros da Abapa, Aiba, Fundação Bahia, Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (Aeab), representantes das Indústrias de Beneficiamento de Algodão, Embrapa Algodão e pelo governo do estado da Bahia, por meio da Ebda, Adab e da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri). Foi criado em 2002, como parte do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalba). Seus recursos equivalem a 10% do total de 50% de isenção que o Proalba concede ao produtor no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de comercialização do algodão no mercado interno, desde que o produtor atenda a requisitos tecnológicos, fitossanitários e de qualidade estabelecidos pelo programa. Se o produtor for multado, por exemplo, ele não pode receber a isenção fiscal (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA, 2010a).

⁶⁴ Nessas câmaras, os participantes – na forma de organizações representativas – interagem entre si e com o Estado de tal forma que possam influenciar e alterar os ambientes organizacionais e institucionais, no sentido de aumentar a eficiência das relações econômicas e a eficácia das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário (BAHIA, 2010a). Segundo Dupas (2003, p. 19), “[...] os comitês ministeriais e comissões *ad doc* são mobilizados para a resolução de problemas particulares nos quais estão presentes os interesses econômicos representados por grupos de pressão, *public relations*, e *lobbying*.”

legitimado pela norma reguladora NR-31 para propor alterações e ajustes nas questões de segurança e saúde do trabalho no meio rural (INFORMAIBA, 2006, 2007, 2009a, 2009b).

Destaque também para suas principais ações, tais como: participação nos debates que regulamentaram a Lei de Defesa Fitossanitária e Vegetal; apresentação de proposta à Secretaria de Meio Ambiente da Bahia (Sema) para a implantação de sistema de licenciamento ambiental conjunto; apresentação de proposta de inserção na legislação de dispositivos que viabilizaram a permanência e a inclusão de inúmeros produtores na atividade, a partir da renegociação das dívidas rurais; participação ativa das negociações entre empregadores e empregados de piso salarial e das condições de trabalho; participação de discussões sobre a futura cobrança pelo uso da água captada em estado bruto dos rios que compõem a Bacia do São Francisco para irrigação; parcerias com concessionárias de serviços públicos e com o Estado na viabilização de infraestrutura básica para o setor produtivo, tais como a ampliação da rede elétrica, implantação de sistemas de telefonia e manutenção de estradas; participação, junto ao Governo do Estado, para a criação da Companhia de Ações Independentes do Cerrado (CIAC), pela Polícia Militar, com melhoria na segurança regional; apresentação de proposta e implantação do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalba) e do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundegro); participação ativa na definição e implementação de um plano de adequação ambiental na região; proposta de revisão do projeto de lei do novo código florestal, bem como de outras leis que afetam os interesses do setor agrícola (INFORMAIBA, 2006, 2007, 2009a, 2009b).

Nesse sentido, a Aiba passou a participar diretamente da articulação e administração das políticas relativas a seus interesses, constituindo-se, pois, numa base organizativa de peso, voltada para a atuação política. Segundo Brannstrom (2009), essa organização tornou-se, em um curto espaço de tempo, o agente não-estatal local mais influente na formulação de políticas específicas para o setor agrícola desses espaços, especialmente na área de políticas ambientais. Tendo em vista a importância da atuação dessa associação nas questões ambientais para a criação de condições reprodutivas favoráveis aos seus interesses, daremos na próxima subseção uma atenção especial a essa questão.

Antes de passarmos para a discussão do processo de formulação das políticas locais no âmbito ambiental, convém ainda ressaltar a ligação que essa classe de produtores agrícolas modernos possui com a política local. Nesse sentido, esses produtores, além de estarem envolvidos nos espaços de definição das principais políticas ligadas ao setor, por intermédio de suas associações representativas, participam cada vez mais da política local, assumindo papéis nos poderes executivos e legislativos dos municípios desses espaços. A partir dos anos

2000, representantes dessa classe de produtores, a exemplo do ex-presidente da Aiba e da ex-deputada federal da bancada ruralista e produtora agrícola da região, assumiram recentemente os cargos de prefeitos nas cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, respectivamente.

Conforme aponta C. Santos (2008), esse cenário atual não é o mesmo de quando se iniciou o processo de expansão da agricultura moderna nesses espaços. Para o autor, até quando interessou aos novos produtores e grupos econômicos externos que se instalaram na região, mantiveram-se as alianças com os representantes tradicionais do poder local, antigos coronéis e grileiros – oferecendo apoio, se integrando e firmando importantes acordos nos cenários estadual e nacional, com vistas à viabilização de programas públicos e de alianças políticas. Atualmente, os grupos econômicos constituídos a partir da moderna agricultura formaram grupos políticos independentes, com força própria na arena política do Estado e com relações muito mais próximas do setor ruralista nacional.

4.3.3.4.1 Questões ambientais

A partir da década de 1990, principalmente, novos grupos da sociedade civil vêm se fortalecendo e assumindo papéis mais ativos nas questões políticas. No caso específico da região Oeste da Bahia, além das associações representativas já citadas na seção anterior, movimentos sociais e organizações não-governamentais vêm surgindo nesses espaços, principalmente aqueles ligados às questões socioambientais – como é o caso das ONGs 10envolvimento, Bioeste, Sem agressão, Amina etc., além de movimentos ambientalistas como o Grande Sertão Veredas. No entanto, as ações desses novos grupos ainda são pouco eficazes em termos de mudanças estruturais do quadro estabelecido.

Por outro lado, conforme aponta Brannstrom (2009), a Aiba tem desempenhado papéis importantes na área ambiental, principalmente em termos de definição de políticas. Ressalte-se que, no final da década de 1990, essa associação criou uma diretoria de assuntos ambientais e, a partir daí, vem sendo o ator mais influente nos debates regionais e estaduais sobre essa questão. Essa associação, que representa os interesses dos produtores modernos, tem participado ativamente junto ao Estado na determinação das políticas ambientais que beneficiam diretamente esses produtores. Essa participação se dá, principalmente, por meio de negociações com o governo de soluções legais para viabilizar a expansão da agricultura, como, por exemplo, por meio da simplificação de concessão de licenças para desmatamento e de outorga de água para irrigação.

Segundo Brannstrom (2009), a presença fraca e pouco atuante dos órgãos ambientais estaduais e federais nesses espaços também contribuiu para esse quadro, deixando à Aiba muito espaço para poder influenciar nas políticas ambientais. Para um representante de uma ONG ambiental,⁶⁵ “a Aiba fez, por muito tempo, o papel de Estado aqui na região”, e era de seu interesse que não tivesse um órgão ambiental fiscalizador atuante nesses espaços. Já a Aiba argumenta que o passivo ambiental da região foi criado pela incapacidade dos órgãos ambientais de atenderem os processos de supressão vegetal e de licenciamento ambiental demandados pelos produtores, e que, por isso, o passivo da região é muito mais burocrático do que propriamente ambiental (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA, 2010b).

O fato é que os problemas decorrentes do processo caótico de ocupação da terra nesses espaços começaram a impactar os próprios produtores, principalmente por conta da necessidade de regularização ambiental das propriedades rurais, já que a falta de comprovação de adequação ambiental pelos produtores vinha gerando dificuldades na captação de recursos para financiamento da produção e interferindo na comercialização da safra, que exige segurança ambiental. Para definir essa situação, a Aiba participou ativamente das negociações, junto ao Estado, de um plano de regularização ambiental – o Plano Estadual de Adequação e Regularização dos Imóveis Rurais –,⁶⁶ tendo em vista articular condições mais favoráveis aos seus interesses para a forma como seriam feitas as adequações necessárias. Essa iniciativa foi concebida e construída conjuntamente pelo governo do Estado da Bahia, por meio das secretarias de Meio Ambiente (Sema) e de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri); pelos produtores rurais, representados pela Aiba; pela sociedade civil organizada, via ONG *The Nature Conservancy* (TNC); e com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA, 2010b). Convém ressaltar que a coordenação do plano ficou a cargo da TNC, com apoio da Aiba, que cedeu espaço na sua sede para fazer os cadastramentos, além de disponibilizar recursos financeiros para viabilizar e agilizar esse processo de regularização.

Assim, o plano criado a partir da negociação entre esses sujeitos/grupos veio para simplificar os procedimentos e acelerar os processos de regularização das reservas legais e das áreas de preservação permanente dos imóveis rurais, assim como a regularização das

⁶⁵ Entrevista concedida à autora desta dissertação em 12/08/2010, no município de Barreiras.

⁶⁶ Instituído pela Lei nº 11.478/09 e alterado pela Lei nº 11.989/10.

autorizações, dos registros e das licenças ambientais necessários à produção agrícola, garantindo, ao mesmo tempo, segurança aos produtores quanto à aplicação de novas penalidades administrativas pelos órgãos ambientais fiscalizadores. Vale ressaltar que a adesão ao plano pelo produtor rural – por meio da apresentação de um projeto de adequação e regularização ambiental, assistido por responsável técnico, e da assinatura de um termo de compromisso para o cumprimento desse projeto – traz algumas vantagens para quem adere ao plano, já que novas aplicações de multas e sanções administrativas de órgãos ambientais estaduais sobre as pendências desses produtores rurais serão suspensas a partir da data de assinatura do termo de compromisso, bem como haverá uma redução de até 90% no valor das multas aplicadas aos produtores em autuações anteriores (BAHIA, 2010b).

Nesse sentido, esse plano garantiu ao produtor a tranquilidade jurídica para assumir os seus passivos ambientais e apresentar as estratégias técnicas a fim de saná-los, sem riscos de novas multas e embargos. Além dessa vantagem, as medidas criadas com o plano aumentam as chances do produtor de acesso ao crédito agrícola, já que os bancos têm restringido cada vez mais o crédito para as propriedades que possuem passivos ambientais ou cujas atividades não estejam regularizadas do ponto de vista ambiental, bem como possibilitam a valorização que sua propriedade obterá para venda após a regularização ambiental, além da melhora da imagem do seu produto frente ao mercado externo, diminuindo o risco de enfrentar barreiras não tarifárias pelos compradores externos (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA, 2010b; THE NATURE CONSERVANCY, 2011).

É importante frisar que as medidas propostas por essa política ainda são pouco eficazes para a redução dos reais impactos ambientais que a agricultura produtivista praticada causa nesses espaços, já que visam primeiramente atender às necessidades de regularização fundiária – impostas por entidades financeiras, por compradores internacionais, entre outros – ao invés de propriamente solucionar os problemas ambientais da região. Esse plano, segundo representante de uma ONG ambiental, “não vai contribuir muito para a conservação do bioma cerrado, porque também não se fala muito em zoneamento, em corredores ecológicos.” Ele vê essa adequação muito ao gosto do produtor, que decide onde localizar sua reserva legal, sendo, na maioria das vezes, em uma área que é estrategicamente menos favorável para a produção e que não atende, necessariamente, a critérios de conservação ambiental e biodiversidade.

Além disso, em função da necessidade de adequação das estruturas fundiárias às normas ambientais e da exigência de regularização das propriedades rurais no Oeste da Bahia, criou-se um novo conflito por terras, agora por áreas de vales, já que a lei ambiental que aprova esse

plano exige a regularização das propriedades rurais em relação à necessidade de se conservar áreas de reserva legal (RL)⁶⁷ e áreas de preservação permanente (APPs)⁶⁸ em todas as propriedades rurais. Nesse sentido, os produtores que já possuem seu território todo desmatado pela agricultura e pecuária nas áreas de cerrado buscam outras terras – principalmente, nas áreas de vales, que são pouco propícias à produção em larga escala e, por isso, menos valorizadas – para poder manter as reservas legais e regularizar-se frente às leis.⁶⁹

Ainda sobre essa questão ambiental, há um projeto de lei⁷⁰ tramitando no Congresso Nacional com vistas a revogar o atual e vigente Código Florestal. A Aiba e outras associações que representam os diversos interesses no campo têm participado ativamente das discussões acerca do novo Código, até mesmo fazendo propostas de revisões no texto do novo projeto de lei. É importante ressaltar que os produtores rurais – por meio de seus corpos associativos e de seus representantes no Congresso – buscam influenciar e atuar fortemente na elaboração e definição dessas políticas que afetam diretamente os seus interesses. Dentre as propostas para o novo código florestal até o presente momento, podemos destacar:

- a) fim da obrigação de recuperar áreas desmatadas ilegalmente – estas devem ser consideradas áreas rurais consolidadas (com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris) – até 22 de julho de 2008, para as quais deverão ser promulgados pelos estados programas de regularização ambiental em até cinco anos a partir da publicação da lei;
- b) redução da extensão mínima das APPs dos atuais 30 metros para 15 metros nas margens de corpos d'água (riachos) com menos de 5 metros de largura, além da demarcação das matas ciliares protegidas ser medida a partir do leito menor do rio e não do nível maior do curso d'água;
- c) fim da necessidade de recuperar a reserva legal para propriedades com até quatro módulos fiscais (que podem variar de 5 a 100 hectares a depender da região).
Embora a justificativa para essa medida seja a proteção à pequena agricultura

⁶⁷ A reserva legal é uma área localizada no interior da propriedade ou posse rural que deve ser mantida com a sua cobertura vegetal original. O tamanho da área varia de acordo com a região onde a propriedade está localizada. No atual código florestal, a reserva legal na Amazônia corresponde a 80% da propriedade, enquanto que no cerrado localizado na Amazônia Legal, essa cifra é de 35%, e nas demais regiões do país, 20% (CÓDIGO..., 2011).

⁶⁸ As áreas de preservação permanente correspondem às margens de rios, cursos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, topos de morros e encostas com declividade elevada – cobertas ou não por vegetação nativa –, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, e de proteger o solo e assegurar o bem estar da sociedade (CÓDIGO..., 2011).

⁶⁹ Segundo informações obtidas em entrevista com representante de uma ONG ambiental da região.

⁷⁰ Projeto de Lei nº 1.876/1999 (CÓDIGO..., 2011).

familiar, o dispositivo não faz qualquer referência à condição socioeconômica do beneficiário da dispensa, de modo que as grandes propriedades também serão beneficiadas, sem obrigatoriedade de recuperar a reserva legal na área equivalente aos primeiros quatro módulos. Assim, essa medida, na prática, está estimulando a fragmentação de imóveis e deve incentivar a aquisição de terras dos pequenos proprietários por médios e grandes produtores, de forma a não terem qualquer área preservada em toda a extensão de seu empreendimento;

- d) redução da reserva legal, quando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) indicar, de 80% para 50% em área de floresta, na Amazônia, e de 35% para 20% em área de cerrado, na Amazônia Legal;
- e) compensação de áreas desmatadas em um estado por áreas de floresta em outros estados ou bacia hidrográficas. Assim, em vez de recuperar a reserva legal, vai-se estimular a compra de terras em regiões remotas de outros estados e bacias hidrográficas para compensar o dano ambiental, isentando completamente o produtor de uma compensação efetiva do impacto no local;
- f) moratória de desmatamento de floresta nativa por cinco anos, exceto nos casos de solicitação de licença de desmatamento até a entrada em vigor da lei. Neste caso, é provável que ainda haja muita solicitação de desmatamento nesse intervalo de tempo, anulando os efeitos dessa já combatida moratória. Além disso, também não está clara a definição de floresta a que se refere à moratória, o que gera diferentes interpretações e uma grande insegurança jurídica (CÓDIGO..., 2011, p. 24-26).

A partir dessas propostas para o novo código florestal, é importante notar uma busca por flexibilizar os instrumentos de proteção do meio ambiente com a justificativa, entre outras, de regularizar proprietários que infringiram a legislação vigente. Nota-se também que as concessões feitas à agricultura familiar são para integrá-la à lógica de acumulação do capital. A esse respeito, convém ressaltar que esse projeto de lei, para ser legitimado, precisa fazer algumas concessões para os pequenos agricultores. No entanto, ressalte-se que essas concessões não afetam o modelo expansionista da agricultura empresarial. Ao desobrigar os pequenos produtores de manter área de reserva legal em suas propriedades, está-se impondo uma lógica produtivista também a essa categoria de produtores. Dessa forma, o novo código abre caminhos para novos desenhos de produção do espaço, favorecendo a reprodução do capital na agricultura. Nesse sentido, os pequenos produtores podem ficar mais vulneráveis a

esse processo, visto que os espaços de reprodução serão cada vez mais reduzidos e concentrados.

4.4 INTERESSES CONFLITANTES NO CAMPO E LEGITIMAÇÃO DA EXPANSÃO DO MODELO AGRÍCOLA MODERNO

Cabe ressaltar, nesta última seção, o processo de legitimação da expansão e reprodução do modelo agrícola moderno implantado nos espaços dos cerrados baianos, de forma a dar continuidade ao próprio processo de acumulação de capitais específicos nesses espaços. Em que pese o modo como se deu a ocupação de tais espaços, é possível afirmar que eles foram produzidos para o processo de expansão do capital, por meio da busca sempre mais renovada de acumulação para a implantação de um novo modelo agrícola que visou atender as necessidades produtivas do grande capital. Esse processo se deu por meio da fragmentação dos espaços regionais em espaços modernos e dinâmicos, mas com uma inserção dependente de uma lógica externa de acumulação. Para Brandão (2007, p. 52-53), “é incontestável que o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade.” Nesse sentido, as manifestações dessa nova dinâmica nos espaços de valorização são altamente discriminatórias. Existe, assim, um processo de busca e seleção por pontos do espaço que ofereçam maior capacidade de apropriação privada de rendimentos e onde o processo de valorização seja mais fácil. No entanto, importa ressaltar que ao mesmo tempo em que se criam esses espaços dinâmicos, criam-se também espaços de exclusão.

Essas contradições e tensões também se expressam na paisagem geográfica, a qual é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. Assim, essas tensões se veem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna por lucros constituem a dominante. Ressalte-se que o capitalismo produz desigualdades e se perpetua por meio delas, mas, para isso, precisa antes criar as condições gerais para sua reprodução. Dessa forma, a sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço homogêneo e diferenciado (fragmentado e hierarquizado). Nesse sentido, o capital tende a integrar seus espaços de reprodução, mas sempre reproduzindo diferenças.

Percebe-se a forma desigual e concentradora como ocorreu a produção de tais espaços ao analisar os tipos de forças privilegiadas, o direcionamento dos recursos do Estado, os

arranjos produtivos e institucionais que se formaram, a forma como o espaço foi organizado. Convém ressaltar que o desenvolvimento das atividades produtivas não se deu de forma homogênea sobre toda a região. Essas atividades se concentraram essencialmente nos espaços de cerrados dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina e Riachão das Neves – notadamente nos três primeiros, nos quais o processo de modernização foi mais intenso, devido a diversas facilidades infraestruturais, dentre elas, a localização estratégica (solos mais propícios à mecanização e com maior incidência de chuvas, bem como maior proximidade dos centros urbanos e das principais rodovias pavimentadas estaduais e federais que cortam a região e, principalmente, pela maior incidência de investimentos estatais nesses espaços). No entanto, a partir dos anos 2000, com a expansão desse modelo produtivo nos espaços dos cerrados, novas áreas foram abertas para produção agrícola, incorporando novas terras, principalmente desses outros municípios, à dinâmica de acumulação do capital. Cabe ainda salientar que esse processo de modernização agrícola, por mais viável que fosse do ponto de vista econômico, foi o grande responsável pelas grandes desigualdades – contradições e tensões – entre os espaços produtivos, dentro e fora dos espaços da agricultura industrializada, devido ao forte processo concentracionista do novo modelo de produção implantado (SANTOS, C., 2007).

Além disso, esse padrão de produção e expansão dos cerrados definiu também um novo padrão de “produção da natureza”, marcado pela relação de subordinação da natureza ao homem, em função do caráter predatório da inter-relação entre essas duas instâncias. Desse modo, a apropriação da natureza pelas sociedades contemporâneas tem sido marcada pela geração de impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do modelo de desenvolvimento e de consumo, da mundialização da economia, da forma de distribuição de riquezas e do padrão tecnológico produtivista inserido na agricultura (HARVEY, 2006d). Nesse sentido, é importante ressaltar que a consolidação e a perpetuação desse novo processo expansionista não podem prescindir, em longo prazo, de legitimidade. Ainda mais num momento em que novos movimentos sociais – que constituem, segundo Dupas (2003), a chamada “nova sociedade civil contemporânea”⁷¹ – passam a assumir papéis mais ativos na sociedade, constituindo-se em porta-vozes legítimos das mais diversas classes sociais e suas frações, visando à explicitação de suas demandas ou às ações concretas de diversas naturezas (em especial, nas áreas sociais e ambientais).

⁷¹ Nessa nova sociedade civil estão presentes as organizações não-governamentais (ONGs); o associativismo a partir dos bairros, moradores, e iniciativas culturais, ambientais e de lazer de caráter local; pequenas associações profissionais e de solidariedade com distintos segmentos sociais; associações de reivindicação ou defesa de direitos enfocando gênero, cor, credo etc. (DUPAS, 2003).

Essa nova sociedade civil constitui uma trama diversificada de sujeitos coletivos – representando movimentos de caráter e interesses específicos, vários deles associados a empresas –, que tentam mobilizar a opinião pública para ventilar e problematizar questões específicas apresentadas como de “interesse geral”. A força desses movimentos deve-se, antes de tudo, à sua capacidade de influenciar as mídias e a sensibilidade social com suas causas, dando-lhes apoio e respaldo social. Além disso, esses grupos passam a reivindicar maior participação na formulação de políticas, bem como a pressionar o governo por ações sociais e a denunciar danos, abusos e práticas ilegais que ocorrem na sociedade e no meio ambiente (DUPAS, 2003).

Nesse contexto, as crescentes tensões sociais e ambientais fruto dos efeitos negativos do padrão de acumulação capitalista, especialmente do modelo produtivista adotado no campo, aumentaram a necessidade do capital de legitimação desse modelo, tendo em vista dar continuidade ao próprio processo de crescimento. Assim, segundo Gramsci (1976), para continuar esse processo expansionista e manter sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente tem que fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato. No entanto, é válido ressaltar que essas concessões não afetam, no fundamental, seus interesses. Nesse sentido, as ações de responsabilidade socioambiental implementadas por esses capitais hegemônicos – por meio de seus arranjos organizativos (empresas, associações etc.) – têm sido um instrumento forte de legitimação das referidas tensões espaciais (sociais e ambientais, principalmente) causadas pelo atual modelo de desenvolvimento.

No caso específico dos produtores modernos dos espaços dos cerrados baianos, a postura produtivista tomada por esses atores – por meio de suas associações de representação de interesses – busca ser legitimada por meio de um discurso conservacionista e pela implementação de ações de responsabilidade socioambiental. No entanto, é importante frisar que os discursos e políticas ambientais dessas associações de produtores são iniciativas que não interferem na sua missão principal, qual seja: a contínua expansão e intensificação da produção agrícola. Convém ressaltar ainda que a necessidade de conservação pregada por elas advém da própria imposição de mercado regulado pelos compradores externos. Em seus discursos, afirmam que os “agricultores que não demonstram preocupação com a conservação ambiental vão enfrentar muitas dificuldades para vender suas colheitas” num futuro não muito distante. E acrescentam que “a produção limpa é um pré-requisito muito importante para os produtos de exportação”, reafirmando, com isso, que seus discursos e atitudes conservacionistas advêm, principalmente, do objetivo de aumentar a aceitação dos seus produtos no mercado internacional (INFORMAIBA, 2007, p. 6). Nesse sentido, a

conformidade com as leis ambientais – desde que estas não impossibilitem a atividade agrícola – é um custo a ser pago em busca de retornos econômicos provenientes da agricultura e como meio para estabelecer credenciais ambientais (criando uma boa imagem frente aos compradores dos produtos agrícolas). (BRANNSTROM, 2009).

No que concerne às ações de responsabilidade socioambiental promovidas por essas associações, podemos destacar: os incentivos aos programas sociais de inclusão digital, ensino de práticas culinárias e de tecelagem, além da criação de um fundo – o Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesis) – em parceria com o Banco do Nordeste (BNB) para promover diversos projetos nas áreas sociais, que proporcionam aos produtores que participam do fundo o selo de “produtor amigo da comunidade”. Além disso, no caso do Fundeagro – que financia projetos para o desenvolvimento da cadeia produtiva do algodão na região –, uma parte dos projetos é destinada a ações social e ambientalmente responsáveis. Na área ambiental, podemos citar a participação ativa na definição do programa de adequação ambiental – denominado Plano Oeste Sustentável – e o incentivo à conformidade dos produtores com as exigências para o licenciamento ambiental, a criação da Central Campo Limpo para o recolhimento e reciclagem de embalagens vazias de agrotóxicos, a criação de viveiro para entrega de mudas de espécies nativas do cerrado para diversos projetos de reflorestamento e revitalização de áreas degradadas, entre outros (INFORMAIBA, 2006, 2007, 2009a, 2009b). Segundo Brannstrom (2009), todas essas ações – que não alteram, fundamentalmente, as estruturas básicas do processo de acumulação de capitais nesses espaços – criam cobertura política para seus membros, funcionando como uma espécie de “escudo” contra eventuais multas que as agências estatais poderiam aplicar nos produtores.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que buscam manter um discurso conservacionista, essas associações de produtores mantêm uma retórica altamente produtivista. No que se refere a isso, elas argumentam que os espaços dos cerrados baianos poderiam aumentar sua área de produção dos atuais 1,7 milhão de hectares para mais de três milhões de hectares. Além disso, os agricultores mostram sinais de um forte desejo de reduzir, por meios legais, as áreas de cerrados nativos, com propostas de reduzir as áreas de proteção permanente (APPs) e de reserva legal (RL). Com isso, é possível notar os limites do discurso ambientalista, que está subordinado a uma lógica econômica (BRANNSTROM, 2009).

Como exemplo desse processo, podemos citar o caso da Aiba. Embora essa associação tenha criado um programa ambiental em 1999, no período de 2000 a 2005 as taxas de desmatamento anual aumentaram e a área total do cerrado natural diminuiu de 50% para 40% do seu total. Esse fato, em combinação com outras observações, nos leva à conclusão de que a

política ambiental da Aiba tem como objetivo criar condições políticas para os seus membros continuarem a expandir a área agrícola (BRANNSTROM, 2009). Análise do crescimento das áreas destinadas ao cultivo agrícola indica que o uso dos terrenos agrícolas aumentou de 12% da região dos cerrados baianos em 1896 para 44% em 2000 e 55% em 2005, com a correspondente perda de cerrado nativo (ver Tabela 2; para uma ilustração desse processo, ver mapa no Anexo A).

Tabela 2 – Trajetória das mudanças do uso do solo na região Oeste da Bahia, 1986-2000-2005

Cobertura do solo	1986		2000		2005	
	km ²	%	km ²	%	km ²	%
Cerrado LS¹	9508.5	72.59	6597.6	50.37	5322.7	40.64
Agricultura	1615.2	12.33	5742.9	43.85	7259.4	55.42
Objetos escuros²	1974.6	15.08	756.7	5.78	516.2	3.94
TOTAL	13 098.2	100	13 097.2	100	13098.3	100

Fonte: Brannstrom (2009, p. 146).

⁽¹⁾ Cerrado *latu sensu* (cerrado nativo formado por campo ou campina);

⁽²⁾ Objetos escuros (não classificados) vistos nas imagens de satélite (podem corresponder a queimadas etc.).

Importa ainda destacar que a ação política, a partir do aparelho de Estado, foi – e continua sendo – crucial para a estruturação, evolução e dinâmica desse modelo de desenvolvimento, buscando dar legitimidade a esse processo de acumulação, ao se articular com os diferentes interesses conflitantes da sociedade. Nesse sentido, a fim de viabilizar projetos que beneficiam claramente os interesses de capitais específicos, o Estado deve se envolver ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas, postulando em alguns espaços a participação destas nos processos decisórios e direcionando políticas também de cunho social. No entanto, é válido ressaltar que a integração desses segmentos no âmbito dos processos decisórios passa a ser vista como mecanismo de controle, alternativa estratégica defensiva do capital. Nesse processo, buscou-se transformá-los em “instrumentos adaptados”, ao integrá-los à lógica e dinâmica do capital. Não se tratava, portanto, de uma ampliação dos seus espaços de poder, mas de sua subordinação (OLIVEIRA, N., 2004).

Assim, no que concerne ao setor agrícola, as classes subordinadas passaram a questionar e discutir a questão agrária mais fortemente a partir do fortalecimento dos movimentos sociais na década de 1990, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ou mesmo no contexto da disputa pelo projeto de “agricultura familiar” encampado pelo movimento sindical de trabalhadores rurais. Ambas as investidas exigiram reações e respostas por parte do Estado, quer em programas específicos de atuação, quer no seu reaparelhamento burocrático, reforçando a “dualidade” da política setorial (LEITE, 2005). Nesse sentido, foi

criado um ministério próprio para tratar a problemática agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desvinculado daquele destinado a tratar dos “assuntos agrícolas” a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA). As transformações nas políticas públicas para o meio rural se deram com a implantação de políticas específicas de apoio à agricultura familiar, como por meio da intensificação das ações de Reforma Agrária e de fortalecimento dessa categoria de produtores rurais, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, como afirma Leite (2005), essas investidas na chamada “área social” da agricultura serviram muito mais como “colchões amortecedores” do conflito do que efetivamente como uma ampla política de reestruturação agrária do país. A propriedade da terra permaneceu intocada e, quando muito, questionada em relação ao cumprimento das suas funções sociais.

É importante ressaltar que esse processo de legitimação, por parte do Estado, foi intensificado nos anos 2000, em razão da melhora dos indicadores macroeconômicos no período, decorrente, sobretudo, da conjuntura econômica internacional favorável, abrindo espaço para a flexibilização da política econômica, com a redução da taxa de juros, ampliação do crédito e maiores gastos de investimento por parte do Estado. Essa flexibilização permitiu a ampliação dos gastos com a política social focalizada (Bolsa-Família, Pronaf, Vale Gás) e a adoção de uma política de aumento real do salário mínimo, o que vem se constituindo em fator fundamental de legitimação do padrão de acumulação de capitais hegemônicos e da política macroeconômica adotada pelo governo, contribuindo decisivamente, segundo Filgueiras et al. (2010), para a consolidação da hegemonia das frações financeiro-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais (especialmente a Petrobrás e bancos oficiais).

Nesse novo modelo foi redefinida a importância das exportações⁷² para o padrão de acumulação adotado – baseado na hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) – como condição necessária para reduzir a sua instabilidade macroeconômica intrínseca, instituída pela abertura comercial e financeira. Assim, com a retomada do “modelo agroexportador”, sobretudo a partir de 1999, para fazer frente a algumas exigências da política econômica, o setor patronal, ainda que marcado por diferenciações internas importantes, reassume posição estratégica no desenho das políticas setoriais e na capacidade do MAPA em alavancar recursos, mesmo num contexto administrativo em que teve que disputá-los com o

⁷² Refiro-me ao papel crucial das exportações – cujo desempenho passou a ser decisivo para a remuneração do capital financeiro – no funcionamento do modelo de crescimento adotado pelo Brasil (modelo neoliberal periférico), num cenário de inserção internacional econômico-financeira (FILGUEIRAS et al., 2010).

MDA e outros ministérios da chamada “área social”, com programas incidentes também no meio rural (Ministério do Meio Ambiente, da Previdência Social, da Integração Nacional, e do Desenvolvimento Social etc.). (HEREDIA et al., 2009). Dessa forma, o êxito de toda essa operação tem necessitado de um elemento político essencial, qual seja:

[...] o ‘apaziguamento’ e consentimento dos setores dominados, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas do governo, com o atendimento marginal das demandas sociais dos setores subalternos da sociedade (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 39).

Para isso, incorporaram-se parcialmente as demandas dos setores subalternos, sem ferir os interesses do grande capital, que compreendeu a importância de legitimação política do modelo de desenvolvimento. Assim, é importante salientar a capacidade que o governo Lula teve em acomodar e compatibilizar interesses potencialmente conflitantes. De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro, agronegócio, empresas estatais, fundos públicos e grandes grupos nacionais. De outro, a ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política setorial focalizada (FILGUEIRAS et al., 2010).

A partir desses exemplos, buscou-se, nesta seção, mostrar o processo de legitimação do modelo de acumulação pela classe hegemônica e pelo Estado. Viu-se que as concessões feitas às classes subalternas – necessárias para o processo de legitimação, pela via do consenso – não afetaram o desenvolvimento do processo expansionista do modelo de acumulação adotado, buscando incorporar/integrar essas outras classes à dinâmica do capital. Assim, a produção dos espaços dos cerrados baianos dependeu também da legitimação do referido processo de acumulação para dar continuidade ao novo modelo agrícola implantado nesses espaços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as inúmeras ideias levantadas ao longo deste trabalho, convêm destacar algumas delas, a título de uma análise conclusiva. Antes, porém, é preciso admitir as limitações inerentes a qualquer esforço de teorização, visto a impossibilidade analítica de se abarcar todas as dimensões existentes na análise de um determinado objeto. Contudo, essas limitações não nos impedem de continuar buscando um aperfeiçoamento sempre maior das formas de conhecimento. Ressalte-se que durante todo o trajeto percorrido por esta pesquisa, procurou-se levantar questões sobre as formas de produção dos espaços no capitalismo. Um esforço teórico pela busca de uma maior compreensão sobre esses processos nos levou a um diálogo profícuo com a Geografia Crítica e com a Economia Política. Este diálogo, apesar de ainda introdutório, trouxe à tona questões importantes a serem consideradas nas análises espaciais.

Nesse processo, procurou-se demonstrar que a análise da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista sob a perspectiva teórica da *produção do espaço* representou um avanço importante em relação às abordagens hegemônicas que consideram o espaço como um mero “receptáculo” neutro e inerte – ou seja, o espaço nessas análises é visto como natural, físico, absoluto. Dessa forma, buscou-se analisar o espaço como instrumento (mediação) e produto das relações sociais. Visto dessa maneira, o espaço é, então, ativamente produzido, ao contrário de ser passivamente recebido como uma concessão da natureza ou da história. Esse tipo de análise permite, pois, desmistificar a espacialização material e ideológica associada ao desenvolvimento e à sobrevivência do capitalismo.

Assim, a questão política e ideológica associada ao processo de desenvolvimento capitalista se coloca como crucial para a compreensão da instrumentalidade dos espaços socialmente produzidos. Por isso, buscou-se incorporar análises que considerassem os papéis do Estado e da sociedade na produção dos espaços no capitalismo. Essas análises consideram as contradições e os conflitos inerentes a esses processos e, por isso, envolvem necessariamente o estudo das classes sociais, do poder político e ideológico, das formas de hegemonia e consenso, das capacidades de domínio e coerção, das hierarquias impostas pelos processos de acumulação etc.

Nesse sentido, essas análises permitem compreender os processos sociopolíticos envolvidos na acomodação das forças e interesses presentes na produção dos espaços no capitalismo. Desse modo, importa ainda destacar o papel fundamental desempenhado pelo Estado (em seu sentido “estrito”) nos processos de acumulação em curso, mesmo em momentos em que suas estruturas de governo estiveram fragilizadas. Isso acontece porque o

Estado não deixa de exercer suas funções básicas – principalmente em relação aos seus mecanismos de legitimação dos interesses no processo de correlação de forças –, utilizando-se de novos instrumentos de regulação, a depender das necessidades do padrão de acumulação vigente. Assim, seu papel é essencial para dar força aos processos hegemônicos em curso, por legitimar suas ações e por viabilizar projetos por meio dos fundos públicos.

Além disso, devemos considerar nessas análises as relações Estado-sociedade – isto é, o Estado em sentido amplo, em que a sociedade civil constitui-se também como uma esfera da superestrutura. A esse respeito, a abordagem do neocorporativismo é bastante profícua para se compreender as formas de atuação do Estado num contexto em que novas configurações organizativas assumem papéis mais ativos na definição de políticas. Ressalte-se que essas novas instâncias mediadoras não surgem como promotoras de rupturas mais profundas com as condições estabelecidas, pelo contrário, são construídas para preservar os quadros existentes, bem como facilitar/promover novos processos de acumulação e expansão do capital. Nesse sentido, a produção de certos arranjos institucionais – nos quais estão presentes formas de organização de interesses específicos de uma determinada fração de classe –, tem permitido maior controle sobre os espaços por capitalistas associados. Assim, a organização de interesses para conseguir certos arranjos que facilitem os processos de acumulação do capital é tarefa necessária para a sobrevivência do capitalismo. E essas estruturas, ao lado do Estado, têm exercido um papel mediador fundamental nos processos de acumulação do capital nos espaços.

Tendo por base as abordagens teóricas trabalhadas nesta pesquisa, foram analisadas as características específicas do processo de produção dos espaços dos cerrados baianos a partir da sua integração a uma lógica mais ampla de valorização do capital. Ressalte-se que a emergência de novos padrões de acumulação nesses espaços exigiu alterações importantes em suas estruturas produtivas e institucionais, no entanto, sem eliminar completamente as antigas determinações da formação regional anterior, que se subordina e se integra ao novo quadro vigente. Assim, a cada novo momento do ciclo conjuntural, essas configurações (novas e antigas) se adaptaram ou foram excluídas (marginalizadas) de acordo com as necessidades do modelo de modernização agrícola, de forma a dar continuidade ao processo de expansão em curso.

Além disso, importa destacar que a dinâmica específica desses espaços dependeu das articulações entre os diferentes sujeitos sociais (extra e intraregionais) envolvidos no processo de produção de tais espaços, da confrontação entre novas e antigas estruturas, da disputa pelo uso e controle do espaço. Nesse quadro, o Estado foi responsável por orientar e conduzir essa produção, assim como as forças hegemônicas dos capitais nacionais e estrangeiros. No

entanto, as formas de atuação e articulação entre os sujeitos territoriais envolvidos no processo de produção foram alteradas visando atender às necessidades dos diferentes momentos do ciclo conjuntural, sem, contudo, modificar a natureza dessas estruturas. Desse modo, a atuação maior ou menor desses sujeitos ao longo desse processo visou acomodar/articular com os diferentes padrões de acumulação.

Num primeiro momento, a fim de criar condições de acumulação em espaços ditos “vazios”, o papel do Estado enquanto interventor direto no processo de produção foi necessário. Nessa fase, a difusão (homogeneização) das condições mínimas de acumulação foi fundamental para a expansão do modelo de modernização agrícola. É importante destacar que nesse processo de ocupação e implantação do modelo de modernização agrícola, as cooperativas agrícolas exerceram papel crucial na difusão dos novos padrões produtivos e na integração dos diversos sujeitos/grupos territoriais ao processo de acumulação em curso. Ressalte-se também que, nesse momento, o movimento especulativo no mercado de terras foi fundamental para o processo de valorização e acumulação do capital nesses espaços, na medida em que criou capital adicional – por meios espoliativos (“acumulação por espoliação”) – capaz de alavancar a produção de tais espaços.

Em seguida, numa fase em que os espaços de cerrados já foram “liberados” para a reprodução ampliada do capital por meio da criação de novas estruturas produtivo-institucionais compatíveis com o novo padrão de acumulação, o processo de diferenciação – isto é, concentração e centralização de capitais – se torna condição fundamental para a acumulação. Neste momento, diversos grupos dos complexos agroindustriais que se formaram nos cerrados baianos passaram a se articular e definir uma nova dinâmica de produção dos referidos espaços, marcada pela integração de capitais intersetoriais e por novos conflitos e articulações entre os diferentes sujeitos ao longo do complexo, levando ao acirramento da lógica produtivista e concentracionista de acumulação do capital.

Nessa fase, o Estado precisou flexibilizar os mecanismos de regulação e intervenção nos espaços, de forma a criar as condições mais propícias para o capital poder “agir” mais facilmente. Então, ao mesmo tempo em que há uma “fragilização” do aparato estatal, amplia-se os poderes de intervenção de atores não-estatais na definição de políticas. Entretanto, é importante salientar que tanto em uma fase quanto em outra, o Estado não deixou de exercer sua função fundamental na produção dos espaços, em função da sua legitimidade para atuar no processo de correlação de forças envolvidas bem como do seu aparato ancorado no fundo público.

Dessa forma, no processo de produção dos espaços muito tem dependido da maneira como o Estado vem a se formar e dos agentes dessa formação, e daquilo que o Estado é, foi ou será capaz, ou esteve ou está preparado, para fazer em apoio ou em oposição a processos de acumulação do capital. A questão que se coloca é a de que o Estado Nacional (e sua função no planejamento dos espaços) é um instrumento importante para orientar as dinâmicas envolvidas nos processos de produção desses espaços. Mas, será que as políticas de planejamento do Estado conseguem contrabalançar a correlação de forças conflituosas envolvidas no processo a favor das classes subordinadas economicamente? Será que a hegemonia política e econômica do capital permite concessões mais profundas na correlação de forças políticas em benefício da maioria subordinada? Será que os problemas de natureza ambiental e social podem significar/necessitar de espaços de concessão?

Além dessas questões, importa salientar a preocupação com a forma com que o processo de acumulação tem atuado, cada vez mais agressivo e avassalador, buscando fragmentar e integrar espaços novos e diferenciados de acumulação. Nesse processo, não há como abarcar alguns espaços sem desintegrar outros tantos. As desigualdades são tanto produto e meio dos processos de acumulação. David Harvey já chamava à atenção para os impactos das formas de produção dos espaços na “teia” da vida socioecológica. Essa “explosão” dos espaços, a qual Lefebvre se refere, demonstra as enormes contradições e desigualdades do padrão de acumulação capitalista, impactando de forma desastrosa nos espaços dentro e fora dos circuitos de valorização. Os espaços de exclusão, de “barbárie” e de espoliação se conflitam com os espaços dinâmicos, que tentam “apagá-los” do processo. As formas de acumulação têm até agora conseguido sobreviver às crises que se apresentaram ao mundo capitalista ao longo do seu processo histórico de formação, mas até quando esse modelo tal como existe atualmente poderá se sustentar sem uma mudança fundamental das estruturas existentes?

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edgard et al. Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 2, não paginado, jul./dez. 2001.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Anuário da Região Oeste da Bahia safra 2007/2008**. Barreiras, [ca. 2008]. Disponível em: <http://www.aiba.org.br/informaiba/anuario_regiao_oeste_bahia_2007-08.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

_____. **Anuário da Região Oeste da Bahia safra 2009/2010**. Barreiras, [ca. 2010b]. Disponível em: <http://www.aiba.org.br/informaiba/anuario_regiao_oeste_bahia_2009-2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri). **As Câmaras Setoriais da Bahia**. Salvador, 2010a.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Governo da Bahia promove recuperação ambiental e regularização de propriedades rurais**. Salvador, 2010b. Disponível em: <http://intranet.meioambiente.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8675:texto-teste&catid=1:noticias&Itemid=105>. Acesso em: 10 maio 2010.

_____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec). **Ocupação econômica do Oeste**. Programa básico. Salvador, 1980.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Consolidação do município**. Barreiras, 2010a. Disponível em: <<http://www.barreiras.hpdesign.com.br/paginas/pdfs/consolidacao.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2010.

_____. Prefeitura Municipal. **Desenvolvimento econômico**. Barreiras, 2010b. Disponível em: <<http://www.barreiras.hpdesign.com.br/paginas/pdfs/deseneco.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2010.

BERNARDES, Júlia Adão. Expansão da agricultura moderna no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens de (Org.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o homem e sua obra**. Salvador: Edufba, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria T. F.; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Edufba, 2009. p. 151-185.

_____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

_____. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRANNSTROM, Christian. South America's neoliberal agricultural frontiers: places of environmental sacrifice or conservation opportunity? **Ambio**, [Stockholm], v. 38, n. 3, p. 141-149, 2009.

BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart. Henri Lefebvre on state, space, territory. **International Political Sociology**, [S.I.], v. 3, p. 353-377, Dec. 2009a.

_____; _____. Introduction: State, space, world: Lefebvre and the survival of capitalism. In: LEFEBVRE, Henri. **State, space, world**: selected essays. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009b. p. 01-48.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Pensamento crítico, v. 39).

BUENO, Newton. A nova teoria neoclássica do crescimento e o problema do subdesenvolvimento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 05-19, abr./jun. 1998.

BUTLER, Chris. Critical legal studies and the politics of space. **Social and Legal Studies**, London, v. 18, n.3, p. 313-332, Sept. 2009.

_____. **Law and the social production of space**. 2003. 302 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Law, Griffith University, Queensland, 2003.

CARDOZO, Soraia Aparecida. **Continuidades e discontinuidades na articulação do espaço econômico nacional**: de 1930 aos anos 90. 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CÓDIGO florestal: entenda o que está em jogo. **Jornal do São Francisco**, Barreiras, ano 6, n. 89, p. 22-26, 15-30 abr. 2011.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DA BAHIA (COOPROESTE). **Serviços**. Barreiras, [ca. 2011]. Disponível em: <<http://www.cooproeste.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 1990. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 969-990, mar. 2004.

DALL'ACQUA, Clarisse T.B. **Planejamento territorial do desenvolvimento**: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras. 2007. 197 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEUS, Pedro de. **Oeste da Bahia**: relatos de um advogado de província. Barreiras: Edição do autor, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EGLER, Cláudio Antonio G. **Crise e questão regional do Brasil**. 1993. 240 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo-paisagem (online)**, [S.I.], ano 5, n. 9, não paginado, jan./jun. 2006.

FAJARDO, Sergio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de geografia (online)**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, set. 2008.

FERNANDES, Ana Cristina; CANO, Wilson. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 253-286.

FERNANDES, José Ivan Caetano. **A soja na Bahia**: desafios e estratégias competitivas no agribusiness. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

FILGUEIRAS, Luiz et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (Org.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FUNDAÇÃO BA. **A Fundação BA**. Luís Eduardo Magalhães, [ca. 2011a]. Disponível em: <<http://www.fundacaoba.com.br/index.php?p=afundacao>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. **Mantenedores**. Luís Eduardo Magalhães, [ca. 2011b]. Disponível em: <<http://www.fundacaoba.com.br/index.php?p=mantenedores>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (CPE). **Possibilidades e estágio atual da agroindustrialização nos cerrados do Oeste baiano**. Salvador, 1989. (Série Estudos e Pesquisas, n. 9).

GOVERNO Wagner e AIBA sacramentam POS. **Jornal do São Francisco**, Barreiras, ano 1, n. 74, p. 3-4, 20 maio 2010.

GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 3-102.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP.IE, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006a. p. 127-162. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. A teoria marxista do Estado. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006b. p. 75-94. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006c.

_____. **The limits to capital**. London; New York: Verso, 2006d.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2009. p. 1-35.

INFORMAIBA. Barreiras: Aiba, ano 13, n. 140, dez. 2006. Mensal.

_____. Barreiras: Aiba, ano 14, n. 152, dez. 2007. Mensal.

_____. Barreiras: Aiba, ano 16, n. 164, jan. 2009a. Mensal.

_____. Barreiras: Aiba, ano 17, n. 176, dez. 2009b. Mensal.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS. **Serviços aos países: atividades do IICA no Brasil – período: janeiro a dezembro, 1976**. Rio de Janeiro, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **State, space, world: selected essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEITE, Sérgio Pereira. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 129-163, abr. 2001.

_____. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 280-332, 2005.

_____. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 113-133, dez. 1996.

LIMA, Eli Napoleão de. **CPDA 30 Anos: um quadro histórico**. Apontamentos de pesquisa para o Seminário Comemorativo “Temas e Áreas de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: Trajetórias e perspectivas” & I Encontro de Ex-alunos e Alunos do CPDA. Rio de Janeiro, 13-15 jun. 2007.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989. (Estudos rurais; 10).

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desenvolvimento, Estado e sociedade: as relações necessárias, as coalizões possíveis e a institucionalidade requerida. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de (Org.). **Diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. v. 1. Parte II. p. 45-55.

OLIVEIRA, Francisco de. Desenvolvimento, Estado e sociedade: as relações necessárias, as coalizões possíveis e a institucionalidade requerida. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique R. de (Org.). **Diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. v. 1. p. 57-63.

_____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Nelson de. **Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado**. São Paulo/Salvador: Loyola/Centro de Estudos e Ação Social, 2004.

PEIXOTO, Marcus. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 243-270, jul./dez. 2009.

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. **Revista SIMPE-RS**, Porto Alegre, p. 11-33, abr. 2007.

PITTA, Ignez Almeida. **História de Barreiras**. Barreiras, [ca. 2008]. Disponível em: <<http://historiadebarreiras.com/site/barreiras-antiga/>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

SANCHES, Cristina Argiles. **Desenvolvimento regional a partir de clusters produtivos: o caso da agroindústria da soja no Oeste da Bahia**. 2007. 183 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista Ideas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan.-jun. 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos; 3).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Uma ordem espacial: a economia política do território. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 289-308.

SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos; RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n.2, p. 1-15, dez. 2008.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989. (Série de Estudos Urbanos, n. 1).

SHIKI, Shigeo. Crítica ao modelo de desenvolvimento dominante nos Cerrados e a transição agroecológica. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 315-320.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Edilson Correia da Silva et al. Oeste da Bahia: novos arranjos espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENG, 2010. Não paginado.

SOUZA, Marcos Rogério de. **Regime jurídico da propriedade produtiva no direito brasileiro**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste. Salvador, 2000.

THE NATURE CONSERVANCY. **Onde trabalhamos:** cerrado. Arlington, [ca. 2011].
Disponível em: <http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/brasil/onde_trabalhamos/o-cerrado.xml>. Acesso em: 20 jan. 2011.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. Espaço como instância social: a base para uma geografia nova. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea Milton Santos:** obra revisitada. São Paulo: Edusp, Hucitec e Imesp, 2001. p. 149-159.

UDERMAN, Simone. **Dinâmica capitalista e reestruturação regional:** o caso da soja nos cerrados baianos. 1992. 216 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

VARASCHIN, Márcia Janice Freitas da Cunha. **Mudança estratégica em uma organização do setor público agrícola do estado de Santa Catarina.** 1998. [191] f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

WARD, Neil et al. Productivism, post-productivism and european agricultural reform: the case of sugar. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 48, n. 2, p. 118-132, Apr. 2008.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PRODUTORES RURAIS)

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTORES
<p>1.1 Dados do produtor</p> <ul style="list-style-type: none"> - O que produz - Localização da fazenda e tamanho (área) - Como se situa em relação aos outros produtores (nível tecnológico, gestão da produção) <p>1.2 Histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em que ano chegou ao Oeste da Bahia? - Quais foram os incentivos que recebeu para vir à região? Participou do PRODECER? - Quais principais investimentos realizados na região? - Em relação aos investimentos, quanto foi de investimento próprio e quanto foi financiado por instituições públicas e/ou privadas?
<p>2.1 Formas de comercialização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compra de insumos (De onde é o fornecedor?) - escoamento da produção (De onde é o comprador? É uma indústria?) - Qual a relação que se estabelece entre produtor e indústria? - Formas de financiamento da produção e comercialização
<p>3.1. Participa ou já participou de alguma associação ou cooperativa de produtores? Se sim, quais os benefícios/vantagens trazidos ao produtor com essa associação?</p> <p>3.2. Já recebeu apoio/incentivo do governo ou de instituições privadas? Quais foram as formas de apoio/incentivo? Quando foi que recebeu esse apoio?</p> <p>3.3. Como você vê a relação existente entre o produtor e as instituições (públicas e privadas)? Há alguma relação de parceria entre esses agentes?</p>
<p>4.1. Quem representa os interesses dos produtores aqui na região?</p> <p>4.2. Em relação à definição de políticas locais do agronegócio, os produtores possuem alguma participação? Se sim, quais são as formas de participação?</p> <p>4.3. Avalie a contribuição destas instituições para a promoção do desenvolvimento da região:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Governo (local, estadual e federal); - Instituições de Ensino presentes na região; - Instituições que representam os produtores; - Instituições de pesquisa (Embrapa, Fundação BA etc); - ONGs (Organizações não-governamentais); - Indústrias e Comércio local;
<p>5.1. Quais as principais mudanças tecnológicas e organizacionais foram introduzidas em sua propriedade para uma melhor inserção no mercado?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais foram as fontes (origens) dessas mudanças: consultoria, feiras, eventos, palestras, demanda de mercado etc.? <p>5.2. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo na região?</p> <p>5.3. Fale sobre as principais tendências/oportunidades da região. Qual cenário você prevê para a região?</p>

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (INSTITUIÇÕES)

ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÕES
<p>1. Caracterização</p> <p>1.1. Identificação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituição (nome, ano de implantação) - Quais são as formas de atuação desta instituição na região? <p>1.2. Histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há quanto tempo esta instituição atua no Oeste? Houve alguma mudança nas áreas de atuação durante este período? - Qual sua avaliação sobre a atuação de órgãos do Governo após a década de 1980?
<p>3. Articulações de poder entre a estrutura produtiva e institucional</p> <p>3.1. Quais são as formas de apoio/incentivo que esta instituição oferece aos produtores rurais?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual a relação que possuem com o produtor? <p>3.2. Qual a relação que vocês têm com outras instituições?</p>
<p>4. Centralização do poder político</p> <p>4.1. Qual papel desta instituição em relação à definição de políticas locais?</p> <p>4.2. E em relação às ações de fiscalização, qual papel desta instituição?</p> <p>4.3. Avalie a contribuição desta instituição para a região.</p> <p>4.4. Importância de outras instituições e do Estado para o desenvolvimento da região. .</p>
<p>5. Organização espacial das estruturas produtivas e institucionais/Produção do espaço</p> <p>5.1. Em sua avaliação, quais foram as principais mudanças a partir da década de 1980 ocorridas na organização do espaço dos cerrados?</p>

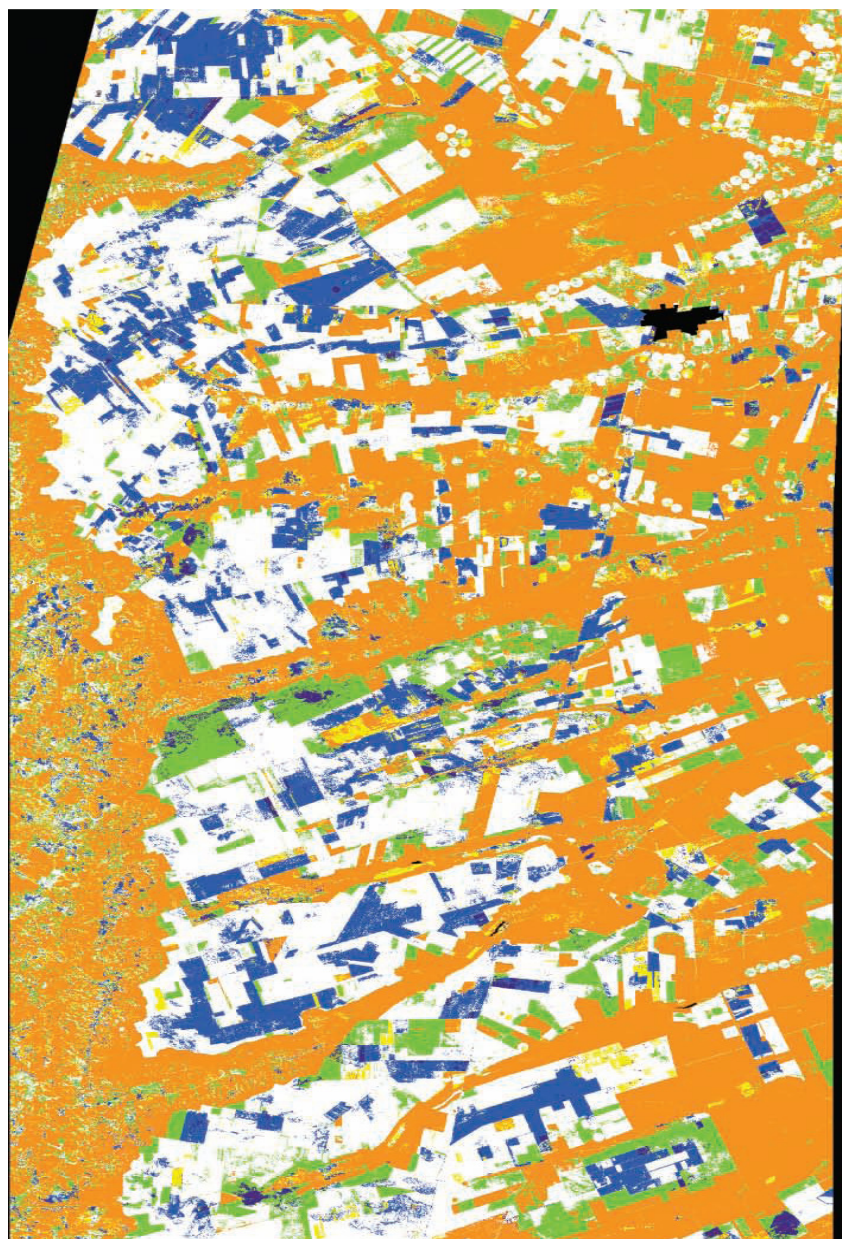
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (GOVERNO LOCAL)

ROTEIRO DE ENTREVISTA – GOVERNO LOCAL
INSTITUIÇÕES <ul style="list-style-type: none">- Qual papel das políticas públicas municipais na promoção do desenvolvimento da região?- Quais ações da prefeitura neste sentido? Vocês precisam de outros órgãos/instituições para efetivar suas ações?- Qual a relação/parcerias que vocês têm com outras instituições (públicas ou privadas)?- Qual a importância das instituições (públicas e privadas) presentes no Oeste Baiano para a promoção do desenvolvimento da região?
PRODUTORES/INDÚSTRIA/COMÉRCIO LOCAL <ul style="list-style-type: none">- Quais são as formas de apoio/incentivo que a prefeitura oferece às indústrias e ao comércio local?- Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo na região?- Quais os principais desafios a região deverá enfrentar para se tornar ainda mais competitiva?- Quais foram as principais mudanças a partir da década de 1980 ocorridas na organização do espaço dos cerrados?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS)**ROTEIRO DE ENTREVISTA – BANCOS**

- 1) Qual a política de financiamento deste banco para o agronegócio aqui na região? E para a agricultura familiar?
- 2) Quais são as principais modalidades de financiamento utilizadas aqui na região?
- 3) Qual o perfil (de forma geral) dos atores financiados? (Ex: perfil do produtor em relação a natureza jurídica, área plantada, lavouras, região etc.)
- 4) A oferta bancária é suficiente para a demanda por empréstimos na região?
- 5) Qual o limite de financiamento por produtor?
- 6) Quais as exigências mínimas para a concessão do empréstimo?
- 7) Há alguma mudança na forma de atuação deste banco (no setor de agronegócio e agricultura familiar) na região Oeste desde sua implantação?
- 8) Qual montante de recursos que este banco financia na região para o setor agropecuário? Qual seria a parcela de custeio, comercialização e investimento?
- 9) Qual seria o nível de endividamento do produtor? O nível de endividamento tem atrapalhado a concessão de novos empréstimos?

ANEXO A – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TRAJETÓRIAS DO USO DO SOLO NA REGIÃO OESTE DA BAHIA, 1986-2000- 2005



0 10 20 40 km